



Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Perpetuar o Passado ou Instrumentalizar o Presente?

O posicionamento dos partidos políticos nacionais face à integração europeia nos 28 Estados-membros da União Europeia

Pedro Gonçalo Abreu Ribeiro Laranjeira

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política

Orientadora

Doutora Ana Espírito Santo, Professora Auxiliar Convidada

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

[outubro, 2016]

Agradecimentos

Outrora, havia antecipado que a maior indecisão em torno da elaboração de uma dissertação passaria pelo processo de escolha *daquela* citação *daquele* autor, capaz de consubstanciar uma miríade de emoções *por mim* vivida. Assumo, hoje, a magnitude do meu erro. Por isso, esta secção, a única, encontrar-se-á nua de palavras de outros. A subsequente lista de agradecimentos alicerça-se num único e singular critério: o da importância. Não há como qualificar o seu grau, nível ou intensidade: tal como a existência (existe-se ou não, ponto), também a importância revela-se insuscetível de qualquer diferenciação qualificativa. De Lisboa, cidade que me assombrou ao início mas da qual aprendi, paulatinamente, a contemplar, até Barcelos, bastião das minhas origens, situado nas margens do Cávado, seguem-se os meus agradecimentos.

À Professora Ana Espírito Santo, minha orientadora, não só pelos conselhos, sapiência, disponibilidade e assertividade crítica, mas, sobretudo, por me ter incentivado e desafiado a empreender e materializar as minhas ideias, não obstante o grau de incerteza.

A todos que me receberam na Representação da Comissão Europeia em Lisboa, pelo carinho e companheirismo. Em especial, um obrigado ao Paulo Batista, cujo rigor, disciplina e ética de trabalho contribuíram para o meu desenvolvimento, enquanto pessoa e profissional. Aos meus colegas de Mestrado, obrigado por partilharem comigo as vossas visões. Ao «*reaça*» Luís, ao «*camarada*» Ricardo e à «*moderada, mas amável*» Mariana, o meu obrigado pelas infindáveis horas de discussão sobre o *nosso* mundo. Ao João e à Judy, por terem sido os primeiros a dar-me as boas-vindas a Lisboa.

À Diana, por *tudo*. Mas, de todo este *tudo*, nada se compara ao teu incondicionalismo inamovível, qual vilarejo transmontano parado no tempo. De todas as lições, obrigado por me teres ensinado um dialeto através do qual podemos, simultaneamente, *dialogar através da felicidade e comunicar por harmonia*.

Aos Comparsas, cuja amizade intemporal, forjada algures nas margens do Cávado, perdurará, não obstante as distâncias. Obrigado por me lembrarem, constantemente, que, por cada copo meio vazio, existe sempre um outro meio cheio.

À Paula, minha mãe. Por me teres inculcido o gosto pelo livro e não pela tela de pintura, por me teres instigado o sentido crítico e por me teres ensinado a orientar a minha vida pelos códigos e valores que defendo. Ao Miguel, por tomares conta da casa durante a minha ausência. Ao Garrett, qual irmão de sangue, pelo teu dourado que reflete a luz onde jamais alguma cor o conseguiria.

Afirmei, no primeiro parágrafo, que as coisas existem ou não existem. Paradoxalmente ou não, a nossa própria existência veicula aquelas que se afiguram demasiado poderosas para serem cessadas. Onde quer que te encontres, este trabalho constitui mais uma etapa, no sentido de continuar o legado que me deixaste. A ti, devo-te tudo aquilo que hoje me tornei.

Resumo

A transformação da relação entre os partidos políticos e a União Europeia, provocada pelo conturbado processo em torno da ratificação do Tratado de Maastricht e cujas repercussões se perpetuam até à contemporaneidade, foi sintomática da derradeira penetração da questão europeia nas agendas políticas domésticas. A presente investigação almeja responder à seguinte questão: qual a magnitude e quais os fatores que influenciam o posicionamento dos partidos face à integração europeia? Para o cumprimento destes desígnios, descritivos e explicativos, é utilizada a última versão do *Chapel Hill Expert Survey* (2014). Durante as últimas duas décadas, a literatura revelou-se fértil na apresentação de fatores explicativos das orientações adotadas pelos partidos face à integração europeia, designadamente, de índole ideológica e estratégica. Contudo, considerando a aparente cristalização, na literatura, de uma relação antitética, concorrencial e quási-antagónica entre o potencial explanatório de cada um destes fatores, procurou-se minimizar esta dinâmica de incompatibilidade, privilegiando-se, antes, uma abordagem conciliatória. No que concerne à contemplação da magnitude dos posicionamentos partidários, conclui-se que os partidos podem adotar orientações diametralmente opostas, em função da natureza específica – política, económica ou sociocultural – da política e dimensão da integração europeia analisada. Através de uma análise multivariada, confirma-se que ambos os fatores ideológicos e estratégicos contribuem significativamente para a explicação do posicionamento dos partidos face à integração europeia. Quiçá mais importante, demonstra-se, através da averiguação de efeitos de interação, que os dois grupos de fatores (ideológicos e estratégicos) interagem, poderosa e mutuamente, na explicação do posicionamento partidário face à integração europeia.

Palavras-chave: União Europeia, integração europeia, comportamento partidário, ideologias partidárias, estratégias partidárias, euroceticismo, eurofilismo.

Abstract

The transformation of the relation between political parties and the European Union was triggered by the troubled process around the ratification of the Maastricht Treaty, whose consequences reverberate until the present day, and it was symptomatic of the irreversible penetration of the European issue within the domestic political agendas. This investigation aims to provide the answers to the following question: what is the magnitude and which factors explain the party positions towards the European integration? In order to fulfil both of these descriptive and explanatory goals, this work resorts to the latest version of the *Chapel Hill Expert Survey* (2014). For the past two decades, the literature has been fruitfully presenting multiple explanatory factors of the party positions towards the European integration, particularly those of ideological and strategic nature. Given the apparent crystallization of an antithetic and *quasi*-antagonistic relation surrounding the explanatory power of those factors, this investigation attempts to mitigate this competing dynamic. Firstly, it concludes that a single party may adopt diametrically opposed orientations towards different dimensions – political, economic or sociocultural – of the European integration process. Secondly, by conducting a multivariate analysis, it confirms that both ideological and strategic factors have considerably substantive power explaining party positions. Nevertheless, by analysing the interaction effects, this work's most important finding revolves around the significant increment of the explanatory power of these factors when they are analysed through a conciliatory framework, rather than individually.

Keywords: European Union, European integration, party behaviour, party ideologies, party strategies, euroscepticism, europhilism.

Índice Geral

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – TEORIA.....	3
1.1 Problematização: Posicionamento dos Partidos Políticos face à Integração Europeia	3
1.2 Estado da Arte	7
1.2.1 Magnitude: Sentido e Intensidade do Posicionamento.....	8
1.2.2 Motivações: Ideologia ou Estratégia?	11
1.3 Modelo de Análise	18
1.4 Concetualização e Operacionalização.....	19
1.5 Hipóteses.....	23
CAPÍTULO II – METODOLOGIA.....	28
2.1 Tipo e Fontes de Investigação	28
2.2 Natureza e Descrição das Variáveis	28
2.3 Plano de Análise de Dados	30
CAPÍTULO III – RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO	32
3.1 Magnitude do Posicionamento face à Integração Europeia	32
3.2 Fatores Ideológicos e Estratégicos: uma Relação Complementar?	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
BIBLIOGRAFIA.....	46
FONTES	53
ANEXOS	I
ANEXO A – Variáveis Dependentes e Variáveis Independentes: Características Técnicas e Dimensões da Amostra.....	I
ANEXO B – Fatores Ideológicos e Fatores Estratégicos: Análise Bivariada (Testes, Medidas de Associação, Médias e Medias de Dispersão).....	III
ANEXO C – Fatores Ideológicos e Fatores Estratégicos: Análise Multivariada (Pressupostos, Qualidade do Modelo, Coeficientes de Regressão e <i>Efeitos Condicionais</i>)	V
ANEXO C.1. – Modelo I: Pressupostos, Qualidade do Modelo e Coeficientes de Regressão	V
ANEXO C.2. – Modelo II: Pressupostos, Qualidade do Modelo, Coeficientes de Regressão e <i>Efeitos Condicionais</i>	VII
ANEXO C.3. – Modelo III: Pressupostos, Qualidade do Modelo, Coeficientes de Regressão e <i>Efeitos Condicionais</i>	IX
ANEXO C.4. – Modelo IV: Pressupostos, Qualidade do Modelo, Coeficientes de Regressão e <i>Efeitos Condicionais</i>	XI
ANEXO C.5. – Modelo Excluído: Pressupostos, Qualidade do Modelo e Coeficientes de Regressão....	XIII

Índice de Quadros

Quadro 3.1. Médias do Posicionamento face à integração, dimensões e políticas europeias de acordo com as Famílias partidárias e Estatuto governativo.....	32
Quadro 3.2. Determinantes do Posicionamento face à integração europeia	39
Quadro A.1. Variáveis Dependentes: Características Técnicas e Dimensões da Amostra	I
Quadro A.2. Variáveis Independentes: Características Técnicas e Dimensões da Amostra	I
Quadro B.1. Quadro de médias e desvios-padrão do Posicionamento face à integração europeia e respetivas dimensões e políticas das Famílias partidárias	III
Quadro B.2. Correlações de Pearson das Variáveis Independentes: Modelo Partidário.....	IV
Quadro B.3. Correlações de Pearson entre o Posicionamento face à integração europeia e respetivas políticas e dimensões e as variáveis do Modelo Partidário	IV
Quadro B.4. Correlações de Pearson entre o Posicionamento face à integração europeia e as variáveis da Relevância eleitoral e governativa e dos Objetivos e Estratégias	IV
Quadro C.1.1. Qualidade do Modelo	VI
Quadro C.1.2. Coeficientes de Regressão	VI
Quadro C.2.1. Qualidade do Modelo	VIII
Quadro C.2.2. Coeficientes de Regressão	VIII
Quadro C.2.3. <i>Efeitos Condicionais</i> da Dissidência interna no Posicionamento face à integração europeia em função da Performance Eleitoral.....	IX
Quadro C.3.1. Qualidade do Modelo	X
Quadro C.3.2. Coeficientes de Regressão	X
Quadro C.3.3. <i>Efeitos Condicionais</i> do Extremismo ideológico no Posicionamento face à integração europeia em função da Performance Eleitoral.....	XI
Quadro C.4.1. Qualidade do Modelo	XII
Quadro C.4.2. Coeficientes de Regressão	XII
Quadro C.4.3. <i>Efeitos Condicionais</i> do Extremismo ideológico no Posicionamento face à integração europeia em função do Estatuto Governativo	XIII
Quadro C.5.1. Qualidade do Modelo	XIV
Quadro C.5.2. Coeficientes de Regressão	XIV

Índice de Figuras

Figura 1.1. Modelo de Análise	18
Figura 3.1. Relação linear entre o Posicionamento face à integração europeia, dimensões e políticas europeias e o Extremismo ideológico	34
Figura 3.2. Relação quadrática entre o Posicionamento face à integração europeia, dimensões e políticas europeias e a Dimensão esquerda/direita geral	35
Figura 3.3. Relação linear entre o Posicionamento face à integração europeia, dimensões e políticas europeias e a Dimensão económica e a Dimensão das novas políticas	36
Figura 3.4. <i>Estimativas ajustadas</i> para o efeito da Dissidência interna no Posicionamento face à integração europeia em função da Performance eleitoral.....	41
Figura 3.5. <i>Estimativas ajustadas</i> para o efeito do Extremismo ideológico no Posicionamento face à integração europeia em função da Performance eleitoral.....	42
Figura 3.6. <i>Estimativas ajustadas</i> para o efeito do Extremismo ideológico no Posicionamento face à integração europeia em função do Estatuto governativo.....	43
Figura A.1. Diagrama de extremos e quartis do posicionamento das Famílias partidárias face à integração europeia	III
Figura C.1.1. Pressupostos: Linearidade, Normalidade e Homogeneidade de variância dos erros	V
Figura C.2.1. Pressupostos: Linearidade, Normalidade e Homogeneidade de variância dos erros	VII
Figura C.3.1. Pressupostos: Linearidade, Normalidade e Homogeneidade de variância dos erros	IX
Figura C.4.1. Pressupostos: Linearidade, Normalidade e Homogeneidade de variância dos erros	XI
Figura C.5.1. Pressupostos: Linearidade, Normalidade e Homogeneidade de variância dos erros	XIII

Glossário de Siglas

AKEL	Anorthotikó Kómma Ergazómenou Laou	Partido Progressista do Povo Trabalhador
BE		Bloco de Esquerda
CDS-PP		Centro Democrático Social – Partido Popular
FI	Forza Italia	Força Itália
FN	Front National	Frente Nacional
FPO	Freiheitliche Partei Österreichs	Partido Liberal Austríaco
KF	Det Konservative Folksparti	Partido Popular Conservador
KKE	Kommunistiko Komma Elladas	Partido Comunista Grego
KNP	Kongres Nowej Prawicy	Congresso da Nova Direita
LN	Lega Nord	Liga Norte
M	Moderata Samlingspartiet	Partido Moderado Sueco
M5S	MoVimento 5 Stelle	Movimento Cinco Estrelas
MP	Miljöpartiet de Gröna	Partido Ambiental Os Verdes
PASOK	Panellinio Sosialistikó Kínima	Movimento Socialista Pan-Helénico
PCF	Parti Communiste Français	Partido Comunista Francês
PCP		Partido Comunista Português
PP	Partido Popular	Partido Popular
PSD		Partido Social-Democrata
PSOE	Partido Socialista Obrero Español	Partidos dos Trabalhadores Socialistas Espanhóis
SAP	Arbetarpartiet- Socialdemokraterna	Partido Social-Democrata dos Trabalhadores
SYRIZA	Synaspismós Rizospastikís Aristerás	Coligação da Esquerda Radical
TB-	Nacionālā apvienība / Tēvzemei un	Aliança Nacional “Todos pela Letónia” / “Pela
LNNK/NA	Brīvībai / LNNK	Pátria e Liberdade/LNNK”
UE		União Europeia
UEM		União Económica e Monetária
V	Vänsterpartiet	Partido da Esquerda
VAS	Vasemmistoliitto	Aliança de Esquerda

INTRODUÇÃO

Convidado a comentar o desconhecimento generalizado, entre o povo francês, sobre as implicações do Tratado de Maastricht, Jean-Marie Le Pen, histórico líder da Front National francesa, denotou:

«It is not surprising given the clever dissimulation in the way the matter was presented to the French People. It was necessary to hide from them the fact that after fifteen centuries of existence [the French nation] was going to enter the night of inexistence because of Maastricht. The death of nations is being plotted at Maastricht». (Le Pen, 1991, *apud* Tiersky 2001:194).

O tumultuoso processo que envolveu a ratificação do Tratado de Maastricht em 1992 não só despoletou uma força disruptiva no *consenso permissivo*, responsável pela legitimação do aprofundamento da integração europeia até à data, como indigitou, derradeira e inequivocamente, a penetração do conflito da questão europeia nas esferas e agendas políticas domésticas. O crescente interesse das áreas científicas como a Ciência Política, particularmente, da Política Comparada, e a conseqüente proliferação, durante a segunda metade da década de 1990, da literatura académica conexas ao estudo das relações entre os partidos políticos e a União Europeia (UE), revelaram-se, concomitantemente, sintomáticos do incremento da saliência da questão europeia no seio dos partidos políticos e da crescente politização da opinião pública em torno dos assuntos europeus.

Hodiernamente, um dos ramos de investigação mais proeminentes centra-se no posicionamento partidário face à UE, designadamente, no estudo das motivações subjacentes à manifestação de orientações negativas ou eurocéticas e orientações positivas ou europeístas, por parte dos partidos. Contudo, ao longo das últimas duas décadas de investigações empreendidas, é aparente o desenvolvimento e a cristalização de uma acentuada divisão bipartida na literatura, opondo, por um lado, um grupo de autores que defende a primazia da capacidade explanatória de fatores de índole ideológica e, por outro lado, um grupo de autores que atesta a superioridade inequívoca de fatores estratégicos na explicação das orientações dos partidos face à integração europeia. Mais do que uma divergência em torno de pressupostos teóricos e abordagens metodológicas, tal divisão consubstancia uma relação antitética, dispondo antagonicamente as motivações ideológicas e estratégicas na explicação do posicionamento partidário ante o processo de integração europeia.

Neste sentido, a presente dissertação almeja contribuir para o aprofundamento do estudo em torno das relações dos partidos com a União Europeia, indagando, designadamente, *qual a magnitude e quais os fatores que influenciam o posicionamento dos partidos face ao processo de integração europeia?*

O primeiro objetivo desta investigação visa contemplar a natureza – sentido e intensidade – das orientações adotadas pelos partidos face ao processo de integração europeia. O segundo objetivo, de carácter explicativo, almeja averiguar, substantivamente, o potencial explanatório conexo aos fatores ideológicos e estratégicos na determinação do posicionamento partidário face à integração europeia. Esta análise é efetuada sob o reconhecimento da necessidade de minimizar a natureza competitiva, aparentemente incompatível, da relação entre os fatores ideológicos e estratégicos, cristalizada na

literatura. Várias são as investigações empreendidas que empregaram, isoladamente, fatores ideológicos ou fatores estratégicos para explicar as orientações face à integração europeia adotadas pelos partidos. Raras são aquelas que tentaram conciliar o seu potencial explanatório. Assim, este trabalho centra-se na análise da capacidade explicativa conjunta dos fatores ideológicos e estratégicos, que permanece amplamente inexplorada na literatura, visando contribuir para a descodificação do *puzzle* em torno das motivações partidárias face à integração europeia.

Para o cumprimento destes desideratos, é utilizada a última versão (2014) do *Chapel Hill Expert Survey* (CHES) que não só contempla um número substancial de partidos políticos dos 28 Estados-membros da UE, como também reúne um conjunto generoso de indicadores face a uma multiplicidade de dimensões de competição política. Pese embora a incontestável qualidade dos dados providenciados pelo CHES, verifica-se a necessidade em acrescentar indicadores adicionais, designadamente, no que concerne às orientações face à integração europeia dos respetivos eleitorados partidários.

A organização da presente dissertação evidencia uma divisão tripartida. No Capítulo I – Teoria, são apresentadas a problemática e as motivações que alicerçam e fundamentam a realização desta investigação, é exposta a revisão da literatura, em torno dos debates-chave em matéria das orientações dos partidos face à integração europeia, e é definido o modelo de análise empregue (concretização, operacionalização e formulação de hipóteses). No Capítulo II – Metodologia, a natureza e os tipos de fontes de investigação e das variáveis são descritos, e é revelado e debatido o plano de análise de dados e as opções metodológicas. No Capítulo III – Resultados: Análise e Discussão, os resultados decorrentes da análise bivariada e multivariada são apresentados e, naturalmente, debatidos, com o propósito de testar as hipóteses elaboradas e responder à questão de partida inicialmente desenvolvida. Finalmente, nas Considerações Finais, são reforçadas as principais conclusões desta investigação e são avançadas algumas reflexões e considerações sobre o rumo de futuros estudos em torno do posicionamento dos partidos face à integração europeia.

CAPÍTULO I – TEORIA

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO: POSICIONAMENTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS FACE À INTEGRAÇÃO EUROPEIA

O desenvolvimento do processo de integração europeia realizara-se, até à década de 1990, sob a égide legitimadora de um *consenso permissivo* (Lindberg e Scheingold, 1970): por um lado, as elites do *mainstream* político de centro-direita e centro-esquerda acordavam, generalizadamente, na necessidade em aprofundar a integração; por outro lado, não obstante a reduzida saliência da questão europeia no seio da opinião pública, registavam-se elevados níveis de confiança popular nos decisores políticos europeus e de apoio ao aprofundamento da integração económica.

Todavia, o conturbado processo de ratificação do Tratado de Maastricht indigitaria a emergência de uma força disruptiva no consenso permissivo. À medida que o aceso debate partidário em torno da agenda europeia enfatizava questões de índole política mais controversas, nomeadamente, a transferência das tradicionais prerrogativas vestefalianas domésticas para o nível supranacional, os níveis de interesse popular incrementavam (Hix, 1999). Isto é, adotando as noções de consenso permissivo e de politização como polos opostos do mesmo *continuum* (Topaloff, 2012) e equivalendo a politização da integração europeia a contestação política (Hooghe e Marks, 2006), o Tratado de Maastricht assinalaria, derradeiramente, a penetração da questão europeia na estrutura doméstica do conflito político-partidário.

A era pós-Maastricht caracterizar-se-ia por um novo estilo de decisão política no seio do universo Europeu, mais participativo e menos tecnocrático, mais politizado e contencioso politicamente (Hooghe e Marks, 1999). Simultaneamente, as políticas preconizadas por Maastricht, designadamente, a implementação da União Económica e Monetária (UEM), contribuíram para a transformação da base de apoio popular à integração da UE (Eichenberg e Dalton, 2007): se, no período que antecederia Maastricht, o clima generalizado de apoio à integração alicerçava-se no sucesso económico e comercial dos Estados-membros, as rígidas medidas de harmonização orçamental conexas à implementação da UEM contribuíram diretamente para a forma como os cidadãos avaliavam a performance da UE e, consequentemente, para o declínio do apoio à integração.

Doravante, a questão europeia, crescentemente politizada no seio da opinião pública, potencialmente estruturadora da competição doméstica político-partidária e servindo como um quadro latente de incentivo eleitoral, compeliaria os partidos políticos a adotarem uma posição inequívoca face à integração europeia. O consenso permissivo, que outrora havia legitimado o processo de integração, começava a ser substituído por um *dissenso restritivo* (Hooghe e Marks, 2008): assistia-se, por um lado, à polarização das visões das elites políticas sobre a arquitetura institucional e o futuro da integração; por outro lado, ante um crescente e generalizado sentimento de desconfiança face aos decisores políticos, uma opinião pública europeia, politizada e crítica, exigia ser auscultada e participar decisivamente nas decisões vindouras sobre o futuro da União.

Perante o incremento da popularidade da questão europeia, termos como *eurofobia* e *euroceticismo* ou *eurofilia* e *européismo* (re)emergiram, numa primeira instância, no seio do discurso jornalístico e, posteriormente, na literatura académica, com o intuito de capturar a natureza diversificada de posições adotadas pelos atores políticos face à UE. Neste sentido, urge salientar que o estudo das orientações relativamente à arquitetura, funcionamento e dinâmicas de integração europeia não se esgota no posicionamento dos partidos políticos ou nas atitudes dos cidadãos. A análise dos níveis de apoio e oposição, à imagem da natureza da própria UE, pode ser contemplada numa perspetiva multinível (Marks e Steenbergen, 2004; Leconte, 2010), focando uma multiplicidade de atores políticos e institucionais que, localizados em diferentes arenas territoriais, competem por questões e dimensões europeias distintas.

O foco primordial da presente dissertação centra-se nos partidos políticos nacionais dos 28 Estados-membros da UE e nas respetivas orientações face ao processo de integração europeia. Tal desiderato exige, por isso, enfatizar a importância e a função dos partidos no seio do universo europeu.

Nas democracias liberais modernas, as noções de democracia, eleições e partidos aparentam materializar uma conexão tautológica, sendo impensável conceber democracia sem eleições e eleições sem partidos (Mair e Thomassen, 2010). Consequentemente, os partidos políticos, no exercício das suas funções representativas e procedimentais, constituem-se elementos imprescindíveis para o pleno funcionamento e legitimação das democracias parlamentares nacionais. Todavia, hodiernamente, assiste-se a uma disrupção deste equilíbrio, à medida que os partidos, ao nível doméstico, registam um declínio na sua vontade e capacidade em desempenhar as suas funções representativas em prol da manutenção ou do fortalecimento das funções procedimentais (Bartolini e Mair, 2001; Mair, 2003). Esta transformação empreendida pelos partidos políticos, a partir das últimas décadas do século XX, é função de uma miríade de fatores que, embora de naturezas distintas, são indissociáveis.

Primeiro, o drástico declínio dos níveis de participação eleitoral, identificação partidária e o aumento dos níveis de volatilidade eleitoral são sintomáticos da transformação do tecido social nas sociedades industriais avançadas e, consequentemente, da paulatina erosão dos perenes laços que outrora vinculavam estreitamente partidos e eleitores (Dalton e Wattenberg, 2002; Mair e Van Biezen, 2001; Van Biezen *et al.*, 2012; Thomassen, 2005). Segundo, o revigorar do caráter eleitoralista e a crescente, e irreversível, institucionalização e profissionalização dos partidos (Katz e Mair, 1995) indigitou a sua progressiva desvinculação face aos sentimentos e exigências dos cidadãos e a consequente erosão do seu desiderato representativo. Finalmente, a crescente institucionalização das estruturas de governança multinível e a consequente transferência do centro de tomada de decisão para o nível supranacional, distorcendo duplamente o equilíbrio de poderes entre o governo e o parlamento e a noção da responsabilização política, compeliram os partidos políticos a privilegiar o exercício de funções governativas em detrimento do seu papel representativo (Kriesi, 2014).

Se, ao nível nacional, a progressiva e voluntária marginalização do papel representativo dos partidos ocorre, parcialmente, em prol do reforço do seu papel procedimental, à medida que estes se

transformam em organizações com desideratos exclusivamente governativos (Van Biezen e Kopecky, 2007), acarretando riscos de erosão de uma das fontes de legitimação das democracias representativas, ao nível europeu, tal constrangimento não se verifica, uma vez que os partidos nunca conciliaram funções representativas com as governativas: na disposição do sistema político da UE, o poder executivo é assumido pelo Conselho Europeu e pela Comissão Europeia, enquanto o poder legislativo é da competência do Conselho da União Europeia e do Parlamento Europeu, assemelhando-se, respetivamente, à câmara alta e baixa de um parlamento nacional (Brack e Costa, 2014). Neste quadro institucional, os partidos e as eleições, enquanto instrumentos tradicionais da democracia que conectam as preferências dos eleitores à formulação de políticas (McDonald e Budge, 2005), encontram-se profundamente dissociados das tradicionais funções governativas.

Todavia, apesar de a desunião dos papéis representativos e procedimentais estar no cerne do debate em torno do défice democrático (Neunreither, 1994; Mair, 2007), o não exercício das funções governativas ao nível europeu, permite ao partidos atuar como verdadeiros e eficientes canais ou estruturas de representação política (Mair e Thomassen, 2010; Fernandes e Willumsen, 2016). Comparativamente à esfera nacional, os partidos políticos, por se encontrarem desprendidos da incumbência executiva, adquirem não só um potencial representativo mais robusto e eficiente, como também, organizados coletivamente no Parlamento Europeu, assistem ao reforço da sua prerrogativa de escrutínio político sobre as demais instituições supranacionais.

A importância dos partidos políticos não finda em função do seu desiderato representativo e legitimador ao nível supranacional (Ladrech, 1999), porque, em última instância, «EU politics is [domestic] party politics» (Hix, 2005:180). Em primeiro lugar, as instituições supranacionais responsáveis pelo exercício do poder executivo e legislativo recrutam, direta e indiretamente, os seus membros nos partidos políticos nacionais (Hix e Lord, 1997). Segundo, o carácter intergovernamental do Conselho Europeu e do Conselho da União Europeia implica que uma parte das decisões políticas conexas ao processo de integração europeia seja, primariamente, debatida pelos líderes e demais membros dos partidos ou coligações de governo dos Estados-membros (Moravcsik, 1993). Finalmente, a própria competição política em torno do processo de integração, estruturada pelos partidos a dois níveis, realiza-se predominantemente em torno de questões nacionais. A natureza de “segunda ordem” das eleições europeias (Reif e Schmitt, 1980) transparece a ideia de que a competição e o voto dos partidos e eleitores são fundamentados, predominantemente, por questões políticas domésticas. Os partidos, desempenhando um papel essencial na estruturação do conflito político ao nível doméstico, são imprescindíveis na mobilização dos cidadãos e na delimitação do debate e da agenda política sobre a integração europeia, designadamente, em momentos de referendo popular sobre a ratificação dos Tratados Europeus e da adesão ou permanência do país na UE (Taggart e Szczerbiak, 2002).

Da mesma forma que os partidos políticos nacionais penetram profundamente na esfera da política supranacional e contribuem decisivamente para a dinâmica do processo de integração, também a UE comporta novos desafios organizacionais, funcionais e comportamentais para os partidos políticos

domésticos (Ladrech, 2002; Poguntke *et al.*, 2007). Tal relação é sintomática do aprofundamento, alargamento e complexificação da integração Europeia, dificultando a dissociação entre políticas domésticas e europeias. Consequentemente, a questão da integração europeia emerge como um foco de análise absolutamente fundamental em qualquer trabalho que almeje contemplar as dinâmicas dos sistemas partidários e partidos políticos na Europa hodierna (Taggart e Szczerbiak, 2001).

Contemporaneamente, o extensivo portfólio político da UE, no domínio das políticas externas comerciais, financeiras, macroeconómicas, funcionais e sectoriais (Nugent, 2010), dá aso à emergência de um vasto leque de atitudes e orientações partidárias, que diferem na sua magnitude e natureza. Adicionalmente, compreender a diversificação do posicionamento dos partidos face ao processo de integração europeia exige considerar as duas grandes linhas ou projetos políticos contenciosos que têm orientado o seu desenvolvimento (Hooghe e Marks, 2001): por um lado, o projeto neoliberal almeja desunir os mercados de qualquer quadro institucional supranacional regulatório; por outro lado, o projeto para um capitalismo regulado privilegia o fortalecimento das competências regulatórias das estruturas supranacionais, com o objetivo de gerar uma dimensão social conexas à governança europeia. Mais do que meras linhas de orientação avulsas, estes dois projetos traduzem conceções normativas sobre a organização e o funcionamento do universo político europeu, providenciam uma linha de atuação política consistente nas várias dimensões da UE e estruturam o conflito político-partidário em torno da integração europeia.

Assumindo que a dinâmica contenciosa entre o projeto neoliberal e o projeto por um capitalismo regulado aparenta emular o conflito político em torno do papel do estado, parcialmente responsável por estruturar a competição nos sistemas partidários da Europa, logicamente se poderia concluir que o posicionamento adotado pelos partidos face à integração europeia é função das respetivas visões normativas sobre a organização da sociedade: partidos que favorecem a implementação de políticas fomentadoras do mercado-livre suportam o primado do projeto neoliberal; partidos que advogam um maior intervencionismo do estado na economia privilegiam a supremacia do projeto do capitalismo regulado enquanto princípio orientador do processo de integração europeia. Todavia, face à crescente politização da questão europeia, os partidos não podem deixar de a contemplar como uma oportunidade de competir por um eleitorado manifestamente descontente com o atual desenvolvimento da integração europeia. Por outras palavras, o posicionamento ante a UE é o produto final de um exercício de equilíbrio empreendido pelos partidos, refletindo o balanço das suas componentes ideológico-programáticas com considerações estratégico-táticas.

Neste sentido, a presente dissertação almeja responder à seguinte questão: *qual a magnitude e quais os fatores que influenciam o posicionamento dos partidos face ao processo de integração europeia?* O cumprimento do desiderato deste trabalho compreende, por isso, dois objetivos de natureza distinta. Primeiro, numa perspetiva descritiva, procura-se capturar os diferentes níveis de posicionamento e orientações – sentido e intensidade – adotados pelos partidos políticos face ao aprofundamento do processo de integração europeia e às respetivas dimensões e políticas que constituem o projeto europeu.

O segundo escopo, de natureza explicativa, almeja considerar, substantivamente, os fatores que contribuem para a variação dos níveis partidários de apoio e oposição ao processo de integração europeia. De acordo com a literatura, os fatores potencialmente explicativos das orientações partidárias dividem-se em dois tipos, fatores ideológico-programáticos e fatores estratégico-táticos. Consequentemente, pretende-se averiguar como é que fatores conexos a considerações estratégicas interagem *vis-à-vis* as características ideológicas dos partidos políticos, na determinação dos respetivos posicionamentos e orientações face à integração europeia.

A contemplação do posicionamento dos partidos políticos dos Estados-membros face ao processo de integração europeia revela-se uma componente crucial e indispensável no estudo das dinâmicas da competição política nos sistemas partidários da Europa atual. Consequentemente, uma justificação tripartida alicerça a realização da presente dissertação. Em primeiro lugar, o período temporal de análise selecionado, o ano de 2014, compreende circunstâncias históricas de extrema e crítica importância para o universo europeu, como o rescaldo da crise económico-financeira, o início da crise humanitária dos refugiados e o debate em torno do *Brexit*, cujas repercussões ao nível dos sistemas partidários nacionais permanecem largamente inexploradas. Em segundo lugar, comparativamente a trabalhos de investigação precedentes, pretende-se melhorar os modelos de análise explicativos do posicionamento partidários face à integração europeia, através da inserção de novos preditores, como o recurso voluntário da retórica populista e *anti-establishment* político, cujo potencial explanatório, permanece largamente por testar. Finalmente, o trabalho pretende observar os efeitos de interação entre um conjunto de fatores explanatórios, tradicionalmente empregues nas investigações anteriores, e averiguar como é que a componente ideológica dos partidos, mediante o surgimento de oportunidades estratégicas, influencia o posicionamento dos partidos face ao processo de integração europeia. Por outras palavras, este último ponto consubstancia o ideal em contrariar a tradicional natureza antitética e estática dos preditores conexos às considerações ideológicas e estratégicas (Halikiopoulou *et al.*, 2012), almejando, alternativamente, harmonizar os seus potenciais explanatórios.

1.2 ESTADO DA ARTE

A era pós-Maastricht assinalou uma inequívoca proliferação de investigações e obras em torno do posicionamento e das orientações dos partidos face à integração da UE (Leconte, 2015; Vasilopoulou, 2013). Este novo dinamismo académico foi sintomático da erosão do domínio das abordagens normativas conexas aos teóricos neofuncionalistas e intergovernamentalistas das Relações Internacionais, cuja premissa teórica fundamental alicerçava-se na irreversibilidade do processo de integração, implicando, consequentemente, a negligência e a marginalização das orientações negativas dos atores políticos domésticos face à UE (Robert e Vauchez, 2010).

Todavia, durante grande parte das décadas de 1980 e 1990, as investigações empreendidas caracterizavam-se pelo domínio, por um lado, de uma componente histórico-descritiva da relação dos partidos com a UE (Gaffney, 1996) e, por outro lado, pelo escopo comparativo, limitado e

circunscrito a uma nação ou região, designadamente, a França (Benoit, 1988), os países nórdicos (Kite, 1996) e a Europa Central e de Leste (Henderson, 1998) ou a um grupo ideológico de partidos, como a família social-democrata (Featherstone, 1988) e os verdes (Bomberg, 1998). Por outras palavras, a vasta maioria das obras e investigações realizadas até ao final da década de 1990 eram desprovidas, primeiro, de um quadro conceptual estabelecido que permitisse capturar o espetro das posições adotadas pelos partidos face ao universo europeu e lograr a sistematização de estudos comparativos em diferentes contextos e, segundo, careciam de um carácter explanatório da variação diacrónica e espacial das orientações partidárias.

A organização da presente secção visa compreender os contributos académicos que contribuíram para os dois debates-chave em matéria das orientações dos partidos face à UE, essenciais para a realização de qualquer investigação dotada de um escopo comparativo sistemático e coerente: o primeiro, relativo à *magnitude* das orientações partidárias; o segundo, relativo às suas *motivações*.

1.2.1 MAGNITUDE: SENTIDO E INTENSIDADE DO POSICIONAMENTO

A obra seminal de Taggart (1998) não só indigitou a entrada da Política Comparada no estudo do universo partidário da UE, como desencadeou, derradeiramente, o crescimento prolífico da literatura académica em torno do posicionamento dos partidos face à integração europeia. Focando-se, exclusivamente, na dinâmica negativa do posicionamento partidário, o autor introduziu o conceito “*euroceticismo*” no mundo académico, termo que visava consubstanciar uma tríade de posições adotadas por: i) aqueles partidos que rejeitavam a integração europeia e, conseqüentemente, se opunham, por princípio, à UE; ii) partidos que, não se não se opondo por princípio à UE, avaliavam ceticamente o carácter da integração europeia por esta ser excessivamente inclusiva ou iii) demasiadamente exclusiva. Por outras palavras, o termo euroceticismo partidário expressava, generalizadamente, «the idea of contingent or qualified opposition, as well as incorporating outright and unqualified opposition to the process of European integration» (Taggart, 1998: 366).

O intuito de capturar os diferentes tipos de oposição face à integração da UE nos sistemas partidários da Europa Ocidental e da Europa Central e de Leste compeliu Taggart, juntamente com Szczerbiak, a preconizar uma divisão bipartida do conceito de euroceticismo (Szczerbiak e Taggart, 2000, 2003, 2008a, 2008b; Taggart e Szczerbiak, 2001, 2002). Por um lado, a dimensão *hard* do euroceticismo expressa uma rejeição, por princípio e absoluta, da totalidade do projeto de integração económica e política europeia, acarretando, implícita e necessariamente, a advocação da saída ou da não-adesão do país à UE. A oposição partidária é função de uma consideração puramente negativa dos valores antagónicos que alicerçam a atual conceção do projeto europeu. Por outro lado, a dimensão *soft* do euroceticismo denota uma oposição qualificada e contingente a um conjunto específico de áreas políticas ou à extensão das competências supranacionais da UE, cuja manifestação poderá implicar o emprego de uma retórica que apela à defesa do interesse nacional, face ao atual desenvolvimento da

integração europeia. Adicionalmente, a posição do partido face à adesão ou permanência do respetivo país na UE cumpre o propósito de teste decisivo para diferenciar, conceptualmente, as duas dimensões.

O foco único na dinâmica negativa das orientações face à UE e o carácter excessivamente inclusivo e abrangente da definição sugerida por Taggart e Szczerbiak inspiraram tentativas adicionais de concetualização, mais exclusivas e capazes de capturar ambas as dinâmicas positivas e negativas do posicionamento partidário. Neste sentido, Kopecky e Mudde (2002) propuseram uma tipologia alternativa, alicerçada no trabalho seminal de David Easton (1965) sobre as formas de apoio aos regimes políticos, aplicando a distinção entre apoio difuso e apoio específico ao processo de integração europeia. Enquanto o primeiro se refere ao «apoio às ideias gerais da integração subjacentes à UE», o segundo denota um «apoio à prática geral da integração» (Kopecky e Mudde, 2002: 300). As orientações dos partidos estruturam-se ao longo das duas dimensões ou matrizes de apoio, materializando um quadro conceptual que diferencia, ortogonalmente, num primeiro eixo, aqueles que apoiam ou rejeitam as ideias gerais da integração (Eurófilos vs. Eurófobos) e, num segundo eixo, aqueles que favorecem ou se opõem às práticas gerais e atuais da integração europeia (UE-otimistas vs. UE-pessimistas). Do cruzamento dos eixos Eurófilos/Eurófobos e UE-otimistas/UE-pessimistas, surgem quatro tipos ideais de posicionamento partido face ao processo de integração europeia. Primeiro, os *euro-entusiastas* combinam tendências Eurófilas com UE-otimismo. Segundo, e diametralmente opostos, os *euro-objetores* conjugam posições Eurófobas com UE-pessimismo. Terceiros, os *euro-céticos* associam orientações Eurófilas a um UE-pessimismo conexo ao desenvolvimento atual do processo de integração. Finalmente, os *euro-pragmáticos* emanam laivos Eurófobos, porém, demonstram um UE-otimismo, ao favorecerem a prática da integração europeia.

Um terceiro grupo de autores, aspirando contrariar o carácter estático das tipologias supramencionadas, optou por estruturar as dimensões positivas e negativas do posicionamento partidário ao longo de um *continuum*. Flood (2002) concebeu uma escala de seis pontos, contemplando a variação do posicionamento dos partidos desde o polo negativo – *rejeicionistas, revisionistas, minimalistas* – até ao polo positivo – *gradualistas, reformistas, maximalistas*. Na mesma senda, Conti (2003) categorizou, de forma ordinal, o posicionamento dos partidos em cinco classes. Assim, torna-se possível avaliar a intensidade e o sentido do posicionamento adotado pelos partidos, que oscila entre uma dimensão negativa de *euroceticismo hard e soft*, um ponto neutral, refletindo uma indiferença do partido face ao processo de integração europeia, e uma dimensão positiva de *européismo funcional e identitário*. Por outras palavras, embora seja possível afirmar que uma determinada classe implica um nível de apoio ou oposição mais elevado ou mais diminuto do que outra, é impossível determinar a distância que as separa. Similarmente, também Resende (2009) aplicou uma escala para contemplar as variações do posicionamento partidário. A autora, considerando a natureza condicional e não condicional das posições adotadas pelos partidos, distinguiu, conceptualmente, entre uma dimensão positiva e negativa. As posições localizadas nos extremos da escala, *euroceticismo hard e eurofilismo hard* denotam, respetivamente, uma oposição e um apoio incondicional e imutável ao processo de integração europeia.

As posições intermédias, *euroceticismo soft* e *eurofilismo soft* refletem, respetivamente, uma oposição e um apoio condicional e volátil, fundamentadas em cálculos custo-benefício das consequências, a curto-prazo, do processo de integração. O derradeiro critério diferenciador entre as duas categorias médias baseia-se em tomadas de posição ou declarações públicas, realizadas *a priori*, de apoio ou contestação.

Finalmente, Vasilopoulou (2011), focando-se exclusivamente na dinâmica negativa do posicionamento partidário, a autora, a partir do preâmbulo do Tratado da União Europeia, construiu três indicadores que refletem a oposição dos partidos às características fundamentais da integração europeia: o princípio, *i.e.*, o desejo de cooperação multilateral ao nível europeu; a prática *i.e.*, a arquitetura institucional europeia; o futuro *i.e.*, o aprofundamento do processo de integração. Consequentemente, estes três critérios originam uma tríade de posições eurocéticas. Primeiro, um euroceticismo de *rejeição* demonstra uma posição em que o partido rejeita o princípio, a prática e o futuro da integração europeia. Segundo, um euroceticismo *condicional* reflete meramente o apoio do partido ao princípio da integração, mas uma rejeição à sua prática atual e a qualquer plano que estimule desenvolvimentos posteriores da integração. Terceiro, um euroceticismo de *comprometimento* consubstancia o apoio ao princípio e à prática atual da integração com uma contestação manifesta ao aprofundamento futuro da integração.

Em síntese, a contemplação do posicionamento dos partidos face à integração europeia compele os autores ao exercício de um *trade-off* conceptual, considerando o carácter inclusivo ou exclusivo da tipologia empregue e o âmbito geográfico comparativo da investigação empírica. Por um lado, a definição dicotómica *hard/soft* empregue por Taggart e Szczerbiak, permite não só identificar padrões de oposição ao nível dos sistemas partidários nacionais, como possibilita a realização de um trabalho comparativo sistemático de âmbito geográfico alargado, fruto da sua operacionalização prática. Contudo, o carácter excessivamente inclusivo e o foco circunscrito à dinâmica negativa do posicionamento conduzem a um alargamento concetual, na medida em que, virtualmente, a categoria de euroceticismo *soft* poderá abranger várias facetas da oposição (Almeida, 2012). Por outro lado, o emprego de tipologias de carácter mais exclusivo e concetualmente mais requintadas, apesar de incrementar a precisão da análise e de possibilitar a captura minuciosa de *nuances* do posicionamento partidário, comporta riscos associados à categorização e operacionalização em investigações com um escopo comparativo geográfico de grandes dimensões. O seu carácter restritivo apresenta, frequentemente, categorias alternativas que não são mutuamente exclusivas, podendo alguns partidos localizarem-se, simultaneamente, em duas, ou mais, categorias. Adicionalmente, a operacionalização destas tipologias exige uma quantidade substancial de informação que não se encontra disponível, na medida em que os partidos raramente elaboram as suas políticas e posições face à UE detalhadamente, dificultando uma comparação ao nível pan-europeu (Szczerbiak e Taggart, 2003).

A progressiva sistematização concetual deu aso à realização de múltiplas obras, cujo desiderato comparativo contemplava a variação do posicionamento partidário face à integração europeia, no espaço e no tempo. As obras de Szczerbiak e Taggart (2008a; 2008b) compreendem, extensivamente, o

fenómeno do euroceticismo partidário num vasto número de Estados-membros, desde os membros fundadores aos estados do grande alargamento de 2004. A Europa Central e de Leste é minuciosamente coberta pelos trabalhos de Kopecky e Mudde (2002), Rovny (2004) e Resende (2009). Similarmente, Raunio (2007) relacionou as dinâmicas do conflito partidário com a variação do nível de apoio à UE nos países nórdicos. O estudo diacrónico preconizado por Verney (2012a) revela um aumento dos níveis de oposição à integração da UE nos sistemas partidários dos Estados-membros da Europa do Sul. A partilha da herança comunista e do legado jugoslavo inspiraram Stojic (2006) a uma análise comparativa das orientações dos atores políticos face à UE na Croácia e Sérvia. Não se limitando aos Estados-membros, Skinner (2013) explorou os níveis de apoio partidário na Islândia, Noruega e Suíça. Alternativamente, um outro conjunto de autores almejou comparar as variações intrafamílias partidárias na Europa, nomeadamente, nos comunistas (Benedetto e Quaglia, 2007; Charalambous, 2011), regionalistas (Jolly, 2007), agrários (Sitter e Battory, 2008) ou na direita-radical (Almeida, 2010; Vasilopoulou, 2011).

A presente subsecção procurou organizar os contributos que facultaram as ferramentas teóricas para a captura das diversificadas magnitudes do posicionamento partidário face à UE. Porém, não são raros os casos em que análises diacrónicas demonstram uma alteração radical da orientação de um partido ao longo do tempo. Similarmente, exercícios comparativos revelam que partidos com características ideológicas similares manifestam orientações face à UE diametralmente opostas. Neste sentido, a próxima subsecção compreende os contributos académicos que almejaram identificar as motivações subjacentes ao posicionamento dos partidos face à integração europeia.

1.2.2 MOTIVAÇÕES: IDEOLOGIA OU ESTRATÉGIA?

O principal debate no seio da literatura do posicionamento partidário face à UE tem-se focado nas motivações ou nos fatores de causalidade. Sumariamente, é possível agrupar os diversos contributos em dois campos: proponentes de fatores ideológico-programáticos e proponentes de fatores estratégico-táticos. Mudde (2012) conetou estas duas abordagens quase-dicotómicas a uma disputa intelectual e empírica veiculada pelas escolas da Carolina do Norte e de Sussex. Enquanto a primeira, defendendo a primazia explanatória dos fatores ideológicos, emprega uma metodologia essencialmente quantitativa, com recurso a avaliações em *expert surveys*, a segunda advoga a preponderância de fatores de índole estratégica, estreitamente relacionados com o relevo eleitoral dos partidos e com o seu estatuto governativo, privilegiando uma metodologia qualitativa, alicerçada na análise dos manifestos e programas, em declarações públicas da elite partidária e em votações-chave parlamentares sobre a ratificação de Tratados Europeus, para avaliar as orientações partidárias face ao processo de integração.

1.2.2.1 FATORES IDEOLÓGICO-PROGRAMÁTICOS

No campo dos fatores explicativos de índole ideológica, Bartolini (2005: 321), tendo em vista desideratos analíticos, aconselha a preconização de uma distinção fundamental entre duas possíveis linhas de interpretação. Por um lado, o modelo *genético* assume que o posicionamento partidário face à integração europeia é determinado pelo respetivo posicionamento ou localização dos partidos nas

clivagens políticas domésticas originais. Por outro lado, o modelo *partidário* conecta as orientações partidárias às principais dimensões de conflito político prevalentes ao nível doméstico, *i.e.*, esquerda/direita, materialismo/pós-materialismo ou libertarismo/autoritarismo.

Proponentes do modelo *genético* salientam, de modo geral, a premissa de que os partidos políticos assimilam deliberadamente a questão europeia nas linhas de conflito doméstico, mitigando o seu potencial estruturador nas dinâmicas dos sistemas partidários nacionais (ver também Mair, 2000; Andersen e Evans, 2005). Marks e Wilson (1999, 2000), intimamente ligados à abordagem sociológica, veiculam a ideia que as clivagens sociais «continuam a exercer um poderoso efeito estruturador na forma como os partidos respondem a novas questões» (2000:434, traduzido pelo autor). Alicerçados na teoria das clivagens, os autores assumem que os partidos acabam por, voluntariamente, assimilar e contestar a (nova) questão europeia nos esquemas ou estruturas ideológicas pré-existentes que, perenemente, organizaram o conflito político ao nível doméstico. Fazem-no, fundamentalmente, porque não se limitam a existir como meras organizações vácuas, cujas orientações são determinadas exclusivamente em função das pressões ou dos desejos do eleitorado. Ao invés, o processo de inclusão de novas questões e estruturação da competição em torno destas é modelado pela racionalidade limitada inerente a cada partido político (Kitschelt *et al.*, 1999a).

Em suma, torna-se possível identificar o posicionamento face à integração europeia adotado pelos partidos através das respetivas predisposições historicamente enraizadas. Agrupando os partidos em famílias partidárias e, por sua vez, conectando-as às clivagens políticas que as originaram, Marks e Wilson (1999, 2001) correlacionam o incremento do apoio da família social-democrata com a entrada de tópicos relacionados com a regulação e redistribuição na agenda europeia, explicam o perene apoio dos democratas-cristãos em função da sua afinidade com o ideal de uma Igreja supranacional e da rejeição do nacionalismo e justificam a diversificação das orientações face à integração europeia na família conservadora nas respetivas afinidades com o neoliberalismo ou com o nacionalismo. Assim, a teoria das clivagens permite não só identificar as diferentes orientações (*inter*) famílias, como explica também potenciais divergências (*intra*) famílias partidárias

Posteriormente, Marks *et al.* (2002), perpetuando a premissa da teoria das clivagens como o preditor mais poderoso do posicionamento partidário face à integração europeia, empreenderam uma investigação de carácter mais complexo. Primeiro, não se limitando às famílias partidárias originadas nas quatro clivagens enunciadas por Lipset e Rokkan (1967), *i.e.*, classe, religião, centro/periferia e urbano/rural, compreenderam adicionalmente aquelas famílias partidárias oriundas da clivagem das novas políticas (Inglehart, 1990; Kitschelt, 1994). Segundo, concluíram, empiricamente, a superior capacidade explanatória da teoria das clivagens ante outros potenciais explicações.

Almeida (2012), alicerçando-se na teoria das clivagens inaugurada por Marks e Wilson (1999), assume que o posicionamento face à UE é, de modo geral, modelado pelas identidades partidárias baseadas nas clivagens. Contudo, se, por um lado, as variações das orientações entre famílias partidárias são explicadas em função do respetivo perfil ideológico e da natureza política associada à evolução da

integração europeia, a contemplação das diferenças no interior das famílias partidárias, por outro lado, exige a consideração das especificidades inerentes aos contextos domésticos. Partidos que perspetivam a UE como um facilitador para a implementação das políticas desejadas, ao nível doméstico, tenderão a manifestar níveis de apoio mais elevados do que aqueles partidos que a consideram como um obstáculo à realização dos seus objetivos políticos. Isto é, apesar de exaltar a importância da identidade partidária e da estrutura do conflito político doméstico, Almeida não negligencia, totalmente, a influência do ambiente institucional e das considerações estratégicas no comportamento dos partidos face à UE.

Alternativamente, um conjunto de autores ligados ao modelo *partidário* faculta conceptualizações distintas do espaço de competição política em torno da integração europeia. Marks e Steenbergen (2004) organizam os diferentes contributos académicos em quatro modelos: i) o modelo das Relações Internacionais (RI), veiculado pelas correntes realista, intergovernamentalista e neofuncionalista, compreende a contestação em torno da UE numa única dimensão – pró-integração/anti-integração – independente de qualquer linha de conflito doméstica; ii) o modelo regulatório (Tsebelis e Garrett, 2000) consubstancia o conflito em torno da UE numa única dimensão, esquerda/direita, ao nível nacional, em que a esquerda apela a um fortalecimento do quadro regulatório europeu e a direita favorece o desmantelamento das entidades reguladoras supranacionais; iii) o modelo de Hix e Lord (1997) conceptualiza bidimensionalmente o espaço político europeu, onde as dimensões esquerda/direita e integração/soberania são ortogonais; iv) o modelo de Hooghe e Marks (1999, 2001) dispõe, igualmente, a contestação em torno da integração europeia num espaço bidimensional, contudo, as dimensões esquerda/direita e integração/soberania são oblíquas, ou seja, não são necessariamente ortogonais nem se encontram definitivamente fundidas. Sumariamente, os modelos supramencionados são passíveis de serem agrupados, primeiro, de acordo com o número de dimensões através do qual perspetivam o espaço de contestação política e, segundo, o grau de (in)dependência entre as dimensões esquerda/direita e integração/soberania.

No que concerne aos modelos unidimensionais, o modelo das RI postula que a contestação política em torno da integração tem lugar numa dimensão ao nível supranacional, independente e autónoma das dimensões de conflito responsáveis por estruturar a competição política nos sistemas partidários nacionais. Inversamente, o modelo regulador, introduzido por Tsebelis e Garrett (2000), assume que a competição política em torno da integração é expressão direta dos conflitos à volta da regulação, subsumindo-se numa única dimensão esquerda/direita ao nível doméstico.

A visão bidimensional do espaço político europeu partilhada por Hix e Lord (1997) compreende a existência ortogonal de uma dimensão esquerda/direita, *i.e.*, uma síntese das clivagens políticas e socioeconómicas, e de uma dimensão integração/soberania, *i.e.*, oriunda de tradições sociais, culturais, nacionais e territoriais. A premissa fundamental deste modelo centra-se na incompatibilidade entre as duas dimensões de conflito, que impossibilita a redução ou a fusão numa única dimensão. Na medida em que os grandes partidos da Europa manifestam posições amplamente divergentes na questão da soberania, o tema da integração europeia é dotada do potencial em servir como uma força disruptiva à

coerência das principais famílias partidárias. Os partidos *mainstream*, privilegiando a competição política na dimensão esquerda/direita, de forma a mitigar potenciais conflitos entre membros da mesma família partidária, são compelidos a adotar posições pró-europeias, circunscrevendo as orientações negativas aos partidos mais pequenos, localizados na periferia do sistema partidário. Similarmente, Hix (1999, 2005) identificou a existência de coligações políticas no espaço bidimensional, responsáveis por limitar a margem de diferenciação entre os partidos *mainstream* na dimensão integração/soberania, motivando-os a competir exclusivamente na dimensão esquerda/direita. A existência de alianças de classe e sectoriais, que implica a alocação de valores e recursos entre grupos funcionais (Marks e Steenbergen, 2004), é somente possível na dimensão esquerda/direita e no campo positivo da dimensão integração/soberania, compelindo os grandes partidos a adotar orientações favoráveis ao desenvolvimento da integração europeia.

Na conceptualização do espaço político da UE, Hooghe e Marks (1999, 2001) identificam dois projetos políticos contenciosos, capitalismo regulado e neoliberalismo, responsáveis pela formação de coligações gerais multiníveis entre os diversos atores políticos. As duas linhas políticas emergem num espaço bidimensional, compreendido por uma dimensão esquerda/direita e uma dimensão integração/independência. Adicionalmente, estas dimensões são oblíquas, isto é, não são estaticamente ortogonais nem se encontram necessariamente fundidas. Este ponto deve ser qualificado. Primeiro, na medida em que os partidos procuram fazer prevalecer as suas convicções domésticas ao nível europeu, somente aqueles aspetos da integração europeia conexos ao papel interventivo do estado e à redistribuição poderão ser absorvidos na dimensão esquerda/direita, tornado indissociáveis as dimensões esquerda/direita e supranacionalismo/nacionalismo. Nas demais questões da integração que não são passíveis de serem subsumidas, assiste-se a emergência de uma dimensão pró-/anti-integração independente.

A premissa fundamental do modelo de Hooghe e Marks (1999, 2001) centra-se no reconhecimento da capacidade do conflito esquerda/direita em modelar o posicionamento dos partidos face à dinâmica económica da integração europeia. Partidos do centro-esquerda tenderão a favorecer aquelas políticas que almejam transformar a UE numa entidade reguladora e redistributiva; partidos de centro-direita tenderão a apoiar a formulação de políticas que visam fomentar as dinâmicas de mercado-livre no regime da UE. Posteriormente, Hooghe *et al.* (2002) comprovaram empiricamente a existência de uma relação linear entre a dimensão económica esquerda/direita e o apoio à integração europeia. Não obstante, os resultados mais relevantes desta investigação verificaram-se em torno da ascensão da dimensão relativa às novas políticas como o fator mais poderoso na estruturação das orientações partidárias face à integração europeia. Partidos mais tradicionais, autoritários e nacionalistas tendem a opor-se veemente à integração europeia; inversamente, partidos localizados perto do polo libertário favorecem o desenvolvimento da dinâmica integracionista da UE.

Neste registo, investigações empreendidas por Aspinwall (2002), Pennings (2002), Ray (2007) e Hoeglinger (2016) não só confirmaram o poder explanatório da ideologia e das dimensões de conflito

político doméstico enquanto preditores do posicionamento partidário face à integração europeia, como verificaram a natureza marginal do euroceticismo, circunscrito à periferia dos sistemas partidários. Comparando os sistemas partidários da Europa Ocidental e da Europa Central e de Leste, Marks *et al.* (2006) concluíram que as dimensões de contestação, esquerda/direita económica e GAL/TAN (*Green, Alternative, Libertarian/Traditional, Authoritarian e Nationalist*), responsáveis pela estruturação do conflito político doméstico, relacionam-se, coerente e sistematicamente, com as orientações adotadas pelos partidos face à integração da UE. Não obstante, urge salientar uma diferenciação fundamental entre as fontes de oposição. Enquanto a oposição, nos sistemas partidários da Europa Ocidental, é bipolar, isto é, surge, dupla e independentemente, nos extremos esquerdo da dimensão económica e TAN da dimensão das novas políticas, na Europa Central e de Leste, a oposição é unipolar, concentrando-se monoliticamente num grupo único de partidos, que se localiza simultaneamente nos extremos esquerdo e TAN.

1.2.2.2 FATORES ESTRATÉGICO-TÁTICOS

Um segundo grupo de autores, rejeitando a existência de uma relação linear entre ideologia e orientações partidárias face à integração da UE, privilegia, alternativamente, o emprego de um modelo institucional, estreitamente ligado a considerações estratégicas, para explicar os diferentes posicionamentos (Bartolini, 2005). Consequentemente, as considerações de índole estratégicas derivam de três dinâmicas que, não sendo, necessária e mutuamente, exclusivas, podem ser ilustradas distintivamente: a) a relevância eleitoral do partido, diferenciando partidos *mainstream* de partidos marginais; b) a participação ou estatuto governativo, distinguindo partidos no governo de partidos na oposição; c) os objetivos que orientam a ação dos partidos, designadamente, a maximização de votos, a formulação de políticas, o acesso ao executivo e a sobrevivência organizacional.

Taggart argumenta que a questão europeia é dotada de um potencial disruptivo das dinâmicas de competição nos sistemas partidários nacionais, constituindo uma «bandeira de dissidência» (1998: 384), em que os partidos marginais, deliberadamente, instrumentalizam o exacerbar da sua oposição à UE como forma de se deslocarem para fora da esfera das políticas convencionais e, consequentemente, de se diferenciarem dos partidos *mainstream* que a dominam. Inspirada na tese do domínio do partido cartel de Katz e Mair (1995), a distinção entre partidos *mainstream* e partidos marginais realiza-se num espaço triangular simbólico, onde os últimos, adotando estratégias de protesto e anti-estabelecimento, almejam aproximar-se dos cidadãos e canalizar o conflito contra a classe política elitista e *mainstream* dominante (Schedler, 1996). O predomínio das elites políticas na condução do processo de integração europeia e a amplificação das controvérsias em torno do défice democrático institucional ajustam-se plenamente à retórica *anti-establishment* e populista empregue pelos partidos marginais. Neste sentido, constata-se uma lógica tautológica na relação entre posições de *anti-establishment* e de euroceticismo *hard* (Szczerbiak e Taggart, 2000). Na mesma senda, Topaloff (2012) concluiu que os partidos *mainstream* estão desprovidos de incentivos para adotar orientações de rejeição absoluta à UE. Pese

embora a possibilidade de os principais partidos, quando na oposição, adotarem ligeiras orientações eurocéticas, o autor afirmou que os partidos *mainstream*, empreendendo um cálculo custo/benefício estratégico, deduzem que a adoção de posições eurocéticas *hard* é prejudicial no longo-prazo. O inevitável retorno ao poder acarretará poderes conexos à estruturação da agenda e privilégios redistributivos políticos e financeiros, benefícios que suplantam os incentivos oriundos da adoção de um posicionamento radicalmente negativo face à integração europeia.

O FPO austríaco e a FN francesa constituem exemplos paradigmáticos desta lógica. Durante o período de adesão da Áustria à UE no início da década de 1990, o FPO, renunciando aos compromissos pró-europeus adotados previamente, modificou, radical e deliberadamente, a sua posição face à UE como forma de se diferenciar dos perenes partidos do governo ou dos partidos cartel pró-europeus (Muller, 2002; Fallend, 2008). Similarmente, a FN radicalizou, estrategicamente, a sua oposição à integração europeia à medida que percecionava o fracasso do supranacionalismo institucional em servir de contrapeso ao domínio das instituições e partidos *mainstream* nacionais (Guyomarch, 1995).

A segunda dinâmica deriva do estatuto governativo, opondo partidos no governo a partidos na oposição, e analisa as orientações partidárias como «políticas de oposição» (Sitter, 2001), postulando uma incompatibilidade entre a incumbência executiva e a adoção de orientações eurocéticas *hard*. A participação governativa implica a entrada nas regras do jogo estabelecidas. Consequentemente, a socialização dos governantes domésticos, inseridos nas estruturas supranacionais de tomada de decisão, ou as negociações para a formação de uma coligação política constroem os atores políticos a abandonar ou, no mínimo, a mitigar a sua oposição à UE (Deschouwer, 2008). Taggart e Szczerbiak (2013), no estudo mais compreensivo da dinâmica incumbência/oposição, analisaram o impacto da participação governativa nas orientações partidárias face à UE em doze países e concluíram que, de forma geral, a incumbência acarreta efeitos amenizadores do euroceticismo partidário.

Em Espanha, o PSOE, face ao domínio do PP, outro partido pró-europeu, diminuiu os níveis de apoio à UE durante 1996 e 2004, período em que se encontrou na oposição (Jiménez e Haro, 2007). Similarmente, outro partido social-democrata, o PASOK, alterou significativamente a sua posição em direção ao consenso pró-europeu quando ascendeu ao poder, a partir da década de 1980 (Verney, 1996; 2012b). No centro-direita, o Fidesz, apesar de a retórica eurocética *soft* e das constantes críticas à subserviência dos seus antecessores sociais-democratas às exigências europeias, demonstrou grande flexibilidade negocial com Bruxelas nas negociações da adesão da Hungria à UE (Batory, 2002; 2008).

No que concerne à terceira dinâmica, Sitter (2002, 2003), a partir do trabalho de Strom (1990) e de Panebianco (1998), afirmou que as orientações dos partidos face à integração europeia, modelados por múltiplos padrões de competição política nos sistemas partidários domésticos, derivam das escolhas estratégicas empreendidas pelos partidos, de acordo com os seus objetivos e respetivos *trade-offs* associados: maximização de votos, acesso ao poder, formulação de políticas e sobrevivência organizacional.

Partidos, cujo objetivo primordial se centra na sobrevivência organizacional, tendem a adotar «oportunisticamente» posições populistas (Mudde, 2004: 542), de *anti-establishment* político e euroceticismo *hard* como forma de competir por aquele nicho de eleitorado descontente e desiludido com as forças políticas *mainstream*. Esta lógica operacional aplica-se àqueles partidos localizados na periferia, à esquerda (Charalambous, 2011) ou à direita (Almeida, 2010) no sistema partidário.

Partidos localizados no *mainstream* político e que empreendem estratégias *catch-all* – maximização do voto e acesso ao governo – adotam, normalmente, posições europeístas. A competição centrípeta, em torno do eleitor mediano pró-europeu, constrange a adoção de orientações eurocéticas do tipo *hard*. Não obstante, os partidos não são atores unitários, pelo que a existência de fações internas poderá facultar uma fonte de euroceticismo *soft* (Sitter, 2003). Adicionalmente, partidos percecionados como potenciais parceiros juniores de coligação, após uma derrota eleitoral, incrementam os seus níveis de oposição à medida que empreendem estratégias centrífugas, com o desiderato de se diferenciarem das grandes forças políticas mais centristas. Topaloff (2012) demonstrou que as diferenças de orientações face à integração europeia, registadas entre partidos periféricos, derivam da forma como o seu potencial governativo, enquanto membros de coligação, é percecionado não só pelos próprios partidos, mas como também por aqueles partidos que se encontram no governo.

Em Portugal, o posicionamento do CDS-PP face à integração europeia, durante o início da década de 1990, oscilou entre um euroceticismo temporário, materializando uma estratégia com o intuito de se distinguir ideologicamente e reverter a perda de eleitorado para a força de centro-direita, o PSD, e um europeísmo inequívoco, derivado do objetivo em constituir-se como um parceiro de coligação viável (Costa-Lobo e Magalhães, 2012). A LN italiana operou de forma similar, no final da década de 1990, exacerbando, substancial e temporariamente, a sua oposição face à UE para contrariar o fracasso eleitoral, diminuindo, posteriormente, a sua contestação para integrar uma coligação com a FI (Benedetto e Quaglia, 2007, Quaglia, 2008).

A posição face à integração europeia adotada por partidos que visam, prioritariamente, perseguir as suas preferências políticas é ambígua (Sitter, 2003), dependendo amplamente da forma como perspetivam a UE, enquanto instrumento facilitador ou perturbador da realização dos seus objetivos políticos (Goetz e Hix, 2000). Examinando a região nórdica, Raunio (2007), demonstrou como os Verdes (MP) e o Partido de Esquerda (V) suecos, encontrando-se na oposição, influenciaram as políticas domésticas do executivo minoritário do partido social-democrata sueco (SAP) sem, no entanto, moderarem o seu euroceticismo. Inversamente, partidos, cuja implementação das políticas preferidas dependa necessariamente do acesso ao governo, tenderão a mitigar as suas orientações anti-europeístas.

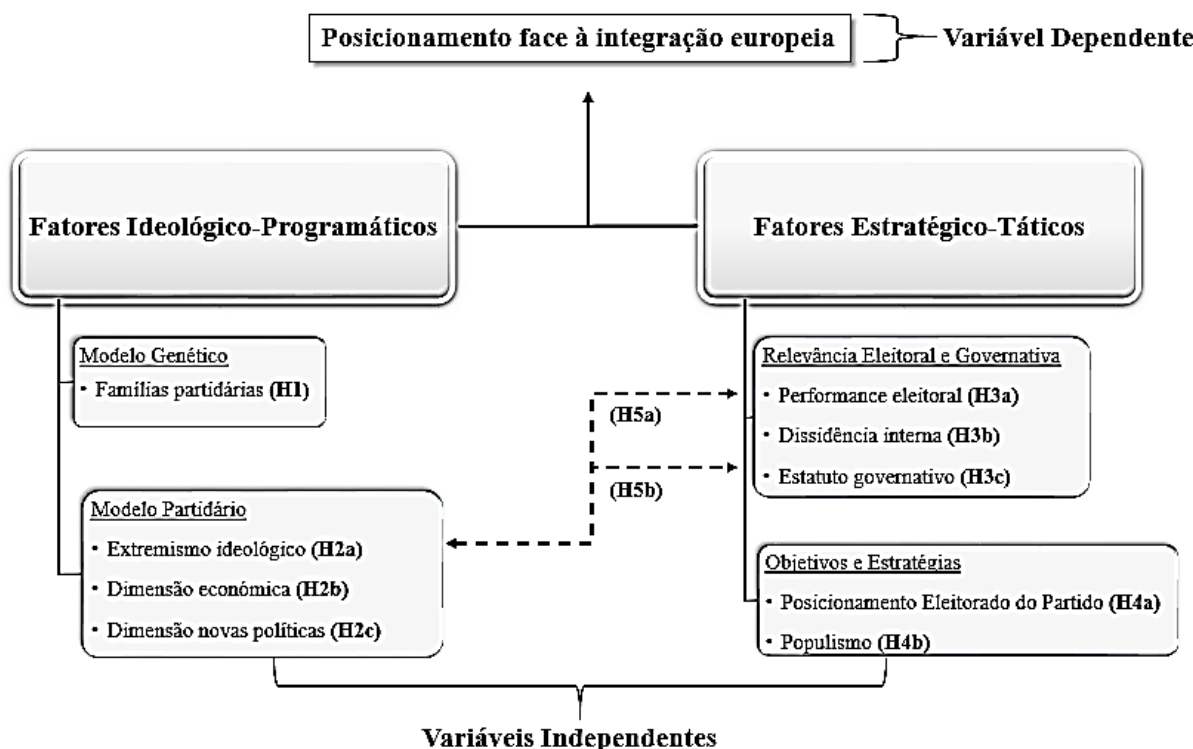
Apesar de o estudo em torno dos mecanismo causais das orientações partidárias face à integração da UE ser extensivamente dominado por abordagens ideológico-programáticas e estratégico-táticas, um terceiro grupo de autores procurou avaliar o potencial explanatório de modelos alternativos. Enfatizando a importância de fatores históricos e culturais, enraizados no espaço político doméstico, Forster (2002), Harmsen e Spiering (2004) e Spiering (2015) demonstram que o posicionamento dos atores políticos,

em França e no Reino Unido, é fundamentalmente determinado pela identidade coletiva, defesa dos interesses nacionais e preferências económicas. Neste sentido, a vasta maioria dos atores políticos nacionais acaba por partilhar orientações face à UE similares, exaltando que as diferenças entre países são mais relevantes do que aquelas registadas entre partidos do mesmo país. Por sua vez, Lees (2002, 2008) explorou o impacto do ambiente institucional nos níveis de contestação face à UE nos sistemas partidários domésticos. Focando-se nas estruturas administrativas – formas de governo e sistema político – e no tipo de sistema eleitoral e partidário em múltiplos Estados-membros, o autor verificou a inexistência de uma relação linear entre as configurações institucionais e a emergência de euroceticismo, concluindo que as estruturas de oportunidade política, apesar de providenciarem heurísticamente «um poder explanatório limitado, carecem de qualquer poder preditivo» (2008: 47, traduzido pelo autor).

1.3 MODELO DE ANÁLISE

O modelo de análise exposto na Figura 1.1 consubstancia a relação entre a variável dependente – posicionamento face à integração europeia – e as variáveis independentes, acomodadas em dois grupos explicativos: i) fatores de ordem ideológico-programática, subdivididos no modelo genético e modelo partidário; ii) fatores de ordem estratégico-tática, que contemplam a relevância eleitoral e governativa dos partidos nos sistemas partidários nacionais e os respetivos objetivos que orientam as suas ações. Tradicionalmente, estes dois grupos de fatores são empregues, individualmente, na explicação do posicionamento partidário face à integração europeia. Inversamente, a presente dissertação privilegia uma análise conciliatória, visando averiguar os efeitos interativos entre alguns dos diferentes fatores.

Figura 1.1. Modelo de Análise



Fonte: Formulação do autor, fundamentado na literatura exposta na Revisão da Literatura, Capítulo I – Teoria.

1.4 CONCEPTUALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO

Múltiplas e diversificadas são as definições do conceito de integração europeia, apresentadas pela literatura académica ao longo dos anos (ver Rosamond, 2000, cap.1). Não obstante a miríade de propostas conceituais existentes, a presente dissertação compreende a integração europeia como um «processo em que atores políticos são persuadidos a transferir as suas lealdades, expectativas e atividades políticas para um novo centro, cujas instituições possuem ou exigem jurisdição sobre os estados nacionais pré-existentes. O resultado final [da integração] é uma nova comunidade política, sobreposta às comunidades pré-existentes» (Haas, 1968:16; traduzido pelo autor). Neste sentido, o *posicionamento face à integração europeia* reflete, nesta investigação, um conjunto de orientações adotadas pela liderança dos partidos políticos, positivas ou negativas, cuja operacionalização realiza-se através do emprego de uma escala intervalar, contemplando as orientações partidárias desde um polo negativo de oposição forte, incondicional e *hard* a um polo positivo de apoio forte, incondicional e *hard*. Assim, no seguimento das operacionalizações preconizadas por Conti (2002), Ray (2007) e Resende (2009), optou-se por perspetivar as noções tradicionais de euroceticismo e de eurofilismo/europeísmo através de um *continuum* ao invés de categorias¹.

Porém, duas ressalvas devem ser feitas relativamente à origem (partidos) e ao destino (integração europeia) das orientações. Os partidos políticos não se constituem como atores unitários, na medida em que as suas ações, decisões e orientações raramente se revelam o produto de um inequívoco consenso entre as suas elites e bases políticas. Pese embora a existência de fações internas, são as vantagens em termos de simplicidade e parcimónia analítica, acarretadas pelo tratamento dos partidos como atores unitários, que permitem a realização deste estudo comparativo de escopo geográfico alargado, extensível a partidos políticos de 28 Estados-membros (Topaloff, 2012). Relativamente ao destino das orientações partidárias, contemplar a integração europeia como um processo monolítico, sob o risco de se ignorar as suas vertentes políticas, económicas ou socioculturais, pode limitar substantivamente o desiderato analítico (Helbling *et al.*, 2010).

Contemplada a variável dependente do estudo, a conceptualização e operacionalização focam-se, agora, nas variáveis independentes. Recuperando o contributo de Sargent, o conceito de ideologia é definido como um «conjunto de valores e crenças conexos às múltiplas instituições e processos da sociedade [...] que faculta o crente de uma imagem do mundo como este é e como deveria ser e, conseqüentemente, organiza a tremenda complexidade do mundo em algo bastante simples e compreensível» (2009:2, traduzido pelo autor). Ware (1996), na interpretação deste conceito aplicado aos partidos políticos, sugere uma divisão bipartida entre, por um lado, uma abordagem sociológica ou institucional, que indicia que a ação hodierna dos partidos é condicionada, profundamente, por um conjunto de crenças e valores que datam à sua fundação e, por outro lado, uma abordagem espacialmente competitiva, que perspetiva os partidos como atores dotados da capacidade em adaptar a sua ideologia

¹ Ver páginas 28-29 do Capítulo II – Metodologia para uma descrição técnica de todas as variáveis.

consoante a opinião do eleitorado. Neste sentido, aplicando esta noção bipartida à relação entre a ideologia e posicionamento dos partidos face à integração europeia, Bartolini (2005), distingue entre um *modelo genético* e um *modelo partidário* de competição espacial. Enquanto o primeiro se foca nas clivagens estruturadoras do conflito político ao nível doméstico, o segundo enfatiza as dimensões de competição política ao nível doméstico, como por exemplo, a dimensão esquerda/direita ou a dimensão libertarismo/autoritarismo. Assim, a operacionalização do conceito dos fatores ideológico-programáticos, vulgo ideologia, realizada na presente dissertação, inspira-se no contributo de Bartolini.

A operacionalização do *modelo genético* efetua-se através das famílias partidárias (Von Beyme, 1986), derivadas daqueles conflitos históricos responsáveis pela estruturação da competição política nos sistemas partidários. Tal como Mair e Mudde (1998) argumentam, a acomodação dos partidos em famílias partidárias revela-se extremamente importante nos estudos partidários comparativos, na medida em que possibilita a contemplação e identificação de similaridades entre os partidos dos diferentes sistemas partidários da Europa Ocidental e da Europa Central e de Leste.

Com as suas devidas diferenças, a categorização dos partidos em famílias partidárias, aqui realizada, é inspirada no trabalho de Hix e Lord (1997), compreendendo dez famílias diferentes: esquerda radical, verdes, sociais-democratas, regionalistas, agrários, liberais, democratas-cristãos, confessionais, conservadores e direita radical. Contudo, a categorização não é um processo simples e linear, sendo alguns partidos mais difíceis de serem classificados do que outros. A heterogeneidade reflete problemas derivados da indefinição das fronteiras conceptuais que diferenciam as diferentes famílias e de quantas famílias partidárias deverão existir. Urge ressaltar, todavia, que o presente estudo contempla partidos que emergiram nos sistemas partidários nacionais dos Estados-membros durante o primeiro quarto do século XXI. Enquanto uns se afiguram facilmente categorizáveis de acordo com os critérios supramencionados – porque constituem o resultado de uma facção dissidente de um antigo partido *mainstream* ou detêm um perfil ideológico inequívoco – outros revelam-se extremamente difíceis de acomodar nas famílias partidárias tradicionais. Assim, aqueles partidos, cujo processo de categorização se revele ambíguo, foram incorporados no grupo “sem família”.

Enquanto o *modelo genético* recorre às famílias partidárias como indicador, operacionalização do *modelo partidário* implica o recurso a três indicadores que refletem diferentes dimensões estruturadoras da competição político-partidária nos Estados-membros.

Primeiro, o extremismo ideológico visa capturar a distância absoluta do partido em relação ao centro do sistema partidário. Foi recodificado a partir da dimensão esquerda/direita geral que, frequentemente, é empregue como instrumento heurístico para facilitar a compreensão da realidade complexa do panorama político aos eleitores e à própria elite política (Knutsen, 1998). Se a escala de 11 valores esquerda/direita original oscilava entre 0 (extrema-esquerda) e 10 (extrema-direita), a escala recodificada do extremismo ideológico compreende valores entre 0 (centrismo) e 5 (extremismo). Segundo, a dimensão económica (Downs, 1957), conexas a temas económicos como a intervenção do estado na economia, redistribuição da riqueza ou despesa pública, compreende posições de esquerda –

defesa de um papel ativo do estado na economia, incremento da regulação, maior redistribuição da riqueza e o fortalecimento do Estado social – e posições de direita – redução do papel interventivo do estado, privatizações, menos regulação, diminuição de impostos, desmantelamento do Estado social e redução da despesa pública. Terceiro, a dimensão das novas políticas (Inglehart, 1990; Kitschelt, 1994) relaciona-se com os assuntos de índole não-económica, designadamente, de carácter ambiental, estilo de vida ou ordem e justiça. Não obstante a discussão em torno dos valores e das noções que compõem esta dimensão em torno dos valores materialista/pós-materialista ou valores autoritário/libertário (ver Freire, 2006, cap. 2), nesta dissertação, a dimensão das novas políticas contempla posições compósitas GAL (*Green, Alternative e Libertarian*) que favorecem a expansão das liberdades individuais e posições compósitas TAN (*Traditional, Authoritarian e Nationalist*) associadas à preservação da ordem e tradição, reservando ao estado um papel de autoridade inequívoca na defesa dos assuntos socioculturais.

Em suma, o modelo partidário é operacionalizado através de três indicadores: extremismo ideológico, dimensão económica e dimensão das novas políticas². Ressalve-se a potencial confusão originada pela semelhança das categorias de cada indicador. A dimensão esquerda/direita geral, que não integra o modelo analítico exposto na Figura 1.1., compreende, «abstratamente», as duas dimensões de conflito – dimensão económica e a dimensão das novas políticas (Kitschelt, 1994; Hix e Lord, 1997: 27; Heywood, 2003) – que, por sua vez, são consideradas individualmente e integram o modelo analítico. Assim, falar de extrema-esquerda e extrema-direita na dimensão económica não é o mesmo que referir extrema-esquerda e extrema-direita na dimensão esquerda/direita geral. Inequivocamente, torna-se impossível preconizar uma dissociação absoluta entre o modelo genético e o modelo partidário. Por exemplo, é possível, de uma forma geral, alinhar coerentemente as famílias partidárias ao longo da dimensão esquerda/direita tradicional. Todavia, em termos metodológicos, enquanto o emprego do modelo genético garante um nível de precisão analítico elevado, explicando diferenciações entre famílias partidárias localizadas no mesmo ponto de uma escala esquerda/direita, o modelo partidário providencia, heurísticamente, um instrumento de análise parcimonioso, com base em informações mínimas. Tome-se, para efeitos compreensivos, como referência o ponto 2 da escala GAL/TAN da dimensão das novas políticas. Este ponto indicaria que o partido em questão advogaria valores pós-materialistas ou libertários. Contudo, a capacidade informativa deste valor findaria aqui, não sendo possível descodificar, por exemplo, qual a família partidária à qual pertenceria: esquerda radical, social-democrata, verde ou até mesmo um partido regionalista. Da mesma forma, hipoteticamente, dois partidos sociais-democratas podem posicionar-se tão distintamente quanto possível, nas diferentes dimensões supramencionadas, e, no entanto, não deixam de partilhar uma origem genética, que é a sua família partidária em comum.

² A aplicação e a formulação dos indicadores são aprofundadas no Capítulo II – Metodologia, página 29. Ressalve-se que são aplicados três indicadores ou variáveis neste estudo do *modelo partidário*: extremismo ideológico, dimensão económica e dimensão das novas políticas.

Os fatores ideológico-programáticos são acomodados num modelo genético e num modelo partidário. Similarmente, os fatores estratégico-táticos encontram-se divididos num primeiro grupo, de acordo com a *relevância eleitoral e governativa dos partidos* e num segundo grupo, relacionado com *as estratégias e objetivos* empreendidos pelos partidos.

O conceito de estratégia é definido como um «conjunto de táticas empregues para alcançar um ou mais objetivos específicos», como a maximização dos votos ou o acesso ao governo (Almeida, 2012:40, traduzido pelo autor). A definição de estratégia empregue na presente dissertação não constitui uma noção conceptual linearmente antagónica de ideologia, pois, caso contrário, assumir-se-ia que o comportamento ideológico corresponderia a um «tipo errático de ação, determinada por decisões incoerentes e arbitrárias» (2012: 40, traduzido pelo autor). Assim, considera-se que os partidos, mediante o ambiente institucional e a configuração do sistema partidário em que se encontram inseridos, agem racionalmente com o intuito de maximizar o seu poder. Consequentemente, aquele conjunto ou sistema de valores e crenças é «ajustado devido a visões exógenas e considerações temporárias» (Rovny, 2004: 36, traduzido pelo autor), estreitamente dependentes dos desejos e vontades oscilantes da opinião pública e dos desejos do partido naquele momento.

A sua operacionalização é executada, duplamente, a partir da *relevância eleitoral e governativa* do partido e *das estratégias e objetivos* que orientam as suas ações. Para o primeiro grupo, os indicadores utilizados são a performance eleitoral – percentagem de votos obtidos pelos partidos nas eleições legislativas –, a dissidência interna – o grau de divisão no interior dos partidos sobre a integração europeia – e o estatuto governativo – papel de participação no executivo ou de oposição.

A operacionalização dos *objetivos e estratégias* que orientam a ação dos partidos – maximização dos votos, acesso ao poder, formulação de políticas e sobrevivência organizacional – é, por outro lado, mais complicada de se realizar, especialmente, quando o desiderato comparativo compreende uma amostra alargada de partidos (Wolinetz, 2002). Primeiro, porque os partidos raramente assumem, pública e inequivocamente, quais são os seus objetivos. Segundo, uma categorização precisa exige uma observação constante das atitudes, comportamentos e práticas internas de cada partido. Terceiro, pese embora os contributos académicos que especificam as orientações dos partidos tradicionais, a presente dissertação lida com partidos que emergiram nos sistemas partidários dos Estados-membros, durante a primeira década do século XXI, e a informação disponível relativa às respetivas dinâmicas internas e comportamentos praticamente inexistente. Face à impossibilidade, nesta dissertação, de coincidir cada objetivo a um indicador específico, são utilizados dois indicadores, que procuram cobrir generalizadamente os objetivos e as estratégias empreendidas pelos partidos. Partindo do princípio que a maximização dos votos constitui um instrumento superior para o sucesso dos partidos em alcançar outros objetivos, designadamente, o acesso ao governo ou a formulação de políticas, a operacionalização dos objetivos da maximização dos votos, formulação de políticas e acesso ao poder é realizada com o recurso ao posicionamento face à integração europeia dos eleitorados de cada partido. Para medir o objetivo da sobrevivência organizacional, estreitamente relacionado com os partidos mais pequenos que

procuram atrair, «agradar [e] *comprar*» os votos de uma parte do eleitorado descontente com o *mainstream* político (Mudde, 2004: 542; Sitter, 2003; Topaloff, 2012), é aplicado um indicador que visa mensurar a saliência da retórica do populismo e do discurso anti-elite e *anti-establishment* político.

1.5 HIPÓTESES³

A teoria das clivagens sociais postula que os partidos assimilam, deliberadamente, a contestação em torno da questão europeia naqueles padrões de competição pré-existentes, perenemente responsáveis pela estruturação do conflito político nos sistemas partidários nacionais (Marks e Wilson, 2000). Na sua obra seminal, Lipset e Rokkan (1967) identificaram quatro clivagens, oriundas de conjunturas críticas, responsáveis por estruturar, de forma estável, o conflito político na Europa Ocidental: centro/periferia, estado/igreja, urbano/rural e capital/trabalho. A premissa conexas ao congelamento dos sistemas partidários da Europa Ocidental e das respetivas linhas de conflito político em torno das clivagens supramencionadas traduz uma interpretação restritiva do conceito de clivagem, enquanto linha de divisão social, consciente da sua identidade coletiva e expressa em termos organizacionais (Bartolini e Mair, 1990). Inversamente, um outro grupo de autores, adotando uma interpretação extensiva do conceito de clivagem (Taylor e Rae, 1970), refuta a premissa do congelamento, advogando a emergência de uma quinta clivagem em torno das *novas políticas* (Flanagan, 1987; Inglehart, 1990; Kitschelt, 1994) – opondo valores materialistas ou autoritários e valores pós-materialistas ou libertários.

No processo de institucionalização das linhas de divisão sociais, os partidos políticos, enquanto produtores e refletores, desempenham um papel imprescindível para ativação, conversão e manutenção das clivagens políticas (Sartori, 1969; Deegan-Krause e Enyedi, 2010). A vasta maioria dos partidos políticos, organizados em famílias partidárias, na Europa Ocidental (Mair e Mudde, 1998) e na Europa Central e de Leste (Ágh, 1996) encontram as suas raízes ideológicas, direta ou indiretamente, nas polarizações históricas supramencionadas, constituindo estas «prismas, através dos quais os partidos políticos respondem às novas questões» (Marks e Wilson, 2000: 459). Por outras palavras, cada família partidária, cuja origem remonta a uma conjuntura crítica e a uma clivagem específica, tenderá a adotar orientações face à integração europeia que reflitam aqueles interesses defendidos e as questões políticas mais salientes que, em primeiro lugar, suscitaram o seu aparecimento nos sistemas partidários nacionais no passado (Hix e Lord, 1997). Assim, *é expectável que o posicionamento dos partidos face à integração europeia varie de acordo com as famílias partidárias* (H1). Com o intuito de mitigar a vagueza da hipótese formulada, é, de seguida, apresentada o tipo de orientações expectáveis conexas a cada família:

- Esquerda radical: é expectável que o posicionamento dos partidos de esquerda radical oscile entre uma *oposição forte* e uma *oposição moderada*. De forma geral, a esquerda radical insurge-se contra uma «Europa política (maior federalização), Europa militar (o desenvolvimento de uma política comum externa e de defesa) e uma Europa de mercado (a competição livre e a

³ Ver Figura 1.1. para visualizar, esquematicamente, as hipóteses associadas aos respetivos fatores explicativos.

perda de alavancas económicas nacionais)» (March e Freire, 2012: 81-82). Não obstante, a conjugação de partidos comunistas ortodoxos, pós-comunistas/reformadores, vermelho-verde ou socialistas democráticos na categoria da esquerda radical contribui para a diversificação na oposição manifestada, variando entre uma rejeição absoluta do projeto europeu e a defesa da não adesão ou saída do respetivo estado-membro da UE e uma oposição moderada que consubstancia a necessidade de se reformar a arquitetura institucional e o sistema político europeu (Charalambous, 2011).

- Verdes: é expectável que os partidos verdes manifestem um *apoio moderado* face à UE. Apesar de a crítica ao défice democrático permanecer na sua agenda política (Bomberg, 1998), a evolução positiva generalizada das suas orientações prende-se largamente na capacidade da UE em servir como um instrumento facilitador à adoção de medidas de proteção ambiental.
- Sociais-democratas: é expectável que os partidos sociais-democratas *apoiem fortemente* a integração europeia. À medida que a integração europeia reforça as competências das instituições supranacionais no âmbito da regulação ao nível europeu, os partidos sociais-democratas tendem a convergir no apoio inequívoco ao projeto Europeu (Almeida, 2012: cap.2).
- Regionalistas: é expectável que os partidos regionalistas manifestem um *apoio moderado*. Segundo Jolly (2007), os partidos regionalistas permanecem monoliticamente pró-europeus, na medida em que o aprofundamento da integração política e o fortalecimento das instituições supranacionais enfraquecem a autoridade e o controlo do governo central do estado-nação.
- Agrários: é expectável que os partidos agrários apresentem um *apoio moderado*. Estreitamente ligados à defesa dos interesses das periferias agrícolas, as orientações positivas dos partidos agrários alicerçam-se nos benefícios redistributivos inerentes à Política Agrícola Comum (Hix e Lord, 1997).
- Liberais: apesar de constituírem umas das famílias partidárias mais diversificadas, é expectável que os partidos liberais demonstrem níveis de *apoio forte* à integração europeia. Por um lado, a integração amplifica as liberdades económicas e a competição num regime de comércio-livre e, por outro lado, incrementa os poderes das instituições supranacionais e liberdades individuais, restringindo o nacionalismo (Marks *et al.*, 2002).
- Democratas-cristãos: é expectável que a família democrata cristã continue a perpetuar níveis de *apoio forte* à UE. Historicamente, a afinidade com a igreja supranacional e a rejeição do nacionalismo contribuíram para a manifestação de um apoio incondicional à intensificação da integração europeia. Adicionalmente, os partidos democratas cristãos perspetivam a integração europeia como uma forma de aliar o crescimento económico a uma regulação positiva (Almeida, 2012 cap. 5; Marks e Wilson, 2000; Marks *et al.*, 2002).
- Confessionais: ao contrário dos democratas cristãos, é expectável que os partidos confessionais demonstrem níveis de *oposição moderada*. Os partidos que se identificam com o carácter

nacional das igrejas protestantes tenderão a rejeitar a transferência das prerrogativas e autoridades tradicionais vestefalianas do nível doméstico para o nível supranacional (Leconte, 2010; Marks e Wilson, 2000).

- Conservadores: é expectável que os partidos conservadores manifestem um *apoio moderado* à integração da UE. Todavia, o facto de os partidos conservadores consubstanciarem duas correntes ideológicas distintas – neoliberalismo e nacionalismo – acarretará diferentes orientações face à UE (Hooghe e Marks, 2001). Por um lado, partidos neoliberais tenderão a apoiar o regime de competição económica de mercado-livre e a existência de uma infraestrutura supranacional mínima supervisora. Partidos com orientações nacionalistas, por outro lado, tenderão a opor-se à consolidação de uma autoridade supranacional, dotada da capacidade de enfraquecer as esferas de autoridade e poder nacionais.
- Direita radical: é expectável que os partidos de direita radical se *oponham fortemente* à integração europeia. Para os partidos de direita radical, a integração constitui uma força disruptiva do controlo estatal da economia, produzindo claros vencedores e perdedores (Kriesi, 2014). Similarmente, o nativismo presente nos partidos de direita-radical equivale a uma rejeição absoluta da integração política e cultural do projeto europeu (Mudde, 2007).

A construção da União Europeia é, historicamente, um projeto dos partidos do centro-esquerda e centro-direita (Hix e Lord, 1997; Marks *et al.*, 2002; Leconte, 2010). Enquanto a ideologia centrista perspetiva positivamente a interdependência e a transferência das prerrogativas para a esfera supranacional em prol da manutenção da paz e da prosperidade económica, a esquerda e a direita perspetivam a integração Europeia como uma ameaça disruptiva da esfera das competências tradicionais do estado, designadamente, em matéria económica, política e cultural (Aspinwall, 2002). Consequentemente, *é expectável que o nível de apoio à integração europeia diminua à medida que nos aproximamos dos extremos do espetro político* (H2a).

A competição política espacial nos sistemas partidários da Europa Ocidental e da Europa Central e de Leste é estruturada por uma dimensão económica esquerda/direita e por uma dimensão das novas políticas GAL/TAN (Flanagan, 1987; Bartolini e Mair, 1990; Kitschelt *et al.*, 1999b; Zielinski, 2002). Assumindo que os partidos assimilam sempre que possível a questão europeia nas dimensões de conflito doméstico, Hooghe *et al.* (2002) estabeleceram uma relação linear entre as dimensões económica e das novas políticas e o posicionamento partidário face à UE. Assim, considerando a prevalência das políticas relativas ao mercado interno e das políticas orçamentais no seio do projeto europeu hodierno (Hooghe e Marks, 1999), *é expectável que partidos que advoguem um papel reduzido do estado na economia (isto é, partidos do polo direito da dimensão económica) apresentem níveis de apoio à integração mais elevados* (H2b). Por outro lado, o aprofundamento da integração europeia encontra-se estreitamente relacionado com dinâmicas multiculturalistas, cosmopolitas e democráticas (Hooghe e Marks, 2001), Consequentemente, *é expectável que partidos que defendam valores verdes, alternativos e libertários*

(isto é, partidos do polo GAL da dimensão das novas políticas) apresentem níveis de apoio à integração mais elevados (H2c).

Taggart (1998) e Szczerbiak e Taggart (2000) observaram que os partidos marginais, com uma relevância eleitoral diminuta, apresentam maior predisposição para adotar posições de oposição e rejeição absoluta face à integração da UE, como forma de se diferenciarem dos partidos *mainstream*. Inversamente, os incentivos ou benefícios para a adoção de orientações negativas radicais por parte dos partidos *mainstream* são nulos (Topaloff, 2012). Assim, *é expectável que o nível de apoio à integração europeia se revele mais elevado em partidos com performances eleitorais mais altas* (H3a). Segundo Szczerbiak e Taggart (2000) e Sitter (2003), uma das razões que pode levar partidos *mainstream* – partidos com performance eleitorais elevadas – a adotar posições eurocéticas moderadas é a existência de um acentuado grau de divisão interna no partido em relação à questão da integração europeia. Assim, formula-se a seguinte hipótese condicional: *é expectável que partidos que registem um elevado grau de dissidência interna em torno da questão europeia manifestem níveis de apoio à integração mais baixos, particularmente, quando têm uma performance eleitoral alta* (H3b). A participação no governo, indigitando a entrada dos partidos nas estruturas de tomada de decisão ao nível supranacional, aparenta acarretar não só um efeito mitigador como também constrangedor à adoção de orientações negativas face à integração europeia (Deschouwer, 2008; Taggart e Szczerbiak, 2013). Consequentemente, *é expectável que partidos que se encontrem no governo apresentem níveis de apoio face à integração europeia mais elevados do que os partidos que se encontram na oposição* (H3c).

Na qualidade de atores racionais, a ação dos partidos revolve em torno de um conjunto bem definido de objetivos e das respetivas estratégias empreendidas para os alcançar (Panebianco, 1988; Strom, 1990): sobrevivência organizacional, maximização dos votos, formulação de políticas e acesso ao poder. De acordo com Downs (1957), a maximização dos votos constitui um instrumento nuclear na competição política, na medida em que os partidos se focam centralmente na formulação de «políticas com o objetivo de vencer eleições ao invés de [se concentrarem em] vencer eleições para formular política» (1957: 28). Todavia, da mesma forma que, em sistemas partidários caracterizados por coligações governamentais, a maximização dos votos não se releva condição *sine qua non* para o acesso ao governo, também em sistemas partidários caracterizados por governos minoritários, o objetivo da formulação (e implementação) das políticas preferidas dos partidos não depende, necessariamente, do acesso ao poder, mas antes da sua capacidade em influenciar a orientação do governo minoritário responsável pelo executivo (ver Sitter, 2003 e Raunio, 2007 para os casos nórdicos).

Considerando a preponderância da maximização de votos enquanto instrumento fundamental para o alcance de outros objetivos, é postulado que os partidos «são atraídos por aquelas posições políticas que são mais favorecidas por um grande número de eleitores e, [inversamente] as posições políticas favorecidas pelo eleitorado do partido tenderão a refletir aquelas manifestadas pelos partidos em que votam» (Iversen, 1994: 157). Daqui decorre um potencial problema em torno do sentido da causalidade da relação que deve ser ressaltado nas considerações posteriores. Isto é, da mesma forma que o

posicionamento dos partidos face à integração europeia poderá ser influenciado pelo posicionamento do eleitorado, também o posicionamento do eleitorado poderá ser modelado pelas orientações dos partidos (Steenbergen e Scott, 1997; Marks *et al.*, 2002). Partindo do pressuposto que as orientações dos partidos são permeáveis às posições políticas favorecidas pelos eleitores, *é expectável que o posicionamento dos partidos face à integração europeia tenda a refletir o posicionamento do respetivo eleitorado face à integração europeia* (H4a). Segundo Sitter (2003), Mudde (2004) e Topaloff (2012), alguns partidos tendem a recorrer ao emprego de uma retórica de protesto, *anti-establishment* e populista com o intuito de atrair os votos de um nicho do eleitorado manifestamente descontente e desiludido com o *mainstream* político e, assim, garantir a sua sobrevivência organizacional. Desta forma, *é expectável que os partidos que empreguem e enfatizem acentadamente uma retórica populista apresentem níveis de oposição à integração europeia mais elevados* (H4b).

Pese embora o facto de a literatura em torno das motivações causais do posicionamento dos partidos face à integração europeia contemplar, antagonicamente, fatores ideológico-programáticos e fatores estratégico-táticos, a presente dissertação almeja ultrapassar a aparente relação antitética entre este grupo de preditores em prol de uma relação de complementaridade. Assim, é rejeitada a existência de uma relação dicotómica entre os conceitos de ideologia e estratégia. A literatura é fértil em demonstrar casos de partidos que, partilhando a mesma origem genética ou perfil ideológico, adotam orientações face à integração europeia diametralmente opostas. Inversamente, não são raros os casos de partidos que, deparados com oportunidades estratégicas similares, dispõem de posicionamentos face à integração europeia diferenciados. Os partidos não constituem agentes imutáveis e impermeáveis, cuja ação é exclusivamente determinada, por um lado, pelo seu perfil ideológico ou, por outro lado, pelas vontades e pressões do seu eleitorado e pelas oportunidades políticas com que se deparam nos respetivos sistemas partidários.

Assumindo, desde logo, a escassa sustentação teórica, visa-se testar o efeito da performance eleitoral e do estatuto governativo na relação entre o extremismo ideológico e o posicionamento face à integração europeia. Se, por um lado, o emprego do extremismo ideológico prende-se com o facto de esta ter sido recodificada a partir de uma dimensão ideológica geral esquerda/direita que, teórica e metodologicamente, congrega a dimensão económica e a dimensão das novas políticas e, por isso, é dotada de uma maior generalidade na contemplação da ideologia dos partidos, por outro lado, a utilização da performance eleitoral e do estatuto governativo relaciona-se com o ênfase que a literatura lhes concede, na explicação do posicionamento dos partidos face à integração europeia, minimizando, a falta de sustentação teórica para a seguintes hipótese condicionais. Neste sentido, foram formuladas duas hipóteses condicionais. Primeiro, *é expectável que partidos ideologicamente extremistas manifestem orientações mais negativas face à integração europeia, especialmente, quando têm uma performance eleitoral baixa* (H5a). Segundo, *é expectável que partidos ideologicamente extremistas manifestem orientações mais negativas face à integração europeia, especialmente, quando se encontram na oposição* (H5b).

CAPÍTULO II – METODOLOGIA

2.1 TIPO E FONTES DE INVESTIGAÇÃO

A presente dissertação contempla o posicionamento face à integração europeia de 245 partidos políticos dos 28 Estados-membros da UE⁴, durante o ano de 2014⁵. O seu desiderato comparativo, realizado ao nível meso (Peters, 1998), visa não só identificar as similaridades e diferenças no posicionamento, mas, adicionalmente, almeja explorar o potencial explanatório de múltiplas razões que potencialmente motivam os partidos a adotar diferentes orientações face à integração europeia. Neste sentido, a identificação sistemática da localização dos atores políticos em múltiplas arenas ou espaços é importante para o estabelecimento de inferências causais no âmbito da competição política (Benoit e Laver, 2006).

De acordo com Laver e Hunt (1992), quatro métodos, com as respetivas vantagens e desvantagens, podem ser empregues na estimação do posicionamento dos partidos em assuntos políticos: análise de documentação partidária, realização de inquéritos à população, entrevistas a dirigentes partidários e o recurso a *expert surveys*. O presente trabalho utiliza o projeto dos investigadores da Universidade da Carolina do Norte, o *Chapel Hill Expert Survey* (CHES) (Bakker *et al.*, 2015a). O emprego do CHES faculta um elevado grau de inclusividade, validade e confiabilidade no tratamento e análise dos dados relativos aos partidos políticos dos sistemas partidários da Europa Ocidental e da Europa Central e de Leste (ver Ray, 1999; Steenbergen e Marks, 2007; Whitefield *et al.*, 2007; Hooghe *et al.*, 2010; Bakker *et al.*, 2015b). Adicionalmente, com o intuito de consolidar e aprofundar o modelo de análise, acrescentaram-se novas variáveis à base de dados do CHES, provenientes de outros projetos, designadamente, os *Parliaments and Governments Database* (ParlGov) (Döring e Manow, 2016), e o *European Election Studies* (EES) (Schmitt *et al.*, 2015).

2.2 NATUREZA E DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Esta secção propõe-se a descrever e clarificar a origem e a natureza das variáveis que integram o modelo de análise (ver Figura 1.1.), e cuja definição e operacionalização foi discutida no capítulo anterior⁶.

Facultada pelo CHES, a variável dependente, *posicionamento face à integração europeia*, constitui-se um variável ordinal, cuja escala de 7 pontos oscila entre um polo de orientações negativas (1= opõe-se fortemente à integração europeia) e um polo de orientações positivas (7= favorece fortemente a integração europeia). Como foi supramencionado, embora esta investigação privilegie o

⁴ Os partidos políticos incluídos no CHES cumprem, no mínimo, um dos seguintes critérios: 1) o partido recebeu 3%, ou mais, de votos nas eleições legislativas imediatamente anteriores a 2014; 2) o partido encontrava-se representado na câmara baixa do parlamento nacional em 2014; 3) o partido encontrava-se representado no Parlamento Europeu em 2014.

⁵ Pese embora o CHES facultar dados para a realização de uma análise longitudinal (compreende avaliações de especialistas no anos de 1999, 2002, 2006, 2010 e 2014), similarmente a outras bases de dados, também sofre problemas relacionados com a descontinuidade das questões com o passar dos anos.

⁶ Ver Anexo A para consultar a formulação original das perguntas e indicadores, a dimensão da amostra e outras características técnicas e estatísticas das variáveis.

emprego desta variável, o CHES fornece também indicadores relativos ao posicionamento dos partidos face a cada das seguintes políticas e dimensões europeias: Parlamento Europeu, Política Regional e de Coesão, Mercado Interno, Política Orçamental, Política Externa e de Segurança e adesão da Turquia. As respetivas escalas, de sete valores, são idênticas às do posicionamento face à integração europeia.

Contemplando as variáveis independentes, o modelo implementado (Figura 1.1.) evidencia uma distinção geral entre fatores ideológico-programáticos e estratégico-táticos, encontrando-se os primeiros divididos entre um modelo genético e um modelo partidário, e os segundos entre um grupo relativo à relevância eleitoral e governativa do partido e um grupo conexo aos fatores e estratégias empreendidos pelos partidos. O modelo genético utiliza as *famílias partidárias* como indicador. Trata-se de uma variável qualitativa nominal, compreendendo 11 classes: esquerda radical, verdes, sociais-democratas, regionalistas, agrários, liberais, democratas-cristãos, confessionais, conservadores, direita radical e sem família. A natureza explicativa da presente dissertação e o emprego, posterior, de Regressões Lineares, implicou a construção de variáveis *dummies*, constituindo a esquerda radical a categoria de referência omitida. Apesar de o CHES ter inicialmente categorizado os partidos em famílias partidárias, tal classificação implicou uma revisão, aliás, aconselhada pelos próprios responsáveis do projeto do CHES.

O modelo partidário aplica três variáveis ordinais de competição espacial política, facultadas pelo CHES. A variável *extremismo ideológico* contempla a distância do partido em relação ao centro do sistema partidário e a sua construção implica uma recodificação a partir da variável ordinal dimensão esquerda/direita geral. Se a escala da última variável oscila entre 0 (extrema-esquerda) e 10 (extrema-direita), a escala do *extremismo ideológico* de seis valores, eliminando as tradicionais conotações de esquerda e direita, compreende valores entre 0 (centrismo) e 5 (extremismo). A segunda variável considerada no modelo partidário é a *dimensão económica* e diz respeito ao posicionamento dos partidos em relação a assuntos económicos. A sua escala de 11 valores varia entre o 0 (extrema-esquerda económica) e o 10 (extrema-direita económica). A terceira variável *dimensão das novas políticas* mede o posicionamento dos partidos relativamente a assuntos conexos às liberdades e direitos democráticos. Similarmente, a sua escala de 11 valores oscila entre 0 (GAL: valores pós-materialistas e libertários) e 10 (TAN: valores materialistas e autoritários). Novamente, salienta-se a necessidade em precisar as diferentes dimensões supramencionadas. O modelo partidário aplica três indicadores: extremismo ideológico, dimensão económica e dimensão das novas políticas. Apesar de o extremismo ideológico ser produto de uma recodificação da variável dimensão esquerda/direita geral, esta última não deve ser confundida com a dimensão económica e a dimensão das novas políticas, não obstante a confusão que o emprego idêntico das respetivas categorias possa gerar⁷. Como foi discutido na operacionalização, a

⁷ Correlações de Pearson entre a dimensão/esquerda/direita geral e os indicadores aplicados: *extremismo ideológico* ($r=0,085; p=0,183$); *dimensão económica* ($r=0,806; p<0,001$); *dimensão novas políticas* ($r=0,692; p<0,001$). Correlação de Pearson: entre *dimensão económica* e *dimensão novas políticas* ($r=0,349; p<0,001$). Ver, a este respeito, Anexo B.

dimensão esquerda/direita geral consubstancia a dimensão económica e a dimensão das novas políticas. Diferenciá-las, teórica e metodologicamente, acarreta proveitos analíticos substantivos.

Focando o grupo dos fatores estratégico-táticos, preconizou-se, novamente, uma divisão entre um grupo associado à relevância eleitoral e governativa dos partidos e um grupo relativo aos objetivos e estratégias empreendidos pelos partidos. No campo da relevância eleitoral e governativa, utilizou-se dois indicadores, retirados do projeto PARLGOV. O primeiro, *performance eleitoral*, constitui uma variável quantitativa e varia entre 0 e 100, correspondendo à percentagem de votos obtida pelos partidos nas eleições imediatamente anteriores a 2014. Já a variável *dummy estatuto governativo*, compreende as categorias 1 (no governo) e 0 (na oposição), referente à posição do partido durante o ano de 2014. Um terceiro indicador ordinal, presente no CHES, corresponde à *dissidência interna* em torno da questão europeia, registada nos partidos, cuja escala oscila entre 0 (partido unido) e 10 (partido dividido).

O grupo dos objetivos e estratégias empreendidas pelos partidos é operacionalizado, primeiro, através da variável ordinal *posicionamento eleitoral do partido*, que corresponde ao posicionamento médio dos eleitores face à integração da UE, cujos dados foram obtidos a partir do EES (2014). Esta variável é calculada através da média das atitudes face ao processo de integração europeia dos inquiridos, de acordo com a respetiva intenção de voto nas próximas eleições nacionais. A sua escala, de 11 valores, é a mesma da questão original do EES (2014)⁸. Segundo, a variável ordinal *populismo* é providenciada pelo CHES e mede a saliência da retórica anti-elite e *anti-establishment*, através de uma escala de 11 valores que varia entre 0 (sem importância) e 10 (extremamente importante).

2.3 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS

Esta investigação comprometeu-se, duplamente, em avaliar a magnitude das orientações dos partidos face à integração europeia e aferir a capacidade explanatória dos fatores na determinação dessas orientações partidárias. Para se cumprir esses dois desideratos, dois tipos de análises são realizadas.

A primeira subsecção é dedicada a uma análise descritiva e bivariada da relação entre o posicionamento face à integração europeia e os fatores ideológico-programáticos e estratégico-táticos. O foco desta análise é temporariamente estendido à relação entre o posicionamento partidário face às políticas e dimensões e as variáveis ideológico-programáticas. A grande vantagem do uso de variáveis ideológicas prende-se com a sua capacidade em capturar a magnitude das orientações não só face à integração europeia como um todo, bem como às respetivas dimensões que a compõem.

A segunda subsecção apresenta os resultados de uma análise multivariada, que visa cumprir o desiderato explicativo desta investigação. Ao contrário da subsecção reservada à análise bivariada, a única variável dependente analisada é o posicionamento partidário face à integração europeia. A razão

⁸ Para este efeito, as questões empregues no EES (2014) foram: «Algumas pessoas acham que a unificação Europeia deveria ir mais longe. Outros acham que já foi longe demais. Qual é a sua opinião? Por favor, dê a sua opinião utilizando uma escala de 0 (integração já foi longe de mais) e 10 (deveria ir mais longe)» e «E se houvesse eleições gerais amanhã, em que partido votaria?»

é simples: não há evidência teórica que permita antecipar uma relação causal entre as variáveis estratégicas e diferentes políticas e dimensões que compõem a integração europeia. Por exemplo, enquanto a literatura sobre os partidos verdes fundamenta o apoio desta família à integração em função da Política Ambiental ou Regional supranacional, a literatura conexas aos fatores estratégicos não correlaciona as orientações com uma dimensão *específica* da integração, mas sim com a própria integração como um todo.

Assim, o escopo explicativo desta segunda subsecção cumpre-se através da realização de quatro Modelos de Regressões Lineares Múltiplas, constituindo o posicionamento face à integração europeia a variável dependente comum a todos eles. O Modelo I é composto por todas as variáveis independentes especificadas previamente (fatores ideológico-programáticos e estratégico-táticos) e inclui a localização geográfica (1= Europa Ocidental; 0= Europa Central e de Leste) e o número de anos de adesão do país à UE como variáveis de controlo. Apesar de o efeito explicativo destas variáveis nas orientações partidárias permanecer amplamente inexplorado, espera-se que desempenhem um efeito significativo (Taggart e Szczerbiak, 2001; Bartolini, 2005; Marks *et al.*, 2006). No Modelo II, ao conjunto de variáveis empregues no primeiro Modelo, é adicionado o termo de interação entre a dissidência interna e a performance eleitoral. No modelo III e IV, ao conjunto de variáveis utilizadas no primeiro Modelo, são adicionados, respetivamente, os termos de interação entre o extremismo ideológico e performance eleitoral e entre o extremismo ideológico e o estatuto governativo. Neste sentido, as interações realizadas no Modelo II, III e IV têm como objetivo aferir se o efeito [intensidade ou sentido] (Marôco, 2014) da dissidência interna e do extremismo ideológico sobre o posicionamento face à integração europeia é influenciado pelos níveis da performance eleitoral e do estatuto governativo.

Esta prática implica, necessariamente, a realização, *a posteriori*, de um exercício designado *probing*, cujo objetivo é determinar se o efeito da variável independente na variável dependente é significativo em diferentes valores da variável moderadora, melhorando a interpretação substantiva da interação (Brambor *et al.*, 2006; Hayes e Mathhes, 2009). Assim, serão calculados os *efeitos marginais* ou *condicionais*, através da *Johnson-Neyman technique* e da *Pick-a-Point approach*, cujos propósitos são, respetivamente: i) identificar as regiões de significância do efeito da dissidência interna e do extremismo ideológico no posicionamento face à integração europeia ao longo do contínuo da performance eleitoral (variável moderadora quantitativa); ii) medir o efeito condicional do extremismo ideológico no posicionamento face à integração europeia nos dois grupos do estatuto governativo (variável qualitativa) (Cameron e Trivedi, 2009, Hayes, 2012, cap.7). Adicionalmente, serão calculadas as *estimativas ajustadas* (Williams, 2012), que permitem especificar os valores para cada preditor incluído no modelo. Em suma, o emprego das duas técnicas⁹ contribui significativamente para um incremento substancial e crítico na interpretação e análise dos resultados.

⁹ *Efeitos condicionais* calculados em SPSS, através da macro PROCESS desenvolvida por Hayes (2013). *Estimativas ajustadas* calculadas em STATA, através do Comando Margins.

CAPÍTULO III – RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO

O presente capítulo visa contemplar não só a magnitude do posicionamento face à integração da UE, mas também averiguar o potencial explicativo dos fatores ideológico-programáticos e estratégico-táticos. Dividido em duas secções, na primeira são demonstrados os resultados da análise descritiva e bivariada e, na segunda, são apresentados e discutidos os resultados da análise multivariada.

3.1 MAGNITUDE DO POSICIONAMENTO FACE À INTEGRAÇÃO EUROPEIA

No que concerne o *modelo genético*, a realização de um teste ANOVA demonstrou que os partidos políticos, quando agrupados em famílias partidárias, apresentam níveis médios (\bar{x}) de apoio face à integração europeia significativamente diferentes ($F(10,234)=34,300$; $p<0,001$)¹⁰. No Quadro 3.1., é possível constatar que os partidos democratas-cristãos (6,22), liberais (6,06) e sociais-democratas (5,92) manifestam níveis médios de apoio à integração da UE muito elevados. Num segundo nível, verdes (5,62), regionalistas (5,62) e agrários (5,15) registam níveis de eurofilismo substanciais, enquanto partidos conservadores (4,71) apresentam um eurofilismo mais moderado. No campo das orientações negativas, partidos da direita radical (2,02), da esquerda radical (3) e confessionais (3,3) são aqueles que exibem níveis médios de oposição mais elevados face ao processo de integração europeia.

Quadro 3.1. Médias do Posicionamento face à integração, dimensões e políticas europeias de acordo com as Famílias partidárias e Estatuto governativo

		Integração europeia	Parlamento Europeu	Política Regional	Mercado Interno	Política Orçamental	Política Externa	Adesão Turquia
Família	Esquerda radical	3,00	4,53	4,84	2,81	1,71	2,71	3,91
Partidária	Verdes	5,62	5,89	5,96	5,00	3,87	5,19	4,60
	Sociais-democratas	5,92	5,66	6,19	5,48	4,37	5,50	4,56
	Regionalistas	5,62	5,67	6,47	5,52	4,17	5,30	4,15
	Agrários	5,15	4,72	5,93	4,91	3,87	5,01	3,91
	Liberais	6,06	5,64	5,85	6,27	4,85	5,74	4,44
	Democratas-cristãos	6,22	5,65	6,16	6,06	4,96	5,89	3,64
	Confessionais	3,30	3,14	3,13	3,86	2,40	3,07	1,92
	Conservadores	4,71	4,56	5,58	5,13	3,57	4,82	3,32
	Direita radical	2,02	2,77	3,26	2,68	1,61	2,18	1,50
	Sem Família	3,92	4,11	4,30	4,02	2,96	3,59	3,72
ANOVA	$F(10,234)$	34,300***	20,397***	20,481***	35,157***	27,995***	27,511***	19,416***
Eta (η)		0,771	0,682	0,683	0,775	0,738	0,735	0,674
Estatuto	No governo	5,94	—	—	—	—	—	—
Governativo	Na oposição	4,36	—	—	—	—	—	—
Teste t	$t(237,88)$	9,057***	—	—	—	—	—	—
Eta (η)		0,437	—	—	—	—	—	—

N= 245; *** $p < 0,001$

Análise de variância simples paramétrica (*One-way ANOVA*). Comparação de dois grupos independentes (*Teste t*).

Medida de Associação: Eta (η)

Escala: Posicionamento face à integração europeia, dimensões e políticas europeias (1= opõe-se fortemente; 7= favorece fortemente)

Fonte: Formulação do autor

¹⁰ Como referido anteriormente, a escala do Posicionamento face à integração europeia é de 7 pontos (1= opõe-se fortemente; 7=favorece fortemente). A mesma escala aplica-se às demais políticas e dimensões europeias.

A análise do posicionamento médio das famílias partidárias face à integração da UE exige uma observação relacionada com o grau de heterogeneidade e desvio-padrão (σ)¹¹ registado em cada família partidária. Se, por um lado, sociais-democratas (0,69), confessionais (0,68), democratas-cristãos (0,54) e agrários (0,5) registam grande homogeneidade nas respetivas orientações face ao processo de integração europeia, por outro lado, conservadores (1,71), liberais (1,17), direita radical (1,11) e esquerda radical (1,01) exibem níveis médios de apoio e oposição substancialmente heterogéneos.

A heterogeneidade registada na esquerda radical é explicada pela congregação de partidos comunistas ortodoxos, comunistas reformadores ou socialistas democráticos na mesma família partidária. Generalizadamente, a esquerda radical opõe-se ao aprofundamento da UE. Não obstante, o grau de oposição deve ser qualificado. Enquanto os partidos comunistas ortodoxos, intimamente ligados ao marxismo-leninismo e ao processo revolucionário, como o KKE e o PCP, veiculam uma rejeição absoluta do projeto europeu, alternativamente, os comunistas reformadores – AKEL e PCF – e socialistas democráticos – Syriza, BE e VAS – partilham uma visão revisionista e menos crítica da integração europeia (ver Charalambous, 2011; March e Freire, 2012 Almeida, 2012, cap. 3). A heterogeneidade associada à direita radical relaciona-se com a inclusão do partido letão TB-LNNK/NA, cujo pró-europeísmo constitui a única exceção nesta família partidária. A heterogeneidade registada na família conservadora é sintomática das duas correntes ideológicas, distintas, que caracterizam os partidos conservadores: neoliberalismo e nacionalismo (Marks e Wilson, 2000). Consequentemente, partidos conservadores que privilegiam a redução do papel interventivo do estado na economia e apoiam a liberalização dos mercados tendem a manifestar orientações positivas face ao processo de integração europeia. O KF e o M constituem exemplos históricos de partidos conservadores económicos pró-europeus. Inversamente, partidos conservadores nacionalistas perspetivam a integração europeia como uma força disruptiva das prerrogativas soberanas domésticas. O pendor nacionalista em matéria de imigração e a rejeição de uma Europa multicultural e cosmopolita inspiram a adoção de orientações negativas face à integração europeia. São, por exemplo, os casos do KNP ou do Fidesz.

Considerando o posicionamento individual de cada família partidária, constatam-se variações interessantes, consoante o caráter político, económico ou sociocultural da política ou dimensão europeia. Tal como acontece com o posicionamento face à integração europeia, regista-se uma forte associação na relação entre as famílias partidárias e as orientações face a todas as políticas e dimensões europeias (ver ANOVA e Eta na Figura 3.1). Neste sentido, a esquerda radical apresenta níveis médios de apoio consideráveis ao aspeto político – Parlamento Europeu (4,53) e Política Regional e de Coesão (4,84) – mas, inversamente, opõe-se à Europa de mercado e militar – Mercado Interno (2,81), Política Orçamental (1,71) e Política Externa e de Segurança (2,71). Enquanto a direita radical apresenta os

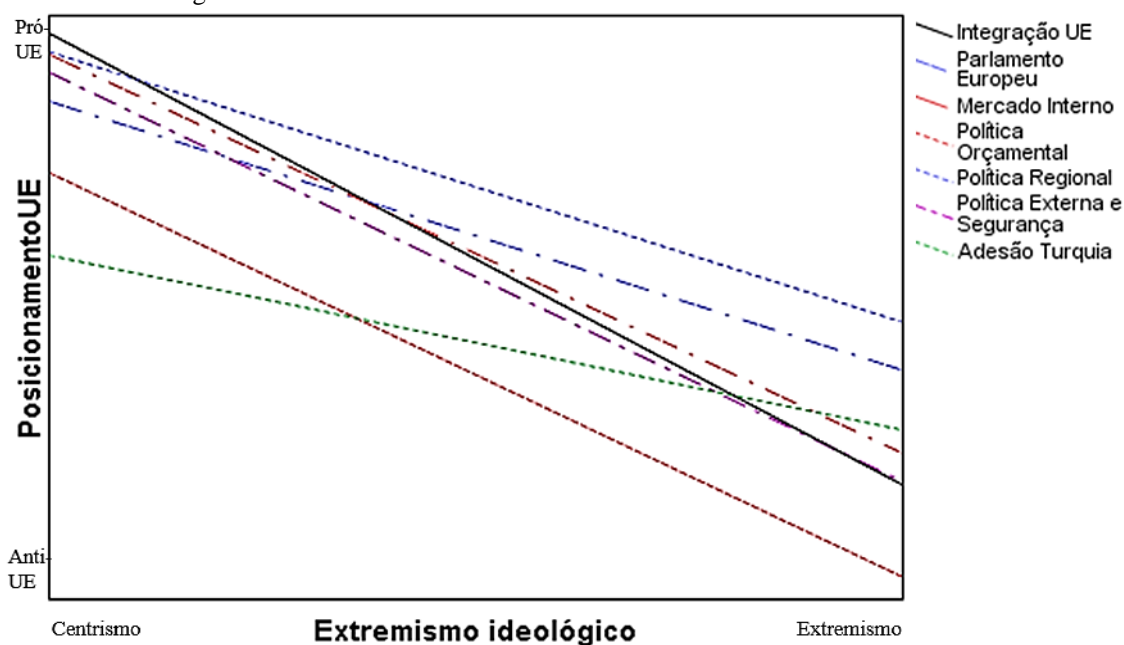
¹¹ Ver Anexo B para visualizar a Tabela de Desvios- Padrão e o Diagrama de Extremos e Quartis. Em relação aos liberais, não obstante o desvio-padrão elevado (1,17), o intervalo, desde a barra inferior até à barra superior, encontra-se no campo das orientações positivas face à integração europeia.

níveis de oposição mais elevados em cinco das seis dimensões e políticas europeias analisadas, também os confessionais se opõem congruentemente à totalidade do conjunto observado. As famílias partidárias pró-europeias – democratas-cristãos, liberais, sociais-democratas, verdes, regionalistas e agrários – apresentam, coerentemente, níveis de apoio elevados face às dimensões e políticas europeias¹². Finalmente, os conservadores demonstram níveis médios de apoio moderadamente positivos face à generalidade das dimensões e políticas europeias, à exceção da adesão da Turquia (3,23).

Analisado o *modelo partidário*, a União Europeia é, historicamente, concebida como um projeto dos partidos centristas e *mainstream*, responsáveis pelas funções executivas e principais forças dos parlamentos nacionais e das instituições supranacionais. Enquanto o centro-esquerda e centro-direita providenciam o impulso ao aprofundamento e alargamento do processo de integração europeia, os partidos periféricos, localizados nas margens esquerda e direita do espetro político, constituem a origem da oposição: a extrema-esquerda critica o pendor neoliberal e capitalista do projeto europeu e o défice democrático oriundo da distância entre a elite responsável pelo processo de tomada de decisão e os cidadãos europeus; a extrema-direita perspetiva a arquitetura institucional supranacional como uma força disruptiva que ameaça a esfera das prerrogativas soberanas domésticas e os valores nacionais.

Nas figuras seguintes estão ilustrados, graficamente, dois tipos diferenciados de relação do posicionamento dos partidos face à integração e respetivas dimensões e políticas europeias, com o extremismo ideológico (Figura 3.1) e com a dimensão esquerda/direita geral (Figura 3.2).

Figura 3.1. Relação linear entre o Posicionamento face à integração europeia, dimensões e políticas europeias e o Extremismo ideológico



Escala: Posicionamento face à integração europeia, dimensões e políticas europeias (1= opõe-se fortemente/*Anti-UE*; 7= favorece fortemente/*Pró-UE*); Extremismo ideológico: (0= centrismo; 5= extremismo).

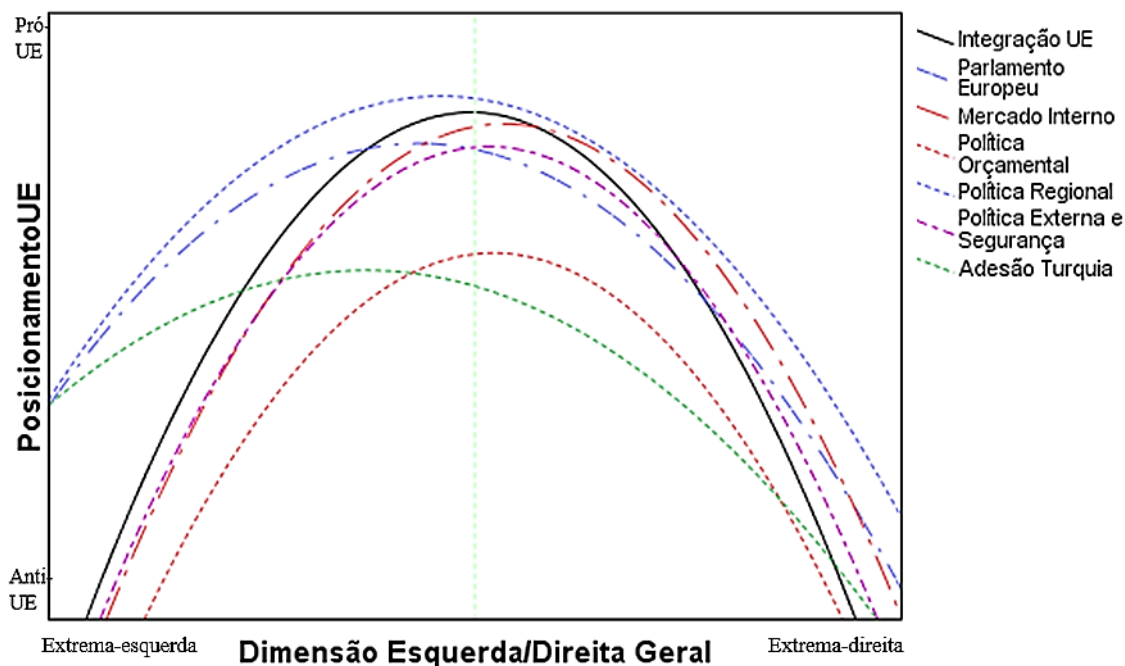
Fonte: formulação do autor. Gráfico realizado em SPSS

¹² A única exceção é o apoio mediano dos democratas-cristãos à adesão da Turquia.

Na Figura 3.1. constata-se a relação linear entre o extremismo ideológico e o posicionamento partidário face à integração europeia e respetivas políticas e dimensões. A primeira observação a reter centra-se no sentido negativo de todas as relações: os níveis de apoio partidário face ao conjunto de políticas e dimensões europeias diminuem à medida que a distância dos partidos relativamente ao centro dos sistemas partidários aumenta. Todavia, verifica-se que a magnitude ou intensidade das relações varia de acordo com as políticas e dimensões consideradas. Contemplando o posicionamento face à integração europeia, como um todo, a magnitude da relação com o extremismo ideológico é particularmente elevada ($r = -0,580$; $p < 0,001$). Uma análise detalhada, revela, similarmente, uma relação forte entre o extremismo ideológico e o posicionamento face à Política Orçamental ($r = -0,588$; $p < 0,001$), Mercado Interno ($r = -0,579$; $p < 0,001$) e Política Externa e de Segurança ($r = -0,545$; $p < 0,001$)¹³.

Na Figura 3.2., observa-se a relação quadrática entre a dimensão esquerda/direita geral e o posicionamento partidário face à integração europeia e respetivas políticas e dimensões. Substantivamente, a interpretação das relações é semelhante àquelas observadas na Figura 3.1.: os níveis de apoio partidário face ao conjunto de políticas e dimensões europeias diminuem a partir do centro e em direção a ambos os extremos (esquerdo e direito) do espetro político.

Figura 3.2. Relação quadrática entre o Posicionamento face à integração, dimensões e políticas europeias e a Dimensão esquerda/direita geral



Escala: Posicionamento face à integração europeia, dimensões e políticas europeias: (1= opõe-se fortemente/*Anti-UE*; 7= favorece fortemente/*Pró-UE*); Dimensão esquerda/direita geral: (0= extrema-esquerda; 10= extrema-direita).

Fonte: formulação do autor. Gráfico realizado em SPSS

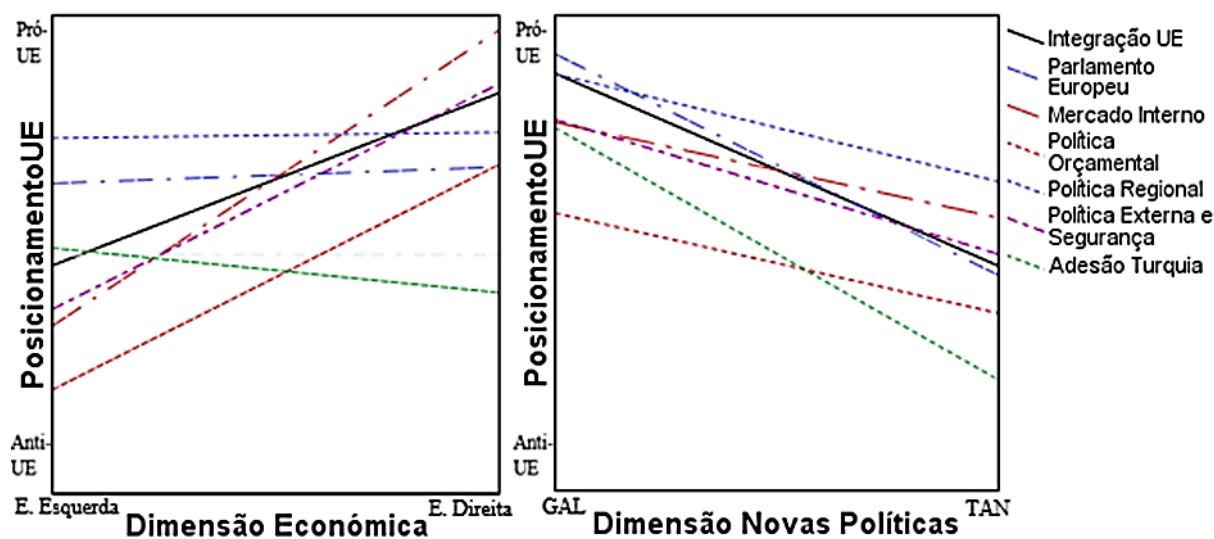
Contudo, enquanto as relações entre o extremismo ideológico e o posicionamento face à integração e respetivas políticas e dimensões eram representadas por uma linha contínua (linear) negativa, as relações entre a dimensão esquerda/direita geral e o posicionamento face à integração europeia são

¹³ Ver Anexo B para consultar coeficientes das correlações de Pearson entre as variáveis.

ilustradas através de uma curva em U-invertido¹⁴. Se, por um lado, as relações entre o posicionamento face à integração europeia, Mercado Interno, Política Orçamental e Política Externa e Segurança e a dimensão esquerda/direita geral descrevem, graficamente, uma curva em U-invertido perfeita, por outro lado, nas relações com o posicionamento face ao Parlamento Europeu ($r = -0,312$; $p < 0,001$), Política Regional e de Coesão ($r = -0,211$; $p < 0,001$) e adesão da Turquia ($r = -0,415$; $p < 0,001$), a curva em U-invertido deixa de estar representada tão obliquamente. Tal acontece, porque os partidos de esquerda partilham orientações menos negativas e críticas relativamente a este último grupo de políticas e dimensões europeias de índole política e sociocultural. Em suma, enquanto a relação quadrática permite observar as diferenças dos níveis de apoio entre os partidos extremistas – partidos de extrema-esquerda *vis-à-vis* partidos de extrema-direita dispõem de níveis de apoio mais elevados face ao Parlamento Europeu, à Política Regional e de Coesão e à adesão da Turquia –, a relação linear é incapaz de captar tal diferenciação, na medida em que somente revela que o posicionamento dos partidos extremistas face a este trio é menos negativo do que o seu posicionamento face às demais políticas e dimensões europeias.

Na Figura 3.3. constata-se dois gráficos que representam as relações entre a dimensão económica e a dimensão das novas políticas com as diferentes políticas e dimensões europeias.

Figura 3.3. Relação linear entre o Posicionamento face à integração europeia, dimensões e políticas europeias e a Dimensão económica e a Dimensão das novas políticas



Escala: Posicionamento face à integração europeia, dimensões e políticas europeias: (1= opõe-se fortemente/*Anti-UE*; 7= favorece fortemente/*Pró-UE*); Dimensão económica: (0= Extrema-esquerda, 10=Extrema-direita); Dimensão das novas políticas: (0=GAL, 10=TAN).
Fonte: Formulação do autor. Gráfico realizado em SPSS.

O sentido da relação entre posicionamento face à integração europeia e as duas dimensões de competição difere. Isto é, por um lado, os níveis de apoio à integração aumentam nos partidos de direita, que privilegiam políticas fomentadoras do mercado-livre ($r = 0,277$; $p < 0,001$) e, por outro lado, os níveis de apoio à integração são mais elevados em partidos perto do polo GAL, que se identificam com valores pós-materialistas e libertários ($r = -0,345$; $p < 0,001$). Segundo o modelo de análise de Hooghe e Marks

¹⁴ Relação quadrática: verifica-se uma mudança na direção da linha (é curvada num ponto) (ver Field, 2009:789).

(1999, 2001), que postula que a linearidade entre as dimensões de competição doméstica e a integração europeia poderá ser mais acentuada, quando consideradas certas políticas e dimensões europeias, constata-se o seguinte. Primeiro, a dimensão económica relaciona-se, positiva e fortemente, com as políticas e dimensões económicas da integração europeia: Mercado Interno ($r=0,532$; $p<0,001$) e Política Orçamental ($r= 0,414$; $p<0,001$). Segundo, a dimensão das novas políticas encontra-se, negativa e fortemente, relacionada com as dimensões políticas e multiculturais da integração europeia: Parlamento Europeu ($r= -0,510$; $p<0,001$) e adesão da Turquia ($r= -0,603$; $p<0,001$).

Como foi supramencionado, a subsequente análise dos fatores estratégico-táticos circunscreve-se apenas à sua relação com o posicionamento face à integração europeia, como um todo. Relativamente ao grupo da *relevância eleitoral e governativa*¹⁵, averigua-se que a relação entre a performance eleitoral e o posicionamento dos partidos face à integração europeia, não obstante o sentido positivo esperado, é baixa ($r= 0,283$; $p<0,001$). Recuperando a informação disposta no Quadro 3.1. e considerando o estatuto governativo, verifica-se, através da realização de um *Teste t*, que existem diferenças significativas nos níveis médios de posicionamento face à integração europeia, entre partidos no governo e partidos na oposição ($t(237,881)= 9,057$; $p<0,001$). Por outras palavras, partidos que integram o executivo manifestam níveis médios de apoio à integração superiores (5,94) *vis-à-vis* partidos da oposição (4,36).

No grupo dos *objetivos e estratégias*, os resultados afiguram-se substancialmente mais significativos. Primeiro, a magnitude da relação, positiva, entre o posicionamento face à integração europeia dos *partidos* e o posicionamento face à integração europeia do *eleitorado do partido* revela-se muito alta ($r= 0,516$; $p<0,001$), aparentando verificar-se uma coincidência no posicionamento face à integração dos partidos com o dos respetivos eleitorados. Segundo, o sentido da relação entre o posicionamento partidário face à integração europeia e o populismo é negativo e a sua intensidade é muito elevada ($r= -0,717$; $p<0,001$). Isto é, os níveis de apoio à integração europeia diminuem em partidos que empregam uma retórica populista e *anti-establishment* político muito acentuada.

3.2 FATORES IDEOLÓGICOS E ESTRATÉGICOS: UMA RELAÇÃO COMPLEMENTAR?

A presente subsecção visa averiguar as capacidades explanatórias dos fatores ideológico-programáticos e estratégico-táticos no posicionamento dos partidos face à integração europeia e, conseqüentemente, testar o conjunto de hipóteses formulado anteriormente, através de quatro modelos de regressão (ver Quadro 3.2.)¹⁶.

O Modelo I revela-se altamente significativo ($F(20,205)=39,486$; $p<0,001$) e explica uma proporção satisfatoriamente elevada (77,4%) da variação do posicionamento face à integração europeia ($R^2_{\text{Ajustado}}=0,774$). Considerando, primeiramente, o *modelo genético*, os resultados da regressão linear

¹⁵O coeficiente de correlação de Pearson entre a Dissidência interna e o Posicionamento face à integração europeia não se revela significativa ($r=0,005$; $p=0,039$)

¹⁶Ver Anexos C.1., C.2., C.3. e C.4. para consultar Pressupostos, Qualidade do Modelo e Coeficientes de Regressão dos Modelos de Regressão I, II, III e IV.

permitiram confirmar, generalizadamente, a hipótese em torno dos níveis de posicionamento diferenciados exibidos por cada família partidária face ao processo de integração europeia (H1). Assim, os níveis de apoio face à integração europeia são mais elevados entre os partidos sociais-democratas (Beta= 0,186; $t(20)= 2,863$; $p<0,01$), democratas-cristãos (Beta= 0,172; $t(20)= 2,697$; $p<0,01$), regionalistas (Beta= 0,166; $t(20)= 2,985$; $p<0,01$), verdes (Beta= 0,163; $t(20)= 3,268$; $p<0,01$) e liberais (Beta= 0,135; $t(20)= 1,708$; $p<0,1$). Estes resultados permitem, por um lado, reforçar a ideia de que sociais-democratas, democratas-cristãos e liberais permanecem os principais apoiantes ao aprofundamento da integração europeia (Leconte, 2010; Almeida, 2012) e, por outro lado, confirmar a evolução pró-europeísta dos verdes e regionalistas (Hix e Lord, 1997; Jolly, 2007). Não obstante os níveis de apoio positivos dispostos por conservadores e agrários, estes não se revelaram significativos, relativamente à categoria de referência (esquerda radical). O elevado grau de heterogeneidade registado no seio da família conservadora face à integração europeia, função da divergência entre o conservadorismo neoliberal e nacional (Marks e Wilson, 2000), contribui para a não verificação de uma variação significativa registada nestes partidos. O apoio, marginal e não significativo, dos agrários reflete o empreender de um balanço custo-benefício em torno da integração europeia que, por um lado, auxilia as regiões agrícolas mais fracas com subsídios, mas que, por outro lado, enfraquece o seu controlo e autonomia local (Marks *et al.*, 2002). Do lado oposto do espectro, partidos de direita radical e confessionais constituem as famílias partidárias mais eurocéticas. Apesar de os respetivos coeficientes não se revelarem significativos, recorde-se que os coeficientes de regressão para as variáveis *dummy* constituem valores estandardizados, calculados a partir da diferença de médias do posicionamento face à integração europeia, entre cada categoria e a categoria de referência omitida. No caso das famílias partidárias, sendo a esquerda radical a categoria de referência, partidos com posicionamentos similares tenderão a apresentar coeficientes de regressão baixos ou estatisticamente não significativos.

Permanecendo nos fatores ideológico-programáticos, foi elaborada uma tríade de hipóteses conexas ao *modelo partidário* de competição espacial (H2a, H2b e H2c), encontrando todas elas sustentação empírica¹⁷. Primeiro, o extremismo ideológico revela-se consideravelmente explicativo do posicionamento face à integração europeia (Beta= -0,211; $t(20)= -4,848$; $p<0,001$), validando, assim, a hipótese que associa baixos níveis de apoio à integração europeia aos partidos ideologicamente extremistas (H2a). Por outras palavras, por cada unidade de extremismo ideológico adicional, o posicionamento face à integração diminui em 0,3 unidades. A confirmação da relação negativa entre o extremismo ideológico e o posicionamento face à integração reforça, particularmente, o trabalho de

¹⁷Ressalve-se, novamente, que as variáveis que integram a análise do modelo partidário são o extremismo ideológico, a dimensão económica e a dimensão novas políticas. A dimensão esquerda/direita geral é excluída dos Modelos de Regressão. Quando inserida no Modelo I, a dimensão esquerda/direita geral não se revela significativa e apresenta problemas de multicolinearidade ($VIF>10$). Mais, a sua inclusão não altera o sentido e a significância das outras variáveis: extremismo ideológico, dimensão económica e dimensão novas políticas. A propósito da não inclusão da dimensão esquerda/direita geral, ver também páginas 21 e 29 e Anexo C.5.

Aspinwall (2002) sobre o europeísmo associado aos partidos e ideologia centristas. Taggart e Szczerbiak (2002: 25) escreveram: «What is undoubtedly true is that being on the left or right is not a reliable guide to whether or not a party is Eurosceptical». Os resultados aqui obtidos aparentam contrariar o pressuposto avançado pelos autores: partidos de *centro-esquerda* e *centro-direita* manifestam orientações eurófilas substanciais; partido de *extrema-esquerda* e *extrema-direita* apresentam orientações eurocéticas inequívocas. Segundo, confirma-se que os níveis de apoio à integração europeia são superiores nos partidos de direita (Beta= 0,105; $t(20)= 1,975$; $p<0,05$) – aqueles que privilegiam políticas fomentadoras do mercado-livre (H2b). Terceiro, a dimensão das novas políticas exerce um efeito relativamente poderoso no posicionamento face à integração europeia (Beta= -0,214; $t(20)= -4,049$; $p<0,001$), corroborando que os partidos que se identificam com valores pós-materialistas e libertários revelam níveis de apoio mais elevados (H2c). Substantivamente, por cada valor adicional subtraído na escala da dimensão das novas políticas, o nível de apoio à integração aumenta em 0,142 unidades. Pese embora os sentidos destas relações coincidirem com aquelas ilustradas nas Figuras 3.1. e 3.3., conclui-se que o efeito da dimensão das novas políticas no posicionamento face à integração, *vis-à-vis* a dimensão económica, é mais poderoso, confirmando o pressuposto de Hooghe *et al.*, (2002).

Quadro 3.2. Determinantes do Posicionamento face à integração europeia

Variáveis Independentes	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo IV
	Beta	Beta	Beta	Beta
Verdes	0,163**	0,156**	0,165**	0,158**
Sociais-democratas	0,186**	0,187**	0,225**	0,191**
Regionalistas	0,166**	0,160**	0,165**	0,157**
Agrários	0,033	0,027	0,039	0,031
Liberais	0,135+	0,132+	0,151+	0,144+
Democratas-cristãos	0,172**	0,163*	0,194**	0,178**
Confessionais	-0,077+	-0,081*	-0,070	-0,077+
Conservadores	0,106	0,092	0,113	0,097
Direita radical	-0,023	-0,035	-0,028	-0,022
Sem Família	0,002	-0,006	0,002	-0,006
Extremismo ideológico	-0,211***	-0,212***	-0,317***	-0,273***
Dimensão económica	0,105*	0,113*	0,106**	0,082
Dimensão novas políticas	-0,214***	-0,200***	-0,225***	-0,206***
Performance eleitoral	0,031	0,164*	-0,162**	0,033
Dissidência interna	-0,073*	0,023	-0,082**	-0,085*
No governo	0,020	0,015	0,025	-0,141*
Eleitorado partido	0,171***	0,163***	0,178***	0,170***
Populismo	-0,384***	-0,384***	-0,346***	-0,364***
Europa Ocidental	-0,109+	-0,110+	-0,076	-0,111+
Anos Adesão UE	0,024	0,042	0,008	0,034
Dissidência*Performance	_____	-0,187*	_____	_____
Extremismo*Performance	_____	_____	0,231**	_____
Extremismo*No Governo	_____	_____	_____	0,189**
	$R^2_A = 0,774***$	$R^2_A = 0,778***$	$R^2_A = 0,784***$	$R^2_A = 0,782***$
	F(20,205)=39,486	F(21,204)=38,519	F(21,204)=40,000	F(21,204)=39,367
	N= 226	N= 226	N= 226	N= 226

+ $p < 0,1$; * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$

Categorias de referência omitidas: esquerda radical (famílias partidárias), na oposição (estatuto governativo) e Europa Central e de Leste (localização geográfica). Os valores Beta reportados dizem respeito aos coeficientes de regressão estandarizados.

Fonte: formulação do autor.

Alterando o foco de análise dos fatores ideológico-programáticos para os fatores estratégico-táticos, foram formulados dois leques de hipóteses associados à *relevância eleitoral e governativa* e aos *objetivos e estratégias* empreendidos pelos partidos. Relativamente ao primeiro grupo, seria expectável que o nível do apoio à integração europeia se revelasse mais elevado em partidos com performances eleitorais mais altas (H3a) e em partidos que se encontrassem no governo (H3c). Contudo, ambas as hipóteses são, perentoriamente, rejeitadas. Não obstante a não significância observada na performance eleitoral (Beta= 0,031; $t(20)= 0,790$; $p=0,636$) e no estatuto governativo (Beta= 0,020; $t(20)= 0,501$; $p=0,617$), considerações sobre os respetivos poderes explanatórios serão retomadas ulteriormente.

Contemplando o grupo dos *objetivos estratégias*, os resultados são bem diferentes. Em primeiro lugar, constata-se que o posicionamento dos partidos face à integração europeia tende a refletir o posicionamento face à integração europeia dos respetivos eleitorados (Beta= 0,171; $t(20)= 4,370$; $p<0,001$). Não obstante a confirmação da hipótese formulada (H4a), ressalve-se para a questão da potencial incerteza em torno do sentido de causalidade da relação (ver Steenbergen e Scott, 1997; Marks *et al.*, 2002.)¹⁸. Em segundo lugar, foi confirmada, concludentemente, a hipótese, que associava uma diminuição do posicionamento face à integração europeia em partidos que empregam e enfatizam, racional e voluntariamente, uma retórica populista, *anti-establishment* e anti-elite política (H4b) (Beta= -0,384; $t(20)= -7,120$; $p<0,001$), com o objetivo de assegurar a sua sobrevivência organizacional através da captação de votos provenientes de um nicho do eleitorado manifestamente descontente com o *mainstream* político.

No que concerne as variáveis de controlo introduzidas, enquanto o número de anos de adesão do Estado-membro à UE não se confirmou significativo, a divisão entre países da Europa Ocidental e países da Europa Central e de Leste tem alguma capacidade explicativa (Beta= -0,109; $t(20)= -1,871$; $p<0,1$) na determinação do posicionamento partidário face à integração europeia, revelando que os partidos da Europa Ocidental, *vis-à-vis* partidos da Europa Central e de Leste, registam níveis de posicionamento mais baixos ante a integração europeia.

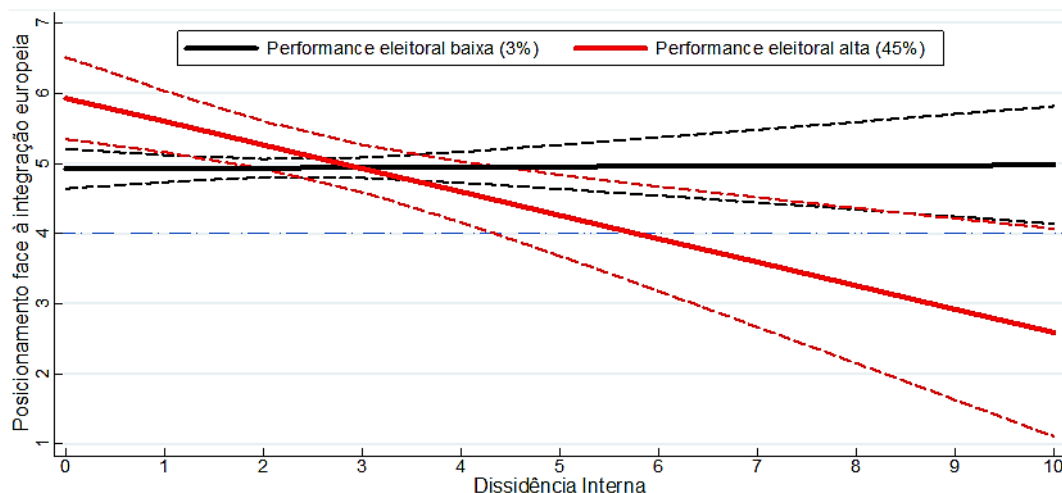
O teste às hipóteses formuladas em torno dos efeitos negativos da dissidência interna (H3b) e do extremismo ideológico (H5a) no posicionamento face à integração europeia em partidos com uma performance eleitoral alta e, ainda, do extremismo ideológico em partidos da oposição (H5b), será realizado, respetivamente, com base na análise dos Modelos II, III e IV.

O Modelo II, que inclui a interação da dissidência interna com a performance eleitoral não só se revela altamente significativo ($F(21,204)= 38,519$; $p<0,001$), como também explica 78,4% da variação do posicionamento face à integração europeia ($R^2_{\text{Ajustado}}=0,778$) (Quadro 3.2.). Tendo em conta que o coeficiente do termo de interação é significativo (Beta= -0,187; $t(21)= -2,178$; $p<0,05$), depreende-se que o efeito da dissidência interna no posicionamento face à integração europeia varia em função da performance eleitoral. Como já foi supramencionado, a leitura dos coeficientes associados às variáveis

¹⁸ A propósito do debate em torno do sentido da causalidade, ver páginas 26-27.

constitutivas e aos termos de interação não permitem descodificar, neste caso, onde é que, ao longo do *continuum* da performance eleitoral, o efeito da dissidência interna no posicionamento face à integração europeia se revela significativo.¹⁹ Através da *Johnson-Neyman technique* (ver Anexo C.2. – Quadro C.2.3.), constata-se que a “região de significância” do efeito condicional, negativo, da dissidência interna no posicionamento face à integração se inicia a partir dos 14,7% de performance eleitoral, isto é, só partir deste valor é que a intensidade associada a este efeito negativo aumenta com o crescimento da performance eleitoral. Por exemplo, tomando como referência um partido com uma performance eleitoral elevada, considere-se 35% dos votos, um aumento adicional de um ponto na escala da dissidência interna traduz-se num decréscimo do apoio à integração europeia em cerca de 0,26 unidades.

Figura 3.4. *Estimativas ajustadas* para o efeito da Dissidência interna no Posicionamento face à integração europeia em função da Performance eleitoral



Os valores das demais variáveis independentes que integram o modelo correspondem às respetivas médias da amostra.
Fonte: formulação do autor. Gráficos realizados em STATA.

Contemplando as *estimativas ajustadas* (Figura 3.4.), verifica-se que o sentido do declive, associado ao efeito da dissidência interna no posicionamento face à integração europeia, difere de acordo com o nível de performance eleitoral: enquanto o declive é praticamente plano em partidos com níveis de performance eleitoral baixa (3%), o declive sofre um declínio acentuado quando a performance eleitoral se revela alta (45%). Esta diferença entre os declives, provocada pelo efeito e nível de performance eleitoral e que passa a ser significativa, sensivelmente, a partir do ponto 8 na escala da dissidência interna, é suficientemente poderosa para separar partidos com posições eurófilas de partidos eurocéticos. Assim, confirma-se a hipótese condicional que antecipa que partidos com um elevado grau

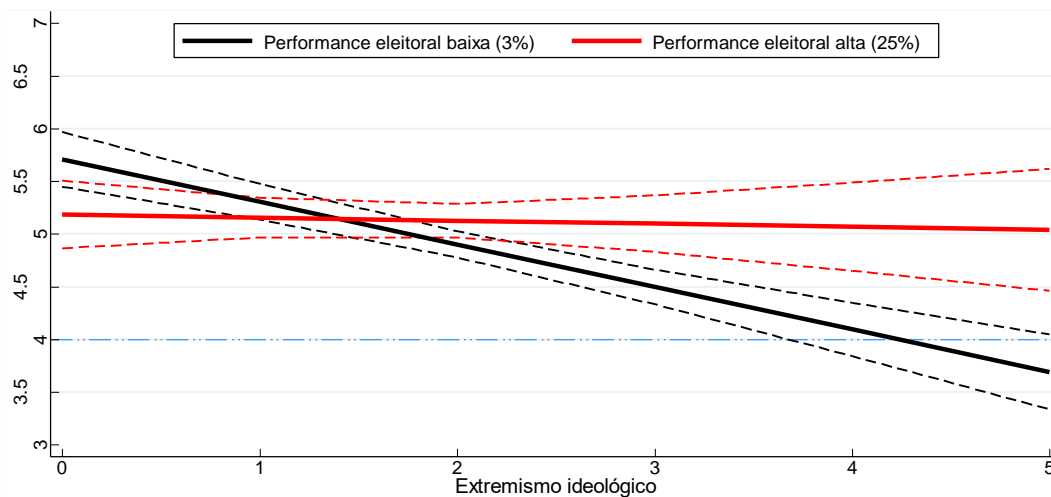
¹⁹Sobre a necessidade da realização do *probing* de uma interação, ver página 31. Com a confirmação da significância da interação, a pertinência da análise dos coeficientes associados aos termos constitutivos declina (Hayes, 2013, cap. 9). Contudo, refira-se que a leitura do coeficiente (não estandardizado) associado a um dos termos constitutivos deverá ser realizada em função do outro termo, assumindo sempre que o valor do último é 0, e vice-versa, pois, as variáveis não foram centradas.

de dissidência interna em torno da questão europeia tendem a manifestar níveis de apoio à integração mais baixos, *particularmente*, quando registam uma performance eleitoral elevada (H3b).

Os Modelos III e IV cumprem o desígnio de aferir, respetivamente, os efeitos moderadores da performance eleitoral e do estatuto governativo na relação entre o extremismo ideológico e o posicionamento face à integração europeia. Neste sentido, o Modelo III ($F(21,204)=40,000; p<0,001$) e o Modelo IV ($F(21,204)=39,367; p<0,001$) constituem-se altamente significativos e explicam, elevada e respetivamente, 78,4% ($R^2_{ajustado}=0,784$) e 78,2% ($R^2_{ajustado}=0,776$) da variação do posicionamento face à integração europeia (Quadro 3.2.).

No que concerne os resultados do Modelo III, verifica-se que a relação do extremismo ideológico com o posicionamento face à integração europeia depende da performance eleitoral (Beta= 0,231; $t(21)=3,340; p<0,01$). Recorrendo, novamente, à *Johnson-Neyman technique* (ver Anexo C.3. – Quadro C.3.3.), observa-se que a “região de significância” do efeito condicional negativo do extremismo ideológico no posicionamento face à integração europeia oscila entre os 0% e os 17% da performance eleitoral. Simplificando, a intensidade do efeito negativo do extremismo ideológico no posicionamento face à integração europeia é mais elevada quando a performance eleitoral de um partido é baixa. Por exemplo, para um partido com uma performance eleitoral de 3%, o aumento de uma unidade adicional de extremismo ideológico reflete uma diminuição do apoio à integração europeia em 0,41 unidades.

Figura 3.5. Estimativas ajustadas para o efeito do Extremismo ideológico no Posicionamento face à integração europeia em função da Performance eleitoral.



Os valores das demais variáveis independentes que integram o modelo correspondem às respetivas médias da amostra.

Escala: Posicionamento face à integração europeia: (1= opõe-se fortemente; 7= favorece fortemente)

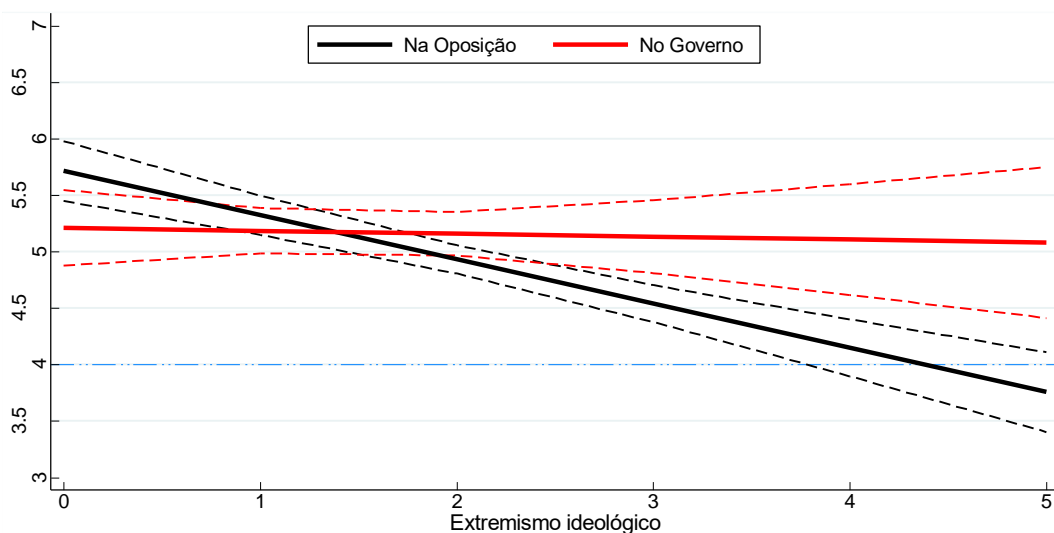
Fonte: formulação do autor. Gráficos realizados em STATA

Atendendo às *estimativas ajustadas* na Figura 3.5., averigua-se que o declive das retas, associado ao efeito do extremismo ideológico no posicionamento face à integração europeia, é negativo. Todavia, o declínio afigura-se mais acentuado em partidos com uma performance eleitoral baixa (3%) *vis-à-vis* partidos com uma performance eleitoral elevada (25%), constituindo esta diferença significativa, sensivelmente, a partir do ponto 2,5 na escala do extremismo ideológico. Note-se, ainda, que a partir do

ponto 4 na escala do extremismo ideológico, a diferença do efeito entre uma performance eleitoral alta e uma performance eleitoral baixa produz orientações face à integração europeia diametralmente opostas: enquanto partidos extremistas com uma performance eleitoral alta manifestam orientações eurófilas, os mesmos partidos, mas com uma performance eleitoral baixa, adotam orientações eurocéticas. Assim, confirma-se a hipótese que postula que partidos ideologicamente extremistas adotam orientações negativas face à integração europeia, *especialmente*, quando registam um desempenho eleitoral mais baixo (H5a).

Finalmente, com base no Modelo IV, verifica-se que o estatuto governativo influencia a relação entre o extremismo ideológico e o posicionamento face à integração europeia (Beta= 0,189; $t(21)=2,901$; $p<0,01$). Todavia, com base na *Pick-a-Point approach* (ver Anexo C.4. – Quadro C.4.3.) constata-se que o *efeito condicional* do extremismo ideológico no posicionamento face à integração europeia só se revela significativo quando os partidos se encontram na oposição. Consequentemente, quando um partido pertence à oposição, um aumento de uma unidade adicional de extremismo ideológico traduz-se numa diminuição do apoio à integração em 0,39 unidades. As *estimativas ajustadas*, ilustradas na Figura 3.6., fortalecem esta interpretação. O declive negativo associado à relação entre o extremismo ideológico e o posicionamento face à integração europeia é mais acentuado em partidos da oposição *vis-à-vis* partidos do governo. A diferença entre os declives passa a ser significativa perto do ponto 3 da escala do extremismo ideológico, materializando o efeito disjuntivo do estatuto governativo e confirmando H5b: partidos extremistas no poder adotam posições moderadamente pró-europeístas; partidos extremistas na oposição exacerbam as suas orientações eurocéticas.

Figura 3.6. *Estimativas ajustadas* para o efeito do Extremismo ideológico no Posicionamento face à integração europeia em função do Estatuto governativo



Os valores das demais variáveis independentes que integram o modelo correspondem às respetivas médias da amostra.

Escala: Posicionamento face à integração europeia: (1= opõe-se fortemente; 7= favorece fortemente)

Fonte: formulação do autor. Gráficos realizados em STATA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da presente dissertação alicerçou-se, estreitamente, no desígnio de responder à questão: «qual a magnitude e quais os fatores que influenciam o posicionamento dos partidos face ao processo de integração europeia?», consubstanciando, por isso, dois objetivos de natureza distinta.

Na contemplação da magnitude, verificou-se que as orientações adotadas pelos partidos face à integração europeia variam desde um nível negativo de euroceticismo *hard* até um grau positivo de eurofilismo incondicional. Quiçá, mais importante, foi a constatação da possibilidade de um partido adotar posições diametralmente opostas consoante a natureza – política, económica, sociocultural e militar – das políticas e dimensões que constituem o processo de integração europeia.

No que concerne o desiderato explicativo, esta investigação analisou o potencial explanatório conexo aos fatores ideológicos *vis-à-vis* fatores estratégicos, cujo debate figura de forma proeminente na literatura. Nos fatores ideológico-programáticos procedeu-se uma distinção entre um *modelo genético*, estreitamente ligado à Teoria das Clivagens, e um *modelo partidário* de competição espacial. Similarmente, nos fatores estratégico-táticos preconizou-se uma diferenciação entre a *relevância eleitoral e governativa* dos partidos e *os objetivos e estratégias* partidárias empreendidas.

No *modelo genético*, as famílias partidárias revelaram-se um preditor fiável na determinação do posicionamento partidário face à integração europeia: a) foi corroborada a ideia em torno do inequívoco eurofilismo adotado pelos partidos sociais-democratas, democratas-cristãos, regionalistas, verdes e liberais e do euroceticismo veiculado pela esquerda radical, direita radical e confessionais; b) a não significância observada nos conservadores pode ser explicada pelo elevado grau de heterogeneidade inerente a esta família partidária, derivado da relação conflituosa entre o conservadorismo neoliberal e o conservadorismo nacionalista; c) paradoxalmente, a (voluntária) não interpretação das orientações associadas aos partidos sem família partidária acarreta considerações substantivas importantes, refletindo uma gradual limitação deste preditor. À medida que os sistemas partidários europeus assistem à emergência de novos partidos que, deliberadamente, se recusam identificar com a gramática política tradicional, como é o caso M5S italiano, o poder explanatório do modelo genético declina.

Relativamente ao *modelo partidário*, apesar de os três indicadores serem significativos, o extremismo ideológico e a dimensão das novas políticas revelaram-se substancialmente mais poderosos do que a dimensão económica. Enquanto, inequivocamente, a origem do euroceticismo advém dos partidos localizados nos extremos esquerdo e direito, a consideração das dimensões económica e das novas políticas aponta para um euroceticismo bipolar (Marks *et al.*, 2006): com origem no polo esquerdo da dimensão económica, onde se posicionam os partidos que privilegiam um maior intervencionismo do estado na economia e um fortalecimento das instâncias regulatórias e com origem no polo TAN da dimensão das novas políticas, onde se localizam os partidos que se identificam com valores autoritários e nacionalistas. A interpretação substantiva do efeito da dimensão económica e das novas políticas é suscetível de ser precisada analiticamente, se o caráter político-cultural e económico das políticas e dimensões que compõem o processo de integração europeia for, individualmente, analisado.

Considerada a *relevância eleitoral e governativa* dos partidos no sistema partidário, a performance eleitoral e o estatuto governativo revelaram-se malsucedidos na explicação do posicionamento face à integração europeia. Porém, quando o efeito moderador da performance eleitoral foi testado na relação entre a dissidência interna e o posicionamento face à integração europeia, constatou-se que partidos com acentuadas divisões internas em torno da questão europeia tendem a apresentar orientações eurocéticas quando o seu desempenho eleitoral é elevado *vis-à-vis* partidos com uma performance eleitoral baixa. O caso do Partido Conservador britânico constitui um exemplo paradigmático desta dinâmica.

No grupo das *estratégias e objetivos* empreendidos pelos partidos, não obstante a ressalva em torno do sentido da causalidade, o posicionamento face à integração europeia dos respetivos eleitorados dos partidos e, particularmente, o populismo relevaram-se preditores poderosos. Pese embora a dificuldade na operacionalização destes indicadores, conclui-se que a crescente politização da questão europeia no seio dos eleitorados dos Estados-membros é instrumentalizada pelos partidos, como uma forma de alcançarem os respetivos objetivos: maximização de votos, acesso ao poder, formulação de políticas e sobrevivência organizacional.

Na Introdução e ao longo da dissertação, foi sendo reiterado que a resolução do *puzzle* em torno dos fatores explicativos do posicionamento face à integração europeia exigiria um esforço adicional, no sentido de contrariar o pendor antitético que a literatura confere à capacidade explanatória dos fatores ideológicos e estratégicos. Longe de ter logrado, absolutamente, a resolução desse *puzzle*, é possível que esta investigação tenha contribuído um pouco para uma eventual descodificação futura. Averiguando os efeitos moderadores de duas variáveis estratégicas – performance eleitoral e estatuto governativo – na relação entre o extremismo ideológico e o posicionamento face à integração europeia, verificou-se que as primeiras são dotadas de uma capacidade em exacerbar ou mitigar as orientações dos partidos ideologicamente extremistas face à integração europeia. Isto é, um partido ideologicamente extremista tenderá a adotar posições eurocéticas quando a sua performance eleitoral se revela baixa e/ou quando se encontra na oposição. Porém, o mesmo partido extremista, quando obtém uma performance eleitoral alta e/ou quando se encontra no governo, tenderá a adotar posições europeístas. Esta diferença entre posicionamentos reflete, exatamente, o efeito disjuntivo da performance eleitoral e do estatuto governativo, na medida em que para diferentes valores destas variáveis, o posicionamento de partidos ideologicamente extremistas varia de posições europeístas para posições eurocéticas. Apesar de o efeito explicativo associado à performance eleitoral e ao estatuto governativo ser quase nulo quando analisadas individualmente, o seu efeito moderador revelou-se extremamente poderoso.

Quiçá, mais pertinente do que avaliar, isoladamente, a importância substantiva conexa aos fatores ideológicos e estratégicos, os resultados desta investigação apontam para uma urgência futura em conciliar e maximizar o potencial explicativo não só entre estes dois grupos de preditores, mas, adicionalmente, averiguar como é que fatores terceiros, como a localização nacional, contribuem, coletiva e simultaneamente, para a explicação do posicionamento face à integração europeia adotado pelos partidos políticos.

BIBLIOGRAFIA

- Ágh, Attila (1996), “The end of the beginning: the partial consolidation of East Central European parties and party systems”. *Hungarian Centre for Democracy Studies Foundation*.
- Almeida, Dimitri (2010) “Europeanized Eurosceptics? Radical Right Parties and European Integration”. *Perspectives on European Politics and Society*, 11,3.
- Almeida, Dimitri (2012), *The impact of European integration on political parties: beyond the permissive consensus*, New York, Routledge.
- Andersen, Róbert e Jocelyn Evans (2005), “Identifying Europe? The role and dynamics of a European cleavage”. *Politique européenne* 16,2.
- Aspinwall, Mark (2002), “Preferring Europe: Ideology and National Preferences on European Integration”. *European Union Politics*. 3,1.
- Bakker, Ryan *et al.* (2015), “Measuring party positions in Europe: The Chapel Hill expert survey trend file, 1999-2010”. *Party Politics*, 21,1.
- Bartolini, Stefano (2005), *Restructuring Europe: centre formation, system building and political structuring between the nation-state and the European Union*. Oxford, Oxford University Press.
- Bartolini, Stefano e Peter Mair (1990), *Identity, Competition and Electoral Availability. The Stabilisation of European Electorates, 1885 – 1985*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Bartolini, Stefano e Peter Mair (2001), “Challenges to contemporary political parties”, em Larry Diamond e Richard Gunther (orgs.), *Political Parties and Democracy*. Baltimore, The John Hopkins University Press.
- Battery, Agnes (2002), “Attitudes to Europe: Ideology, Strategy and the Issue of European Union membership in Hungarian Party Politics”. *Party Politics*. 8,5.
- Battery, Agnes (2008), “Euroscepticism in the Hungarian Party System: Voices from the Wilderness? em Aleks Szczerbiak e Paul Taggart (orgs.), *Opposing Europe? The comparative party politics of Euroscepticism. Volume 1: case studies and country surveys*. Oxford, Oxford University Press.
- Benedetto, Giacomo e Lucia Quaglia (2007) “The comparative politics of communist Euroscepticism in France, Italy and Spain”. *Party Politics*, 13,4.
- Benoit, Bertrand (1998) *Social-Nationalism: An anatomy of French Euroscepticism*. Brookfield, Ashgate.
- Benoit, Kenneth e Michael Laver (2006), *Party Policy in Modern Democracies*. New York: Routledge.
- Bomberg, Elizabeth (1998), *Green parties and politics in the European Union*. New York, Routledge.
- Brambor, Thomas, William Clark e Matt Golder (2006), “Understanding Interaction Models: Improving Empirical Analysis”. *Political Analysis*, 14,1.
- Cameron, Colin e Pravin K. Trivedi (2005), *Microeconomics: methods and applications*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Charalambous, Giorgos (2011) “All the shades of red: examining the radical left’s Euroscepticism”. *Contemporary Politics*, 17,3.
- Conti, Nicolás (2003), “Party attitudes to European integration: a longitudinal analysis of the Italian case”. *SEI Working Paper No.70*. Brighton, England: Sussex European Institute.
- Costa Lobo, Marina e Pedro Magalhães (2012) “Room for Manoeuvre: euroscepticism in the portuguese parties and electorate 1976 – 2005” em Susannah Verney (org.) *Euroscepticism in Southern Europe: a diachronic perspective*, New York, Routledge.
- Costa, Olivier e Nathalie Brack (2014), *How the EU really works*. United Kingdom, Ashgate.
- Dalton, Russell J. e Martin P. Wattenberg (2002), *Parties without partisan: Political change in advanced industrial democracies*. Oxford, Oxford University Press.

- Deegan-Krause, Kevin e Zsolt Enyedi (2010), “Agency and the structure of party competition: Alignment, stability and the role of political elites”. *West European Politics*. 33.3.
- Deschouwer, Kris (2008) (org.) *New parties in government: in power for the first time*. London: Routledge.
- Downs, Anthony (1957), *An economic theory of political action in a democracy*. New York: Harper Collins Publishers.
- Easton, David (1965), *A Framework for Political Analysis*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- Fallend, Franz (2008), “Euroscepticism in Austria Political Parties: Ideology Rooted or Strategically Motivated?” em Aleks Szczerbiak e Paul Taggart (orgs.), *Opposing Europe? The comparative party politics of Euroscepticism. Volume 1: case studies and country surveys*. Oxford, Oxford University Press.
- Featherstone, Kevin (1988), *Socialist parties and European integration: A comparative history*. Manchester, Manchester University Press.
- Fernandes, Jorge e David M. Willumsen (2016), “Representing without governing”, em Ferdinand Muller-Rommel e Fernando Casal Bértoa (orgs.), *Party politics and democracy in Europe*. New York, Routledge.
- Field, Andy (2009), *Discovering Statistics using SPSS*. London, SAGE Publications (3ª Edição) (Edição original, 2000).
- Flanagan, Scott (1987), “Value change in industrial societies”. *American Political Science Review*. 81,4.
- Flood, Christopher (2002), “Euroscepticism: a problematic concept”. Paper apresentado na *UACES Annual Conference*, realizado entre 2-4 Setembro, Belfast, Irlanda.
- Forster, Anthony (2002), *Euroscepticism in Contemporary British Politics*. New York, Routledge.
- Freire, André (2006), *Esquerda e Direita na Política Europeia: Portugal, Espanha e Grécia em Perspetiva Comparada*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Gaffney, John (1996) *Political Parties and the European Union*. New York, Routledge.
- Goetz, Klaus H. e Simon Hix (orgs.) (2000), *Europeanised Politics? European Integration and National Political Systems*. Oregon, Frank Cass.
- Guyomarch, Alain (1995), “The European dynamics of evolving party competition in France”. *Parliamentary Affairs*. 48.1.
- Haas, Ernst B. (1968), *The Uniting of Europe: Political, Social and Economic Forces 1950-1957*. Stanford, Stanford University Press.
- Halikiopoulou, Daphne, Kyriaki Nanou e Sofia Vasilopoulou (2012), “The paradox of nationalism: The common denominator of radical right and radical left euroscepticism”. *European journal of political research*. 51,4.
- Harmsen, Robert e Menno Spiering (2004), *Euroscepticism: Party Politics, National Identity and European Integration*. Amsterdam: Rodopi.
- Hayes, Andrew F. (2013), *Introduction to Mediation, Moderation, and Conditional Process Analysis: A Regression-Based Approach*. New York: The Guilford Press.
- Hayes, Andrew F. e Jorg Matthes (2009), ‘Computational Procedures for probing interactions in OLS and logistic regression: SPSS and SAS implementations’. *Behavior Research Methods*, 41,3.
- Helbling, Marc, Dominic Hoeglinger e Bruno Wuest (2010), “How political parties frame European integration”. *European Journal of Political Research*. 49,1.
- Henderson, Karen (1999), *Back to Europe: Central and Eastern Europe and the European Union*. London: UCL Press.
- Heywood, Andrew (2003), *Political Ideologies: An Introduction*. London, Palgrave MacMillan (3ª Edição) (Edição original, 1992).

- Hix, Simon (1999), "Dimensions and alignments in European Union politics: Cognitive constraints and partisan responses." *European Journal of Political Research*, (Online), 35,1.
- Hix, Simon (2005), *The political system of the European Union: Second Edition*. New York: Palgrave Macmillan.
- Hix, Simon e Christopher Lord (1997), *Political parties in the European Union*. New York: St. Martin's Press.
- Hoeglinger, Dominic (2016) *Politicizing European Integration: Struggling with the Awakening Giant*. New York: Palgrave Macmillan.
- Hooghe, Liesbet e Gary Marks (1999), "The Making of a Polity: the Struggle over European Integration", em Hebert Kitschelt, Peter Lange, Gary Marks e John D. Stephens (orgs.), *Continuity and Change in Contemporary Capitalism*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Hooghe, Liesbet e Gary Marks (2001), *Multi-level governance and European integration*. Maryland, Rowman & Littlefield.
- Hooghe, Liesbet e Gary Marks (2006), "The neofunctionalists were (almost) right: politicization and European integration", em Colin Crouch e Wolfgang Streeck (orgs.), *The Diversity of Democracy: Corporatism, Social Order and Political Conflict*. Cheltenham, Edward Elgar.
- Hooghe, Liesbet e Gary Marks (2008), "A postfunctionalist theory of European integration: From permissive consensus to constraining dissensus." *British journal of political science*, 39,1.
- Hooghe, Liesbet *et al.* (2010), "Reliability and validity of the 2002 and 2006 Chapel Hill expert surveys on party positioning". *European Journal of Political Research*, 49,5.
- Hooghe, Liesbet, Gary Marks e Carole Wilson (2002), "Does Left/Right Structure Party Positions on European Integration?". *Comparative Political Studies*. 35,8.
- Inglehart, Ronald (1990), *Culture Shifts in Advanced Society*. Princeton, Princeton University Press.
- Iversen, Torben (1994), "The Logics of Electoral Politics: Spatial, Directional, and Mobilizational Effects". *Comparative Political Studies*. 27,2.
- Jiménez, Antonia M. R. e Alfonso Egea de Haro (2007), "Defining the future of the EU: ideology or national environment?", *EPNET Kiosk Plus*. 5,1.
- Jolly, Seth K. (2007) "The Europhile fringe? Regionalist party support for European integration", *European Union Politics*, 8,1.
- Katz, Richard S. e Peter Mair (1995), "Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party". *Party Politics*, 1,1.
- Kite, Cynthia (1996) *Scandinavia faces the EU: debates and decisions on membership: 1961-1994*. Umea, Umea University.
- Kitschelt, Hebert *et al.* (1999a) (Orgs.), *Continuity and Change in Contemporary Capitalism*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Kitschelt, Hebert *et al.* (1999b) (Orgs.), *Post Communist Party systems: Competition, representation, and inter-party cooperation*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Kitschelt, Herbert (1994), *The Transformation of European Social Democracy*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Knutsen, Oddbjorn (1998), "Expert Judgements of the Left-Right Location of Political Parties: A Comparative Longitudinal Study". *West European Politics*. 21,2.
- Kopecky, Petr e Cas Mudde (2002), "The two sides of Euroscepticism: party positions on European Integration in East Central Europe". *European Union Politics*. 3,3.
- Kriesi, Hanspeter (2014), "The populist change". *West European Politics*, 37,2.

- Kylstad, Ingrid (2000), 'Turkey and the EU: A 'new' European identity in the making?'. *LSE Europe in Question Discussion Paper Series No 27*. London: London School of Economics and Political Science.
- Ladrech, Robert (1999), "Political parties and the problem of legitimacy in the European Union", em Thomas Banchoff e Mitchell P. Smith (orgs.), *Legitimacy and the European Union: the contested polity*. London, Routledge.
- Ladrech, Robert (2002), "Europeanization and political parties: towards a framework for analyses". *Party politics*. 8,4.
- Laver, Michael e Ben Hunt (1992), *Policy and Party Competition*. New York: Routledge.
- Leconte, Cécile (2010), *Understanding Euroscepticism*. United Kingdom, Palgrave Macmillan.
- Leconte, Cécile (2015), "From pathology to mainstream phenomenon: Reviewing the Euroscepticism debate in research and theory". *International Political Science Review*. 36,3.
- Lees, Charles (2002), "Dark Matter: Institutional Constraints and the Failure of Party-based Euroscepticism in Germany". *Political Studies*. 50,1.
- Lees, Charles (2008), "The Political Opportunity Structure of Euroscepticism: Institutional Setting and Political Agency in European Polities" em Aleks Szczerbiak e Paul Taggart (orgs.), *Opposing Europe? The comparative party politics of Euroscepticism. Volume 2: comparative and theoretical perspectives*. Oxford, Oxford University Press.
- Lindberg, Leon N. e Stuart A. Scheingold (1970), *Europe's would-be polity: patterns of change in the European Community*. Englewood Cliffs, NJ, Prentice Hall.
- Lipset, Seymour e Stein Rokkan (1967), "Cleavages structures, party systems, and voter alignments: an introduction" em Seymour Lipset e Stein Rokkan (orgs.) *Party Systems and Voter Alignments. Cross-National Perspectives*. New York: Free Press.
- Mair, Peter (2000), "The limited impact of Europe on national party systems". *West European Politics*. 23,4.
- Mair, Peter (2003), "Os partidos políticos e a democracia". *Análise Social*, 38, 167.
- Mair, Peter (2007), "Political opposition and the European Union". *Government and opposition*. 42,1.
- Mair, Peter e Cas Mudde (1998), "The party family and its study". *Annual Review of Political Science*. 1,1.
- Mair, Peter e Ingrid Van Biezen (2001), "Party membership in twenty European democracies, 1980-2000". *Party Politics*, 7,1.
- Mair, Peter e Jacques J. Thomassen (2010), "Political representation and government in the European Union". *Journal of European Public Policy*. 17,1.
- March, Luke e André Freire (2012), *A esquerda radical em Portugal e na Europa – marxismo, mainstream ou marginalidade?*. Lisboa: QuidNovi.
- Marks, Gary e Carole Wilson (1999), "National parties and the contestation of Europe", em Thomas Banchoff and Mitchell P. Smith (orgs.) *Legitimacy and the European Union: the contested polity*. London, Routledge.
- Marks, Gary e Carole Wilson (2000), "The Past in the Present: A Cleavage Theory of Party Response to European Integration". *British Journal of Political Science*. 30,3.
- Marks, Gary e Marco R. Steenbergen (orgs.) (2004), *European integration and political conflict*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Marks, Gary *et al.* (2006) "Party Competition and European Integration in the East and West: Different Structure, Same Causality". *Comparative Political Studies*, 39,2.
- Marks, Gary, Carole Wilson e Leonard Ray (2002), "National Political Parties and European Integration". *American Journal of Political Science*. 46,3.
- Marôco, João (2014), *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. Pêro Pinheiro, Report Number (6ª Edição)

- McDonald, Michael D. e Ian Budge (2005), *Elections, parties, democracy: conferring the median mandate*. Oxford, Oxford University Press.
- Moravcsik, Andrew (1993), "Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach". *JCMS: Journal of Common Market Studies*. 31,4.
- Mudde, Cas (2004), 'The populist zeitgeist'. *Government and opposition*, 39,4.
- Mudde, Cas (2007), *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Mudde, Cas (2012), "The comparative study of party-based Euroscepticism: the Sussex versus the North Carolina School". *East European Politics*. 28,2.
- Muller, Wolfgang C. (2002), "Evil or the 'Engine of Democracy'? Populism and Party Competition in Austria" em Yves Mény e Yves Surel (orgs.) *Democracies and the Populist Challenge*. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan.
- Neunreither, Karlheinz (1994), "The democratic deficit of the European Union: towards closer cooperation between the European Parliament and the national parliaments". *Government and Opposition*. 29,3.
- Nugent, Neill (2010), *The government and politics of the European Union*. New York, Palgrave Macmillan.
- Panbianco, Angelo (1988), *Political Parties: Organization and Power*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Pennings, Paul (2002), "The dimensionality of EU policy space: the European Elections of 1999". *European Politics Union*. 3,1.
- Peters, Guy B. (1998), *Comparatives politics: theory and method*. New York: University Press.
- Poguntke et al. (2007), *The Europeanization of national political parties: power and organizational adaptation*. London, Routledge.
- Quaglia, Lucia (2008), "Euroscepticism in Italy" em Aleks Szczerbiak e Paul Taggart (orgs.), *Opposing Europe? The comparative party politics of Euroscepticism. Volume 1: case studies and country surveys*. Oxford, Oxford University Press.
- Raunio, Tapio (2007), "Softening but persistent: Euroscepticism in the Nordic EU countries". *Acta Politica*, 42, 2-3.
- Ray, Leonard (1999), "Measuring party orientations towards European integration: Results from an expert survey". *European Journal of Political Research*, 36,2.
- Ray, Leonard (2007), "Mainstream Euroscepticism: Trend or Oxymoron?", *Acta Politica*: 42, 2 – 3.
- Reif, Karlheinz e Hermann Schmitt (1980), "Nine second-order national elections: A conceptual framework for the analysis of European election results". *European journal of political research*. 8,1.
- Resende, Madalena Meyer (2009), *The unintended effects of Europe on Central and East European party systems: Poland and beyond*. Tallinn, Tallinn University Press.
- Robert, Cécile e Antoine Vauchez (2010), "L'académie européenne. Savoir, experts et savants dans le gouvernement de l'Europe". *Politix*. 89.1.
- Rosamond, Ben (2000), *Theories of European Integration*. Hampshire, Palgrave MacMillan.
- Rovny, Jan (2004), "Conceptualising party-based Euroscepticism: magnitude and motivations". *Collegium: news from the College of Europe = nouvelles du Collège d'Europe*, 29.
- Sartori, Giovanni (1967), "From the sociology of politics to political sociology". *Government and Opposition*. 4,2.
- Schedler, Andreas (1996), "Anti-political-establishment parties". *Party Politics*. 2.3.
- Sitter, Nick (2001), "The politics of opposition and European integration in Scandinavia: Is Euroscepticism a government-opposition dynamic?". *West European Politics*. 24,4.
- Sitter, Nick (2002), "Opposing Europe: euro-scepticism, opposition and party competition". *SEI Working Paper No 56*. Brighton, England: Sussex European Institute

- Sitter, Nick (2003), "Euro-Scepticism as Party Strategy: Persistence and Change in Party-Based Opposition to European Integration". *Österreichische Zeitschrift für Politikwissenschaft*. 32,3.
- Sitter, Nick e Agnes Battory (2008), "Protectionism, Populism, or Participation? Agrarian Parties and European Question in Western and East Central Europe", em Aleks Szczerbiak e Paul Taggart (orgs.), *Opposing Europe? The comparative party politics of Euroscepticism. Volume 2: comparative and theoretical perspectives*. Oxford, Oxford University Press.
- Skinner, Marianne S. (2013) "Different varieties of Euroscepticism? Conceptualizing and explaining Euroscepticism in Western European Non-Member States", *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 51,1.
- Spiering, Menno (2015), *A Cultural History of British Euroscepticism*. Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- Steenbergen, Marco R. e David J. Scott (1997), 'Representation, persuasion and public opinion towards the European Union'. *Annual Meeting of the Southern Political Science Association*. Norfolk, VA.
- Steenbergen, Marco R. e Gary Marks (2007), "Evaluating expert judgments". *European Journal of Political Research*, 46,3.
- Stojic, Marko (2006) "Between euophobia and euophilia: party and popular attitudes towards membership of the European Union in Serbia and Croatia", *Perspectives on European politics and society*, 7,3.
- Strom, Karen (1990), "A behavioral theory of competitive political parties". *American Journal of Political Science*. 79,3.
- Szczerbiak, Aleks e Paul Taggart (2000), "Opposing Europe: party systems and opposition to the Union, the Euro and Europeanization". *SEI Working Paper No.36*. Brighton, England: Sussex European Institute.
- Szczerbiak, Aleks e Paul Taggart (2003), "Theorizing party-based Euroscepticism: problems of definition, measurement and causality". *SEI Working Paper No.69*. Brighton, England: Sussex European Institute.
- Szczerbiak, Aleks e Paul Taggart (2008a) (orgs.), *Opposing Europe? The comparative party politics of Euroscepticism. Volume 1: case studies and country surveys*, Oxford, Oxford University Press.
- Szczerbiak, Aleks e Paul Taggart (2008b) (orgs.), *Opposing Europe? The comparative party politics of Euroscepticism. Volume 2: comparative and theoretical perspectives*, Oxford, Oxford University Press.
- Taggart, Paul (1998), "A touchstone of dissent: Euroscepticism in contemporary Western European party systems". *European Journal of Political Research*. 33,3.
- Taggart, Paul e Aleks Szczerbiak (2001), "Parties, positions and Europe: Euroscepticism in the EU candidate states of Central and Eastern Europe". *SEI Working Paper No.46*. Brighton, England: Sussex European Institute.
- Taggart, Paul e Aleks Szczerbiak (2002) "The party politics of Euroscepticism in EU member and candidate states". *SEI Working Paper No.51*. Brighton, England: Sussex European Institute.
- Taggart, Paul e Aleks Szczerbiak (2002), "The party politics of Euroscepticism in EU Member and Candidate States". *SEI Working Paper No.51*. Brighton, England: Sussex European Institute.
- Taggart, Paul e Aleks Szczerbiak (2013), "Coming in from the Cold? Euroscepticism, Government Participation and Party Positions on Europe". *JCMS: Journal of Common Market Studies*. 51,1.
- Taylor, Douglas W. e Michael Rae (1970), *The Analysis of Political Cleavages*. New Haven: Yale University Press.
- Thomassen, Jacques J. (2005). *The European voter: a comparative study of modern democracies*. Oxford, Oxford University Press.
- Tiersky, Ronald (2001) (org.), *Euro-skepticism: A Reader*. Boston, Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Topaloff, Liubomir K. (2012), *Political Parties and Euroscepticism*. United Kingdom, Palgrave Macmillan.
- Tsebelis, George e Geoffrey Garrett (2000), "Legislative Politics in the European Union". *European Union Politics*. 1,1.

- Van Biezen, Ingrid e Petr Kopecky (2007), “The state and the parties: public funding, public regulation and rent-seeking in contemporary democracies”. *Party Politics*, 13,2.
- Van Biezen, Ingrid, Peter Mair e Thomas Poguntke (2012), “Going, going, ... gone? The decline of party membership in contemporary Europe”. *European Journal of Political Research*, 51,1.
- Vasilopoulou, Sofia (2011), “European integration and the radical right: three patterns of opposition”. *Government and Opposition*. 46,2.
- Vasilopoulou, Sofia (2013), “Continuity and change in the study of Euroscepticism: plus ça change?”. *JCMS: Journal of Common Market Studies*. 51,1.
- Verney, Susannah (1996), “The Greek Socialists” em John Gaffney (org.) *Political Parties and the European Union*. New York, Routledge.
- Verney, Susannah (2012a) (org.) *Euroscepticism in Southern Europe: a diachronic perspective*, New York, Routledge.
- Verney, Susannah (2012b), “An Exceptional Case? Party and Popular Euroscepticism in Greece, 1959 – 2009” em Susannah Verney (org.) *Euroscepticism in Southern Europe: a diachronic perspective*, New York, Routledge.
- Von Beyme, Klaus (1986), *Los partidos políticos en las democracias occidentales*. Madrid: Siglo Veintiuno de España.
- Ware, Alan (1996), *Political parties and party systems*. Oxford, Oxford University Press.
- Whitefield, Stephen *et al.* (2007), “Do expert surveys produce consistent estimates of party stances on European integration? Comparing expert surveys in the difficult case of Central and Eastern Europe”. *Electoral Studies*, 26,1.
- Williams, Richard (2012), ‘Using the margins command to estimate and interpret adjusted predictions and marginal effects’. *Stata Journal*, 12,8.
- Wolinetz, Steven B. (2002), “Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies” em Richard Gunther, José Ramon Montero e Juan J. Linz (orgs.), *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: Oxford University Press.
- Zielinski, Jakub (2002), “Translating social cleavages into party systems: the significance of new democracies”. *World Politics*, 54,2.

FONTES

- Bakker, Ryan *et al.* (2015a), *1999-2014 Chapel Hill Expert Survey Trend File*. Version 1.1. Chapel Hill, NC: University of North Carolina, Chapel Hill. Disponível em chesdata.eu.
- Döring, Holger e Philip Manow (2016), *Parliaments and governments database (ParlGov): Information on parties, elections and cabinets in modern democracies*. Development version. Disponível em parlgov.org.
- Schmitt, Hermann *et al.* (2015), *European Parliament Election Study 2014, Voter Study*. GESIS Data Archive, Cologne. ZA5160 Data File Version 2.0.0, doi:10.4232/1.12300. Disponível em dbk.gesis.org

ANEXOS

ANEXO A – VARIÁVEIS DEPENDENTES E VARIÁVEIS INDEPENDENTES: CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E DIMENSÕES DA AMOSTRA

Quadro A.1. Variáveis Dependentes: Características Técnicas e Dimensões da Amostra

Nome	Formulação	Escala / Categorias	Fonte	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão
Posicionamento face à integração europeia	Orientação geral da liderança do partido face à integração europeia em 2014	1= Opõe-se fortemente 7= Favorece fortemente	CHES (2014)	245	1,06	7	4,93	1,74
Posicionamento face ao Parlamento Europeu	Orientação geral da liderança do partido face aos poderes do Parlamento Europeu em 2014	1= Opõe-se fortemente 7= Favorece fortemente	CHES (2014)	245	1,17	7	4,99	1,36
Posicionamento face à Política Regional e de Coesão	Orientação geral da liderança do partido face à Política Regional ou de Coesão (ex. Fundos Estruturais) em 2014	1= Opõe-se fortemente 7= Favorece fortemente	CHES (2014)	245	1,20	7	5,50	1,37
Posicionamento face ao Mercado Interno	Orientação geral da liderança do partido face ao Mercado Interno (i.e. livre circulação de bens, serviços, capitais e trabalho) em 2014	1= Opõe-se fortemente 7= Favorece fortemente	CHES (2014)	245	1,28	7	4,93	1,55
Posicionamento face à Política Orçamental	Orientação geral da liderança do partido face à autoridade da UE sobre as políticas orçamentais e económicas dos Estados-membros em 2014	1= Opõe-se fortemente 7= Favorece fortemente	CHES (2014)	245	1	6,50	3,69	1,53
Posicionamento face à Política Externa e de Segurança	Orientação geral da liderança do partido face à Política Externa e de Segurança em 2014	1= Opõe-se fortemente 7= Favorece fortemente	CHES (2014)	245	1,13	6,89	4,70	1,67
Posicionamento face à adesão da Turquia	Orientação geral da liderança do partido face ao alargamento da UE à Turquia em 2014	1= Opõe-se fortemente 7= Favorece fortemente	CHES (2014)	244	1	6,76	3,81	1,31

Quadro A.2. Variáveis Independentes: Características Técnicas e Dimensões da Amostra

Nome	Formulação	Escala / Categorias	Fonte	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão
Famílias Partidárias	Categorização de acordo com a origem genética e perfil ideológico*	1. Esquerda radical	CHES (2014)	24	—	—	—	—
		2. Verdes	CHES (2014)	19	—	—	—	—
		3. Sociais-democratas	CHES (2014)	39	—	—	—	—
		4. Regionalistas	CHES (2014)	21	—	—	—	—
		5. Agrários	CHES (2014)	6	—	—	—	—
		6. Liberais	CHES (2014)	39	—	—	—	—
		7. Democratas-cristãos	CHES (2014)	20	—	—	—	—
		8. Confessionais	CHES (2014)	3	—	—	—	—
		9. Conservadores	CHES (2014)	38	—	—	—	—
		10. Direita radical	CHES (2014)	22	—	—	—	—
		11. Sem Família	CHES (2014)	14	—	—	—	—
TOTAL			CHES (2014)	245	—	—	—	—
Dimensão esquerda/direita geral	Posicionamento ideológico geral do partido em 2014	0 = Extrema-esquerda 10= Extrema-direita	CHES (2014)	245	0,29	10	5,32	2,30
Extremismo Ideológico	Distância absoluta do partido relativamente ao centro do sistema partidário, calculada a partir da do	0= Centrismo 5= Extremismo	CHES (2014)	245	0	5	1,97	1,22

Dimensão Económica	Posição do partido em termos do seu posicionamento ideológico em <i>assuntos económicos</i> em 2014	0 = Extrema-esquerda 10 = Extrema-direita	CHES (2014)	245	0,11	9,59	4,91	2,23
Dimensão Novas Políticas	Posição do partido em termos da sua visão sobre as liberdades e direitos democráticos em 2014	0 = GAL: libertário/pós-materialista 10 = TAN: autoritário/materialista	CHES (2014)	245	0,29	10	5,08	2,62
Performance Eleitoral	% de votos obtida pelo partido na eleição legislativa imediatamente anterior a 2014 ou em 2014	0% = Partido não obteve qualquer voto nas eleições 100% = Partido obteve totalidade dos votos nas eleições	PARLGOV	232	0	58,63	12,23	11,86
Estatuto Governativo	Participação governativo do partido em 2014	1 = No governo	PARLGOV	88	—	—	—	—
		2 = Na oposição		157	—	—	—	—
TOTAL				245	—	—	—	—
Dissidência Interna	Nível de dissidência no partido sobre a integração europeia em 2014	0 = Partido está completamente unido 10 = Partido está completamente dividido	CHES (2014)	245	0,20	7,29	2,48	1,30
Posicionamento Eleitorado do Partido	Média aritmética da atitude face ao processo de integração Europeia dos inquiridos, de acordo com a	0 = Integração já foi longe de mais 10 = Integração deveria ir mais longe	EES (2014)	237	1,05	10	4,83	1,44
Populismo	Saliência da retórica anti-elite e anti-estabelecimento em 2014	0 = Não é importante de todo 10 = É extremamente importante	CHES (2014)	245	0,50	10	4,91	2,65
Localização Nacional	Localização do Estado-membro: divisão entre Europa Ocidental e Europa Central e de Leste	1 = Europa Ocidental: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Itália, Irlanda, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia	—	145	—	—	—	—
		2 = Europa Central e de Leste: Bulgária, Chipre, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa e Roménia	—	100	—	—	—	—
		TOTAL	—	245	—	—	—	—
Número de anos de adesão à UE	Cálculo da diferença entre o ano de 2014 e o ano de adesão do Estado-membro às Comunidades Europeias/União Europeia	i. Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos	—	66	56	56	56	56
		ii. Dinamarca, Irlanda, Reino Unido	—	23	41	41	41	41
		iii. Grécia	—	9	33	33	33	33
		iv. Portugal e Espanha	—	20	28	28	28	28
		v. Áustria, Finlândia e Suécia	—	25	19	19	19	19
		vi. Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa	—	71	10	10	10	10
		vii. Bulgária e Roménia	—	20	7	7	7	7
		viii. Croácia	—	11	1	1	1	1
		TOTAL	—	246	1	56	27,79	20,01

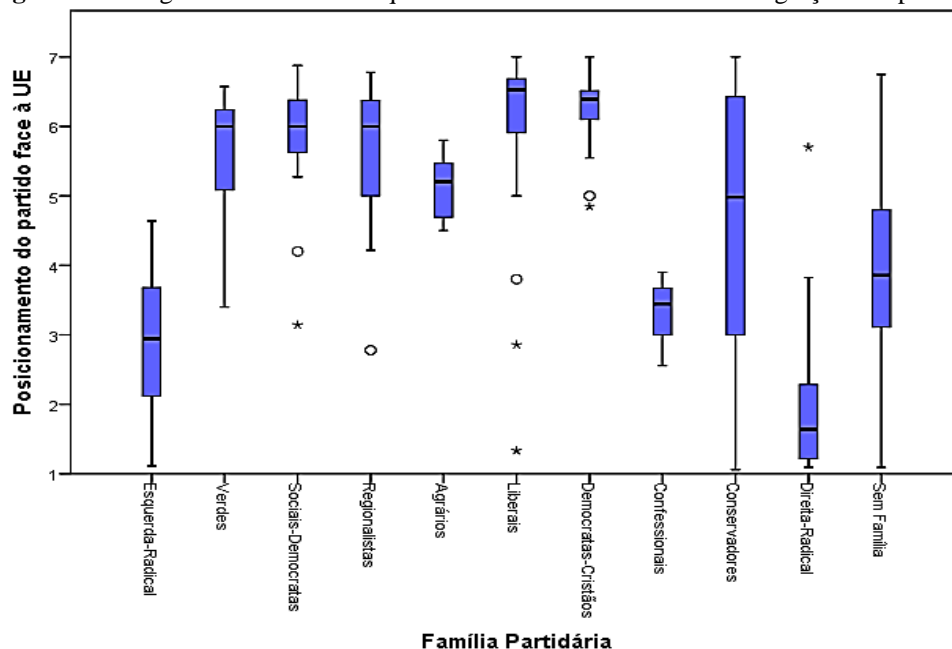
ANEXO B – FATORES IDEOLÓGICOS E FATORES ESTRATÉGICOS: ANÁLISE BIVARIADA (TESTES, MEDIDAS DE ASSOCIAÇÃO, MÉDIAS E MEDIDAS DE DISPERSÃO)

Quadro B.1. Quadro de médias e desvios-padrão do Posicionamento face à integração europeia e respetivas dimensões e políticas das Famílias partidárias

		Integração UE Geral	Parlamento Europeu	Política Coesão	Mercado Interno	Política Orçamental	Política Externa &	Adesão Turquia
Família Partidária	Esquerda radical	3,00 (1,01)	4,53 (1,38)	4,84 (1,26)	2,81 (0,89)	1,71 (0,57)	2,71 (1,05)	3,91 (1,12)
	Verdes	5,62 (0,89)	5,89 (0,82)	5,96 (0,61)	5,00 (0,81)	3,87 (0,94)	5,19 (0,96)	4,60 (0,93)
	Sociais-democratas	5,92 (0,69)	5,66 (0,60)	6,19 (0,60)	5,48 (0,80)	4,37 (0,91)	5,50 (0,96)	4,56 (0,72)
	Regionalistas	5,62 (0,97)	5,67 (0,95)	6,47 (0,49)	5,52 (1,07)	4,17 (1,21)	5,30 (1,23)	4,15 (0,90)
	Agrários	5,15 (0,50)	4,72 (0,43)	5,93 (0,64)	4,91 (0,88)	3,87 (0,93)	5,01 (0,66)	3,91 (0,80)
	Liberais	6,06 (1,17)	5,64 (1,08)	5,85 (1,03)	6,27 (0,52)	4,85 (1,06)	5,74 (1,09)	4,44 (1,08)
	Democratas-cristãos	6,22 (0,54)	5,65 (0,69)	6,16 (0,58)	6,06 (0,37)	4,96 (0,76)	5,89 (0,51)	3,64 (1,06)
	Confessionais	3,30 (0,68)	3,14 (0,76)	3,13 (1,08)	3,86 (0,36)	2,40 (0,35)	3,07 (0,92)	1,92 (0,46)
	Conservadores	4,71 (1,71)	4,56 (1,28)	5,58 (1,15)	5,13 (1,49)	3,57 (1,46)	4,82 (1,53)	3,32 (1,08)
	Direita radical	2,02 (1,11)	2,77 (1,10)	3,26 (1,58)	2,68 (1,17)	1,61 (0,76)	2,18 (1,30)	1,50 (0,79)
	Sem Família	3,92 (1,55)	4,11 (0,89)	4,30 (1,57)	4,02 (1,46)	2,96 (1,41)	3,59 (1,52)	3,72 (1,38)
F (10,234)	34,300***	20,397***	20,481***	35,157***	27,995***	27,511***	19,416***	
Eta	0,771	0,682	0,683	0,775	0,738	0,735	0,674	

Escala: 1 - opõe-se fortemente à integração europeia; 7: favorece fortemente a integração europeia; N= 245; *** $p < 0,001$; Fonte: Formulação do autor

Figura B.1. Diagrama de extremos e quartis do Posicionamento face à integração europeia das Famílias partidárias



Escala: 1 - opõe-se fortemente à integração europeia; 7: favorece fortemente a integração europeia.

N= 245;

Fonte: Formulação do auto

Quadro B.2. Correlações de Pearson das Variáveis Independentes: Modelo Partidário

	Dimensão Esquerda/Direita Geral	Extremismo Ideológico	Dimensão Económica	Dimensão Novas Políticas
Dimensão Esquerda/Direita Geral	1	0,085	0,806***	0,692***
Extremismo Ideológico	0,085	1	-0,151*	0,117
Dimensão Económica	0,806***	-0,151*	1	0,349***
Dimensão Novas Políticas	0,692***	0,117	0,349***	1

***p<0,001; **p<0,01; *p<0,05

Fonte: Formulação do autor

Quadro B.3. Correlações de Pearson entre o Posicionamento face à integração europeia e respetivas políticas e dimensões e as variáveis do Modelo Partidário

	Integração UE	Parlamento Europeu	Política Regional	Mercado Interno	Política Orçamental	Política Externa	Adesão Turquia
Dimensão E/D Geral	-0,077	-0,312***	-0,211**	-0,157**	-0,079	-0,045	-0,415***
Extremismo Ideológico	-0,580***	-0,442***	-0,440***	-0,579***	-0,588***	-0,545***	-0,301***
Dimensão Económica	0,277***	0,037	0,014	0,532***	0,414***	0,380***	-0,095
Dimensão Novas Políticas	-0,345***	-0,510***	-0,245***	-0,193***	-0,203***	-0,250***	-0,603***

***p<0,001; **p<0,01; *p<0,05

Fonte: Formulação do autor

Quadro B.4. Correlações de Pearson entre o Posicionamento face à integração europeia e as variáveis da Relevância eleitoral e governativa e dos Objetivos e Estratégias

	Integração UE
Performance Eleitoral	0,283***
Dissidência Interna	0,005
Eleitorado Partido	0,516***
Populismo	-0,717***

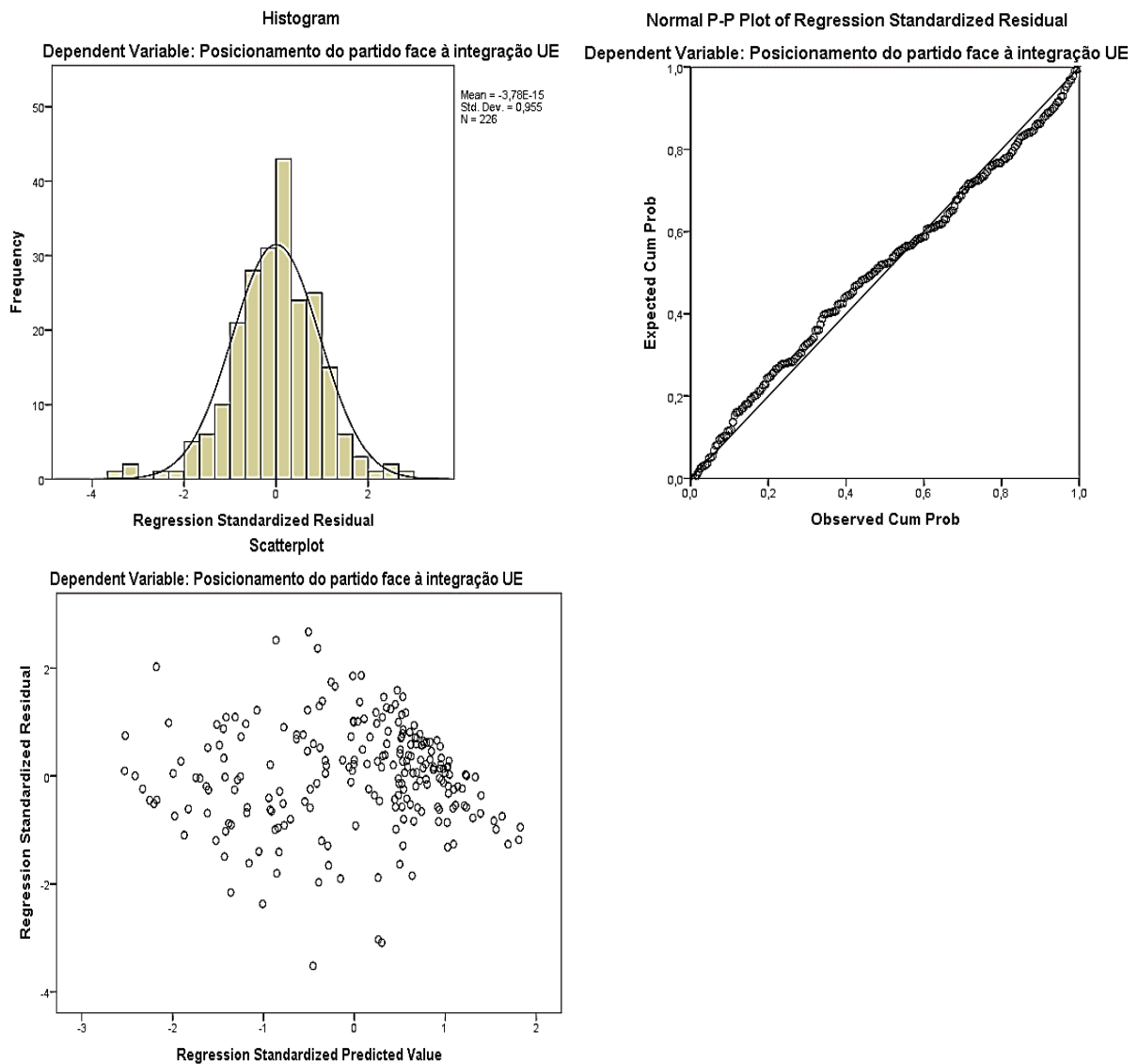
***p<0,001; **p<0,01; *p<0,05

Fonte: Formulação do autor

ANEXO C – FATORES IDEOLÓGICOS E FATORES ESTRATÉGICOS: ANÁLISE MULTIVARIADA (PRESSUPOSTOS, QUALIDADE DO MODELO, COEFICIENTES DE REGRESSÃO E EFEITOS CONDICIONAIS)

ANEXO C.1. – MODELO I: PRESSUPOSTOS, QUALIDADE DO MODELO E COEFICIENTES DE REGRESSÃO

Figura C.1.1. Pressupostos: Linearidade, Normalidade e Homogeneidade de variância dos erros



Quadro C.1.1. Qualidade do Modelo

Model Summary^b

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,891 ^a	,794	,774	,82787

a. Predictors: (Constant), Verdes, Sociais-democratas, Regionalistas, Agrários, Liberais, Democratas-cristãos, Confessionais, Conservadores, Direita radical, Sem Família, Extremismo ideológico, Dimensão económica, Dimensão novas políticas, Performance eleitoral, Dissidência interna, No governo, Eleitorado partido, Populismo, Europa Ocidental, Anos Adesão UE

b. Dependent Variable: Posicionamento face à integração europeia

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	541,251	20	27,063	39,486	,000 ^b
	Residual	140,499	205	,685		
	Total	681,750	225			

a. Dependent Variable: Posicionamento face à integração europeia

b. Predictors: (Constant), Verdes, Sociais-democratas, Regionalistas, Agrários, Liberais, Democratas-cristãos, Confessionais, Conservadores, Direita radical, Sem Família, Extremismo ideológico, Dimensão económica, Dimensão novas políticas, Performance eleitoral, Dissidência interna, No governo, Eleitorado partido, Populismo, Europa Ocidental, Anos Adesão UE

Quadro C.1.2. Coeficientes de Regressão

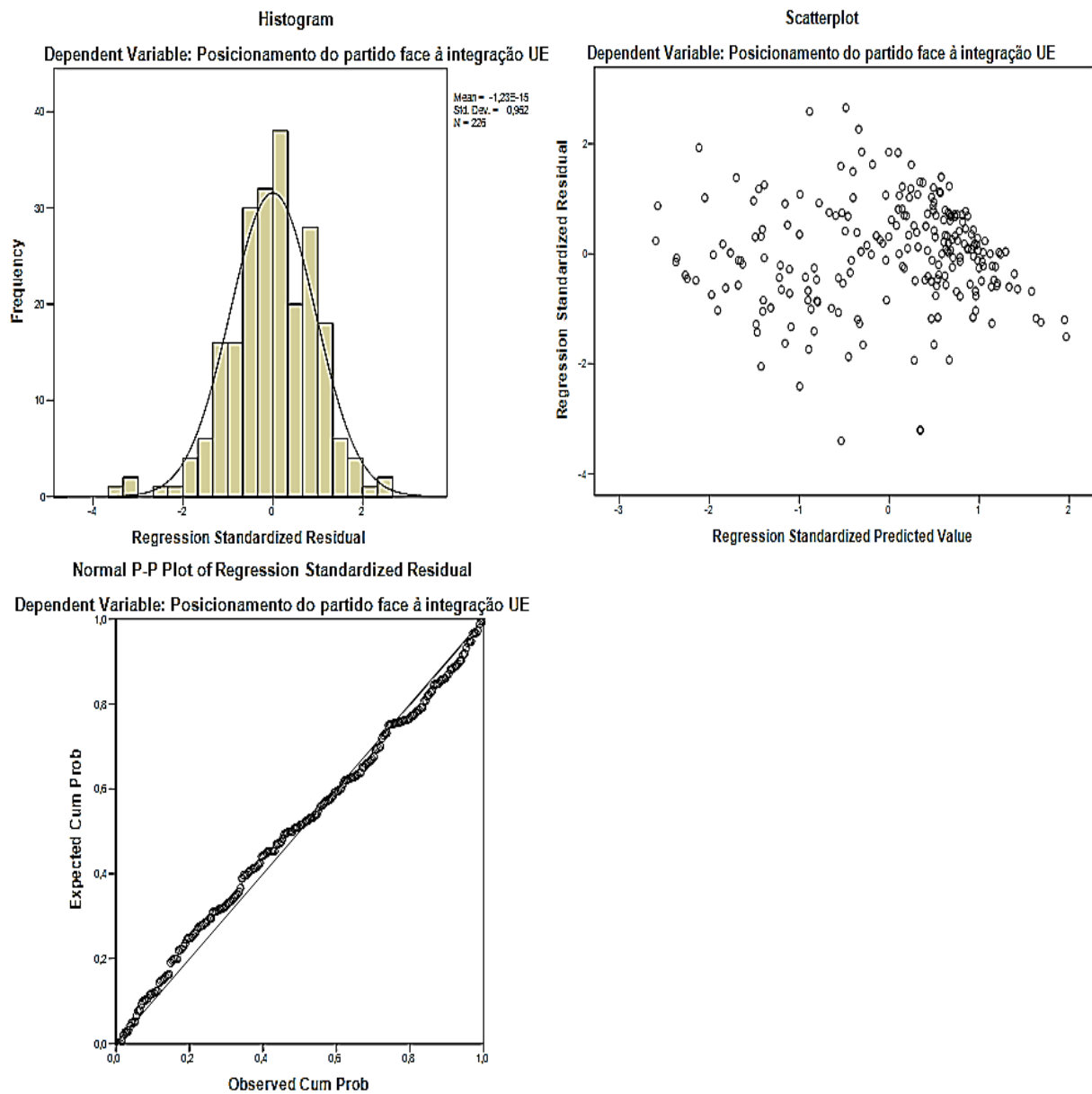
Coefficients^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
	B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1 (Constant)	5,644	,578		9,770	,000		
Verdes	1,047	,320	,163	3,268	,001	,403	2,482
Sociais-democratas	,863	,301	,186	2,863	,005	,239	4,191
Regionalistas	1,039	,348	,166	2,985	,003	,325	3,075
Agrários	,362	,473	,033	,766	,445	,526	1,903
Liberais	,636	,372	,135	1,708	,089	,160	6,261
Democratas-cristãos	1,076	,399	,172	2,697	,008	,247	4,044
Confessionais	-1,173	,615	-,077	-1,909	,058	,613	1,632
Conservadores	,515	,364	,106	1,414	,159	,179	5,595
Direita radical	-,136	,365	-,023	-,373	,709	,271	3,695
Sem família	,020	,380	,002	,052	,959	,497	2,010
Extremismo ideológico	-,303	,063	-,211	-4,846	,000	,530	1,888
Dimensão económica	,083	,042	,105	1,975	,050	,353	2,831
Dimensão novas políticas	-,142	,035	-,214	-4,049	,000	,360	2,781
Performance eleitoral	,005	,006	,031	,790	,431	,636	1,572
Dissidência Interna	-,098	,045	-,073	-2,159	,032	,873	1,146
No Governo	,072	,144	,020	,501	,617	,624	1,604
Eleitorado partido	,208	,048	,171	4,370	,000	,657	1,522
Populismo	-,256	,036	-,384	-7,120	,000	,345	2,899
Europa Ocidental	-,384	,205	-,109	-1,871	,063	,299	3,349
Anos adesão	,002	,005	,024	,431	,667	,329	3,042

a. Dependent Variable: Posicionamento face à integração europeia

ANEXO C.2. – MODELO II: PRESSUPOSTOS, QUALIDADE DO MODELO, COEFICIENTES DE REGRESSÃO E EFEITOS CONDICIONAIS

Figura C.2.1. Pressupostos: Linearidade, Normalidade e Homogeneidade de variância dos erros



Quadro C.2.1. Qualidade do Modelo

Model Summary^b

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,894 ^a	,799	,778	,82041

a. Predictors: (Constant), Verdes, Sociais-democratas, Regionalistas, Agrários, Liberais, Democratas-cristãos, Confessionais, Conservadores, Direita radical, Sem Família, Extremismo ideológico, Dimensão económica, Dimensão novas políticas, Performance eleitoral, Dissidência interna, No governo, Eleitorado partido, Populismo, Europa Ocidental, Anos Adesão UE, Dissidência interna*Performance eleitoral

b. Dependent Variable: Posicionamento face à integração europeia

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	544,445	21	25,926	38,519	,000 ^b
	Residual	137,306	204	,673		
	Total	681,750	225			

a. Dependent Variable: Posicionamento face à integração europeia

b. Predictors: (Constant), Verdes, Sociais-democratas, Regionalistas, Agrários, Liberais, Democratas-cristãos, Confessionais, Conservadores, Direita radical, Sem Família, Extremismo ideológico, Dimensão económica, Dimensão novas políticas, Performance eleitoral, Dissidência interna, No governo, Eleitorado partido, Populismo, Europa Ocidental, Anos Adesão UE, Dissidência interna*Performance eleitoral

Quadro C.2.2. Coeficientes de Regressão

Coefficients^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
	B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1 (Constant)	5,333	,590		9,041	,000		
Verdes	1,001	,318	,156	3,144	,002	,401	2,494
Sociais-democratas	,869	,299	,187	2,907	,004	,239	4,192
Regionalistas	1,003	,345	,160	2,906	,004	,324	3,082
Agrários	,291	,469	,027	,619	,537	,523	1,912
Liberais	,620	,369	,132	1,680	,094	,160	6,263
Democratas-cristãos	1,021	,396	,163	2,576	,011	,246	4,061
Confessionais	-1,223	,610	-,081	-2,007	,046	,612	1,634
Conservadores	,446	,362	,092	1,231	,220	,177	5,638
Direita radical	-,210	,363	-,035	-,579	,563	,268	3,728
Sem Família	-,047	,377	-,006	-,124	,901	,494	2,023
Extremismo ideológico	-,304	,062	-,212	-4,907	,000	,530	1,888
Dimensão económica	,089	,042	,113	2,130	,034	,352	2,843
Dimensão novas políticas	-,133	,035	-,200	-3,790	,000	,354	2,823
Performance eleitoral	,024	,011	,164	2,262	,025	,188	5,322
Dissidência interna	,030	,074	,023	,408	,684	,322	3,109
No governo	,055	,143	,015	,385	,701	,622	1,609
Eleitorado partido	,198	,047	,163	4,182	,000	,651	1,536
Populismo	-,255	,036	-,384	-7,182	,000	,345	2,899
Europa Ocidental	-,390	,204	-,110	-1,913	,057	,299	3,349
Anos Adesão UE	,004	,005	,042	,757	,450	,321	3,112
Dissidência interna*Performance eleitoral	-,008	,004	-,187	-2,178	,031	,134	7,473

a. Dependent Variable: Posicionamento face à integração europeia

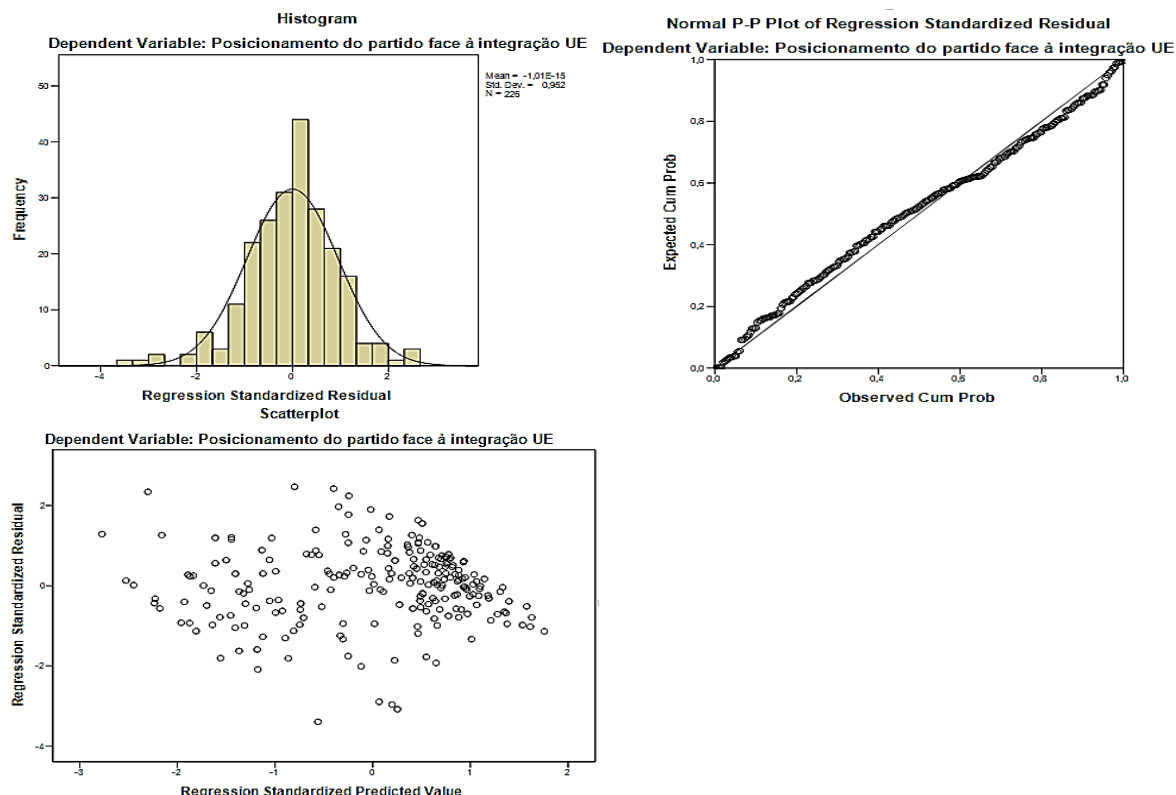
Quadro C.2.3. Efeitos Condicionais da Dissidência interna no Posicionamento face à integração europeia em função da Performance Eleitoral

Performance eleitoral (%)	Efeito	SE	t	p	LLCI	ULCI
0	0,030	0,074	0,408	-0,684	-0,116	0,176
2,932	0,007	0,066	0,099	0,921	-0,123	0,136
5,863	-0,017	0,058	-0,296	0,768	-0,132	0,098
8,795	-0,041	0,052	-0,787	0,432	-0,144	0,062
11,726	-0,065	0,048	-1,362	0,175	-0,159	0,029
14,658	-0,089	0,045	-1,957	0,052	-0,178	0,001
14,731	-0,089	0,045	-1,972	0,05	-0,178	0,000
17,589	-0,112	0,045	-2,469	0,014	-0,202	-0,023
20,521	-0,136	0,048	-2,819	0,005	-0,231	-0,041
23,452	-0,16	0,053	-3,005	0,003	-0,265	-0,055
26,384	-0,184	0,06	-3,074	0,002	-0,301	-0,066
29,315	-0,207	0,067	-3,077	0,002	-0,34	-0,074
32,247	-0,231	0,076	-3,046	0,003	-0,381	-0,082
35,178	-0,255	0,085	-3,002	0,003	-0,422	-0,087
38,11	-0,279	0,094	-2,954	0,004	-0,465	-0,093
41,041	-0,302	0,104	-2,907	0,004	-0,508	-0,097
43,973	-0,326	0,114	-2,862	0,005	-0,551	-0,101
46,904	-0,350	0,124	-2,821	0,005	-0,595	-0,105
49,836	-0,374	0,134	-2,783	0,006	-0,638	-0,109
52,767	-0,397	0,145	-2,748	0,007	-0,683	-0,112
55,699	-0,421	0,155	-2,717	0,007	-0,727	-0,116
58,630	-0,445	0,165	-2,689	0,008	-0,771	-0,119

Região de significância a partir do valor 14,731%

ANEXO C.3. – MODELO III: PRESSUPOSTOS, QUALIDADE DO MODELO, COEFICIENTES DE REGRESSÃO E EFEITOS CONDICIONAIS

Figura C.3.1. Pressupostos: Linearidade, Normalidade e Homogeneidade de variância dos erros



Quadro C.3.1. Qualidade do Modelo

Model Summary^b

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,897 ^a	,805	,784	,80810

a. Predictors: (Constant), Verdes, Sociais-democratas, Regionalistas, Agrários, Liberais, Democratas-cristãos, Confessionais, Conservadores, Direita radical, Sem Família, Extremismo ideológico, Dimensão económica, Dimensão novas políticas, Performance eleitoral, Dissidência interna, No governo, Eleitorado partido, Populismo, Europa Ocidental, Anos Adesão UE, Extremismo ideológico*Performance eleitoral

b. Dependent Variable: Posicionamento face à integração europeia

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	548,534	21	26,121	40,000	,000 ^b
	Residual	133,216	204	,653		
	Total	681,750	225			

a. Dependent Variable Posicionamento face à integração europeia

b. Predictors: (Constant), Verdes, Sociais-democratas, Regionalistas, Agrários, Liberais, Democratas-cristãos, Confessionais, Conservadores, Direita radical, Sem Família, Extremismo ideológico, Dimensão económica, Dimensão novas políticas, Performance eleitoral, Dissidência interna, No governo, Eleitorado partido, Populismo, Europa Ocidental, Anos Adesão UE, Extremismo ideológico*Performance eleitoral

Quadro C.3.2. Coeficientes de Regressão

Coefficients^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
	B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1 (Constant)	5,719	,564		10,136	,000		
Verdes	1,060	,313	,165	3,389	,001	,403	2,483
Sociais-democratas	1,046	,299	,225	3,495	,001	,231	4,337
Regionalistas	1,033	,340	,165	3,041	,003	,325	3,075
Agrários	,426	,462	,039	,923	,357	,525	1,906
Liberais	,708	,364	,151	1,943	,053	,159	6,283
Democratas-cristãos	1,213	,392	,194	3,096	,002	,245	4,088
Confessionais	-1,059	,601	-,070	-1,762	,079	,611	1,637
Conservadores	,551	,356	,113	1,549	,123	,179	5,600
Direita radical	-,168	,356	-,028	-,472	,638	,270	3,698
Sem Família	,018	,371	,002	,048	,962	,497	2,010
Extremismo ideológico	-,455	,076	-,317	-5,976	,000	,341	2,936
Dimensão económica	,083	,041	,106	2,030	,044	,353	2,831
Dimensão novas políticas	-,149	,034	-,225	-4,351	,000	,358	2,792
Performance eleitoral	-,024	,010	-,162	-2,323	,021	,197	5,067
Dissidência interna	-,109	,044	-,082	-2,454	,015	,868	1,152
No governo	,088	,140	,025	,626	,532	,623	1,606
Eleitorado partido	,216	,047	,178	4,648	,000	,655	1,527
Populismo	-,230	,036	-,346	-6,407	,000	,329	3,039
Europa Ocidental	-,268	,204	-,076	-1,318	,189	,290	3,449
Anos Adesão UE	,001	,005	,008	,142	,887	,326	3,067
Extremismo ideológico*Performance eleitoral	,017	,005	,231	3,340	,001	,200	4,996

a. Dependent Variable: Posicionamento face à integração europeia

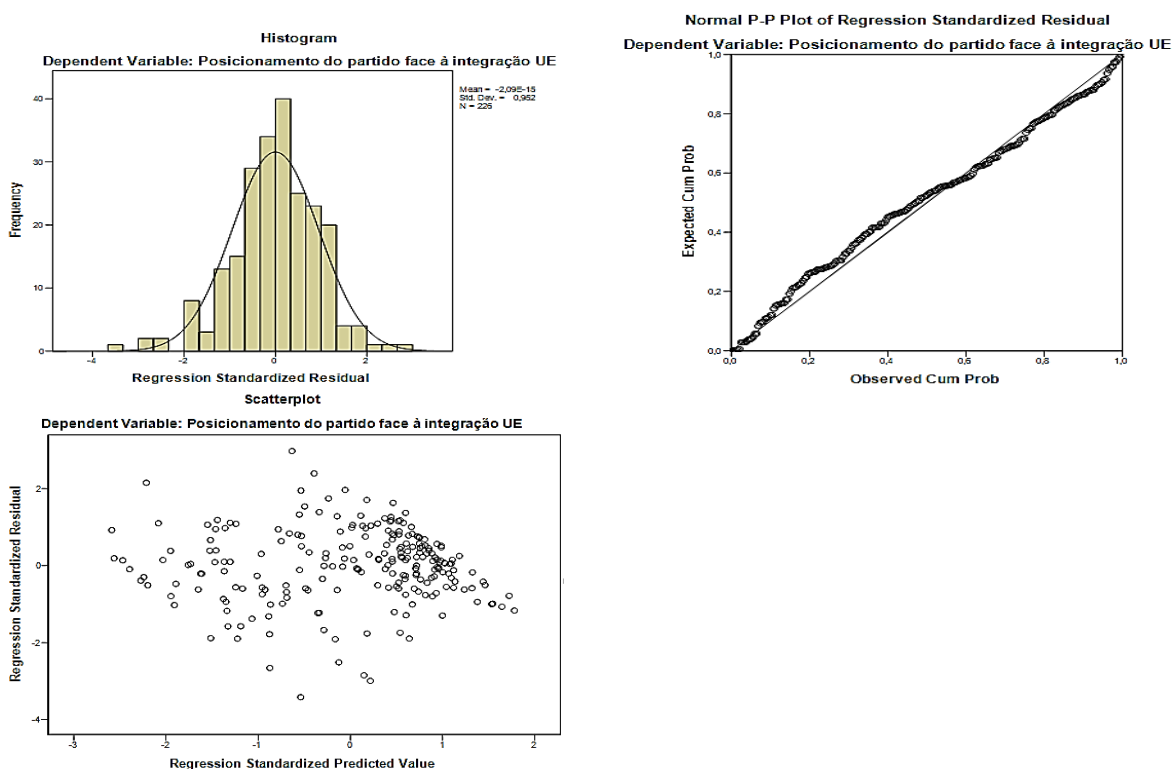
Quadro C.3.3. Efeitos Condicionais do Extremismo ideológico no Posicionamento face à integração europeia em função da Performance Eleitoral

Performance eleitoral (%)	Efeito	SE	t	p	LLCI	ULCI
0,000	-0,455	0,076	-5,976	0,000	-0,605	-0,305
2,932	-0,405	0,068	-5,934	0,000	-0,540	-0,270
5,863	-0,355	0,063	-5,635	0,000	-0,479	-0,231
8,795	-0,305	0,061	-4,996	0,000	-0,425	-0,185
11,726	-0,255	0,063	-4,066	0,000	-0,379	-0,131
14,658	-0,205	0,068	-3,027	0,003	-0,339	-0,072
17,589	-0,155	0,075	-2,055	0,041	-0,304	-0,006
17,863	-0,150	0,076	-1,972	0,050	-0,301	0,000
20,521	-0,105	0,085	-1,235	0,218	-0,273	0,063
23,452	-0,055	0,096	-0,573	0,567	-0,245	0,134
26,384	-0,005	0,108	-0,047	0,963	-0,218	0,208
29,315	0,045	0,121	0,372	0,710	-0,193	0,283
32,247	0,095	0,134	0,709	0,479	-0,169	0,359
35,178	0,145	0,147	0,983	0,327	-0,146	0,436
38,110	0,195	0,161	1,210	0,228	-0,123	0,513
41,041	0,245	0,175	1,399	0,163	-0,100	0,590
43,973	0,295	0,189	1,559	0,121	-0,078	0,668
46,904	0,345	0,203	1,695	0,092	-0,056	0,746
49,836	0,395	0,218	1,814	0,071	-0,034	0,824
52,767	0,445	0,232	1,916	0,057	-0,013	0,903
54,520	0,475	0,241	1,972	0,050	0,000	0,950
55,699	0,495	0,247	2,007	0,046	0,009	0,981
58,630	0,545	0,261	2,086	0,038	0,030	1,060

Região de significância entre 0% e 17,863%

ANEXO C.4. – MODELO IV: PRESSUPOSTOS, QUALIDADE DO MODELO, COEFICIENTES DE REGRESSÃO E EFEITOS CONDICIONAIS

Figura C.4.1. Pressupostos: Linearidade, Normalidade e Homogeneidade de variância dos erros



Quadro C.4.1. Qualidade do Modelo

Model Summary^b

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,896 ^a	,802	,782	,81329

a. Predictors: (Constant), Verdes, Sociais-democratas, Regionalistas, Agrários, Liberais, Democratas-cristãos, Confessionais, Conservadores, Direita radical, Sem Família, Extremismo ideológico, Dimensão económica, Dimensão novas políticas, Performance eleitoral, Dissidência interna, No governo, Eleitorado partido, Populismo, Europa Ocidental, Anos Adesão UE, Extremismo ideológico*No Governo

b. Dependent Variable: Posicionamento do partido face à integração UE

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	546,818	21	26,039	39,367	,000 ^b
	Residual	134,932	204	,661		
	Total	681,750	225			

a. Dependent Variable: Posicionamento face à integração europeia

b. Predictors: (Constant)Verdes, Sociais-democratas, Regionalistas, Agrários, Liberais, Democratas-cristãos, Confessionais, Conservadores, Direita radical, Sem Família, Extremismo ideológico, Dimensão económica, Dimensão novas políticas, Performance eleitoral, Dissidência interna, No governo, Eleitorado partido, Populismo, Europa Ocidental, Anos Adesão UE, Extremismo ideológico*No Governo

Quadro C.4.2. Coeficientes de Regressão

Coefficients^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
	B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1 (Constant)	5,854	,572		10,233	,000		
Verdes	1,016	,315	,158	3,225	,001	,402	2,485
Sociais-democratas	,888	,296	,191	2,999	,003	,238	4,195
Regionalistas	,982	,342	,157	2,868	,005	,324	3,085
Agrários	,333	,464	,031	,716	,475	,525	1,904
Liberais	,678	,366	,144	1,851	,066	,159	6,271
Democratas-cristãos	1,116	,392	,178	2,846	,005	,247	4,049
Confessionais	-1,168	,604	-,077	-1,934	,054	,613	1,632
Conservadores	,473	,358	,097	1,320	,188	,178	5,605
Direita radical	-,131	,358	-,022	-,366	,715	,271	3,695
Sem Família	-,047	,374	-,006	-,126	,900	,496	2,018
Extremismo ideológico	-,392	,069	-,273	-5,709	,000	,425	2,354
Dimensão económica	,064	,042	,082	1,541	,125	,345	2,900
Dimensão novas políticas	-,137	,035	-,206	-3,963	,000	,359	2,789
Performance eleitoral	,005	,006	,033	,832	,406	,636	1,572
Dissidência interna	-,113	,045	-,085	-2,521	,012	,861	1,161
No governo	-,503	,243	-,141	-2,067	,040	,210	4,765
Eleitorado partido	,207	,047	,170	4,430	,000	,657	1,522
Populismo	-,242	,036	-,364	-6,808	,000	,339	2,949
Europa Ocidental	-,393	,202	-,111	-1,947	,053	,299	3,349
Anos Adesão UE	,003	,005	,034	,622	,535	,327	3,054
Extremismo ideológico*No Governo	,365	,126	,189	2,901	,004	,230	4,352

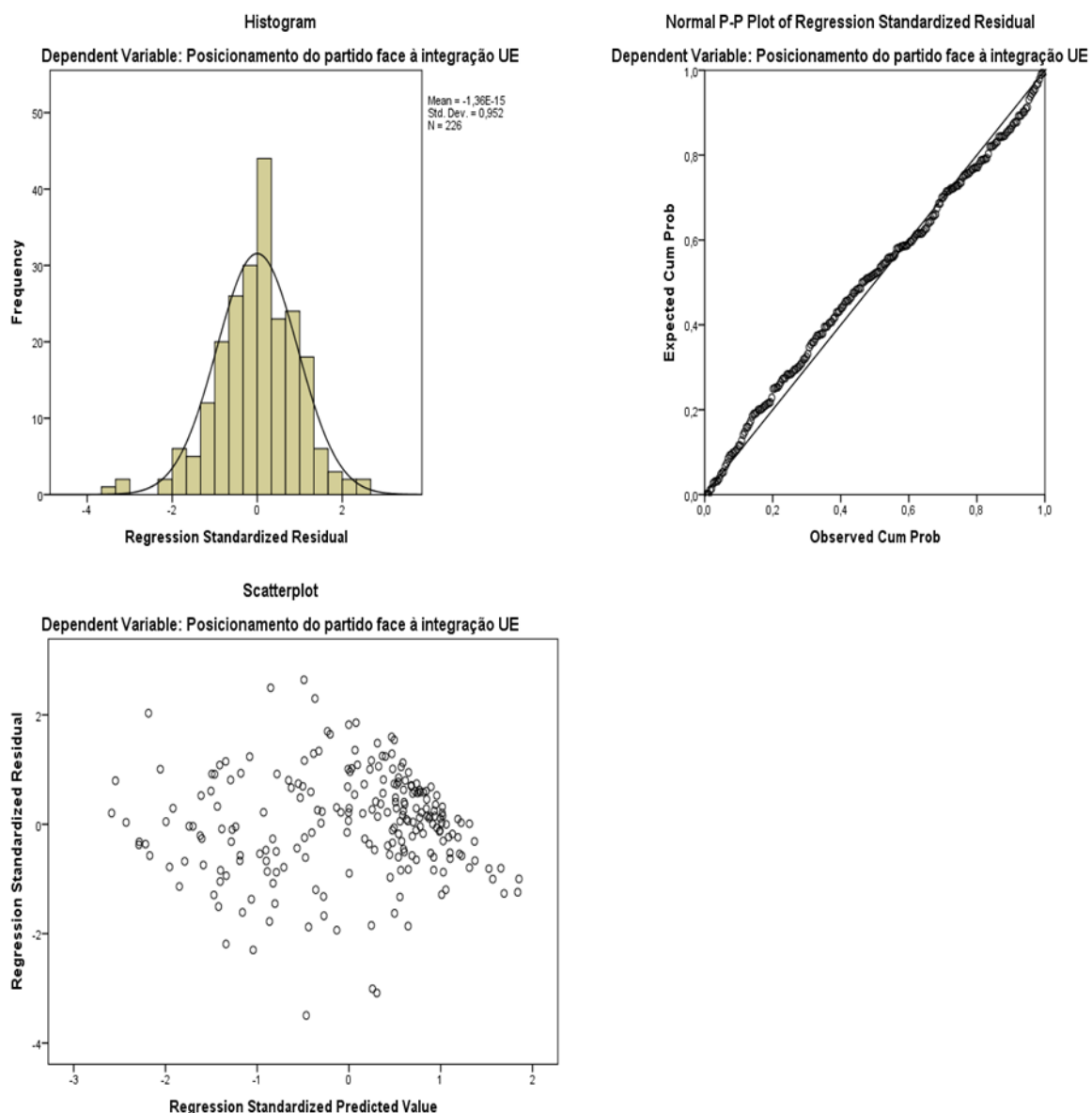
a. Dependent Variable: Posicionamento face à integração europeia

Quadro C.4.3. Efeitos Condicionais do Extremismo ideológico no Posicionamento face à integração europeia em função do Estatuto Governativo

Estatuto Governativo	Efeito	SE	t	p	LLCI	ULCI
Na Oposição	-0,392	0,069	-5,709	0,000	-0,527	-0,256
No Governo	-0,027	0,113	-0,234	0,815	-0,250	0,197

ANEXO C.5. – MODELO EXCLUÍDO: PRESSUPOSTOS, QUALIDADE DO MODELO E COEFICIENTES DE REGRESSÃO

Figura C.5.1. Pressupostos: Linearidade, Normalidade e Homogeneidade de variância dos erros



Quadro C.5.1. Qualidade do Modelo

Model Summary^b

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,891 ^a	,794	,773	,82927

a. Predictors: (Constant), Verdes, Sociais-democratas, Regionalistas, Agrários, Liberais, Democratas-cristãos, Confessionais, Conservadores, Direita radical, Sem Família, Dimensão esquerda/direita geral, Extremismo ideológico, Dimensão económica, Dimensão novas políticas, Performance eleitoral, Dissidência interna, No governo, Eleitorado partido, Populismo, Europa Ocidental, Anos Adesão UE

b. Dependent Variable: Posicionamento face à integração europeia

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	541,461	21	25,784	37,493	,000 ^b
	Residual	140,289	204	,688		
	Total	681,750	225			

a. Dependent Variable: Posicionamento face à integração europeia

b. Predictors: (Constant), Verdes, Sociais-democratas, Regionalistas, Agrários, Liberais, Democratas-cristãos, Confessionais, Conservadores, Direita radical, Sem Família, Dimensão esquerda/direita geral, Extremismo ideológico, Dimensão económica, Dimensão novas políticas, Performance eleitoral, Dissidência interna, No governo, Eleitorado partido, Populismo, Europa Ocidental, Anos Adesão UE

Quadro C.5.2. Coeficientes de Regressão

Coefficients^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
	B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1 (Constant)	5,594	,586		9,551	,000		
Verdes	1,117	,345	,174	3,239	,001	,349	2,866
Sociais-democratas	,920	,319	,198	2,884	,004	,214	4,677
Regionalistas	1,108	,370	,177	2,992	,003	,288	3,473
Agrários	,453	,501	,042	,904	,367	,469	2,134
Liberais	,719	,402	,153	1,788	,075	,138	7,270
Democratas-cristãos	1,162	,429	,186	2,710	,007	,215	4,650
Confessionais	-1,088	,635	-,072	-1,714	,088	,577	1,734
Conservadores	,612	,405	,126	1,512	,132	,145	6,882
Direita radical	,006	,447	,001	,014	,989	,181	5,529
Sem Família	,104	,410	,012	,254	,800	,428	2,334
Dimensão esquerda/direita geral	-,045	,081	-,059	-,553	,581	,088	11,302
Extremismo ideológico	-,290	,067	-,202	-4,334	,000	,464	2,154
Dimensão económica	,108	,062	,137	1,744	,083	,163	6,151
Dimensão novas políticas	-,131	,041	-,197	-3,195	,002	,266	3,757
Performance eleitoral	,004	,006	,030	,762	,447	,635	1,576
Dissidência interna	-,098	,046	-,073	-2,146	,033	,873	1,146
No governo	,078	,144	,022	,543	,588	,620	1,614
Eleitorado partido	,208	,048	,171	4,358	,000	,657	1,522
Populismo	-,255	,036	-,383	-7,076	,000	,344	2,905
Europa Ocidental	-,378	,206	-,107	-1,834	,068	,298	3,359
Anos Adesão UE	,002	,005	,021	,381	,704	,326	3,065

a. Dependent Variable: Posicionamento face à integração europeia